

UNIVERSIDADE POSITIVO
FERNANDO HENRIQUE KUCHENBECKER

**GESTÃO DO USO PÚBLICO EM RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO
NATURAL: ESTUDO DE CASO DA MATA DO URU**

CURITIBA
2021

FERNANDO HENRIQUE KUCHENBECKER

**GESTÃO DO USO PÚBLICO EM RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO
NATURAL: ESTUDO DE CASO DA MATA DO URU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, da Universidade Positivo.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Limont.

Linha de Pesquisa: Planejamento, Conservação e Desenvolvimento Socioambiental.

Projeto associado: Planejamento de implantação de métodos de diagnóstico, intervenção e controle ambiental.

CURITIBA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central - Universidade Positivo - Curitiba - PR
Elaborado pela bibliotecária Joelma Marques (CRB-9/1290)

- K95 Kuchenbecker, Fernando Henrique.
Gestão do uso público em reservas particulares do patrimônio natural : estudo de caso da Mata do Uru / Fernando Henrique Kuchenbecker. — Curitiba : Universidade Positivo, 2021.
131 f. : il.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Positivo, Programa de Pós-graduação em Gestão Ambiental, 2021.
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Limont
1. Gestão ambiental. 2. Unidade de conservação. 3. Reservas particulares do patrimônio natural - Mata do Uru. 4. Ecoturismo.
I. Limont, Marcelo. II. Título.

CDU 502.4

AGRADECIMENTOS

A minha companheira de vida, Mônica Marins Fontes, pelo carinho e pelo amor durante essa jornada.

Aos meus pais, Rosilene Tonolli Kuchenbecker e Norberto Fernando Kuchenbecker, pela determinação e luta na minha formação, crescimento e pela oportunidade de concluir mais uma etapa acadêmica.

A minha irmã, Heloísa Fernanda Kuchenbecker, pelo carinho e pela convivência diária, hoje uma exemplar universitária.

Ao professor doutor Marcelo Limont que me orientou de forma tranquila e serena, colaborando muito na realização do trabalho.

Aos meus gestores que foram fundamentais na época por iniciar o Mestrado, Andreia Gaspari, Artur Nappo Dalla Libera e Jair Bordignon.

Ao Grupo Positivo e, em especial, meus colegas de trabalho do Instituto Positivo.

A Universidade Positivo pelas condições necessárias de estudar e pesquisar.

RESUMO

A crescente perda da diversidade biológica no planeta é um problema civilizatório complexo, que necessita de ações conjuntas para sua resolução, envolvendo o poder público, empresas, instituições de pesquisa e a sociedade civil organizada. As unidades de conservação da natureza (UC) são consideradas importantes estratégias de proteção da biodiversidade. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as UC apresentam diferentes categorias, sendo uma delas de caráter privado e chamada de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Contudo, essas áreas protegidas precisam ser implementadas para que cumpram seu papel, fato que demanda investimentos financeiros e de capital humano que nem sempre estão disponíveis aos responsáveis por sua gestão. Dessa forma, a presente dissertação tem como objetivo uma estrutura de organização de um plano de uso público para a RPPN da Mata do Uru vinculado ao seu respectivo programa de manejo. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de caráter qualitativa que se baseia em uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo orientada pelo procedimento de estudo de caso, tendo como referência empírica a RPPN Mata do Uru, localizada no município da Lapa, Paraná. Foram utilizadas quatro estratégias de coleta de dados: (i) o estudo bibliométrico de artigos científicos realizado via Portal de Periódicos da CAPES e Scopus; (ii) análise de documentos técnicos como o Plano de Manejo da RPPN Mata do Uru e seus relatórios de atividades; (iii) dados estatísticos associados a atividades de visitação no entorno da RPPN Mata do Uru; e (iv) levantamento primário de informações via método Delphi. Para a etapa de análise, os dados coletados foram sistematizados a partir da técnica de triangulação de dados e análise de conteúdo. Entre os resultados, o ecoturismo surge como potencialidade e referência. Esse potencial se relaciona ao fato de a Lapa ser um polo turístico relevante, com roteiros estabelecidos e infraestrutura implementada. Da mesma forma, há motivação por parte da gestão da UC para construção de parcerias e ações conjuntas com atores do turismo. Assim, a estrutura de organização do plano de uso público construído e proposto no âmbito desta pesquisa se consolida como instrumento norteador do processo futuro de inserção da RPPN neste campo.

Palavras-chave: Unidade de Conservação. RPPN Mata do Uru. Ecoturismo.

ABSTRACT

The growing loss of biological diversity on the planet is a complex civilizing problem that requires joint actions to resolve it, involving the government, companies, research institutions and organized civil society. Nature conservation units are considered important biodiversity protection strategies. According to the National System of Conservation Units, the conservation units have different categories, one of them being private and called Private Natural Heritage Reserve. However, these protected areas need to be implemented in order to fulfill their role, a fact that demands financial and human capital investments that are not always available to those responsible for their management. Thus, this dissertation aims to organize a public use plan for the Mata do Uru RPPN linked to its respective management program. This is an applied research, of a qualitative nature, based on bibliographical, documental and field research guided by the case study procedure, having as empirical reference the RPPN Mata do Uru, located in the municipality of Lapa, Paraná. . Four data collection strategies will be used: (i) the bibliometric study of scientific articles carried out via the CAPES and Scopus Journal Portal; (ii) analysis of technical documents such as the RPPN Mata do Uru Management Plan and its activity reports; (iii) statistical data associated with visitation activities around the Mata do Uru RPPN; and (iv) primary survey of information via the Delphi method. For the analysis stage, the collected data were systematized using the data triangulation and content analysis technique. Among the results, ecotourism emerges as a potential and reference. This potential is related to the fact that Lapa is a relevant tourist hub, with established itineraries and implemented infrastructure. Likewise, there is motivation on the part of the protected area management to build partnerships and joint actions with tourism actors. Thus, the public use plan constructed and proposed within the scope of this research is consolidated as a guiding instrument for the future process of insertion of the RPPN in this field.

Keywords: Conservation Unit. RPPN Mata do Uru. Ecotourism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.2 OBJETIVO GERAL	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 HISTÓRICO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	14
2.1.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC	23
2.1.2 Instrumentos de gestão de unidades de conservação	25
2.2 USO PÚBLICO EM RPPN	31
2.2.1 Cenário de gestão das RPPN no Paraná	35
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	38
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	38
3.2.1 Cidade da Lapa/PR	38
3.3 ETAPAS DA PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DE DADOS	41
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	48
4.1 DIAGNÓSTICO DAS EXPERIÊNCIAS DE USO PÚBLICO EM RPPN PARANAENSES	48
4.1.1 Histórico das atividades de uso público na RPPN Mata do Uru	52
4.2 ANÁLISE DOS PLANOS DE MANEJO DAS RPPN NO PARANÁ	66
4.3 POTENCIAL DE ARTICULAÇÃO COM OS ATRATIVOS TURÍSTICOS DA LAPA	78
4.4 PROPOSTA DE PLANO DE USO PÚBLICO PARA RPPN MATA DO URU	82
5 CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A - Planilha de levantamento de estado da arte	99
APÊNDICE B - Planilha do plano de manejo e atividades desenvolvidas na RPPN Mata do Uru	106
APÊNDICE C - Planilha de diagnóstico sobre atividades socioeconômicas na região da Lapa	108
ANEXO 01 - Formulário Delphi - Etapa 01 (01 de 02)	112
ANEXO 02 - Formulário Delphi - Etapa 02 (02 de 02)	120

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Localização da RPPN Mata do Uru	40
Figura 02. Organograma síntese da análise dos dados por meio da triangulação	44
Figura 03. Síntese do processo de análise	46
Figura 04. Casa sede da RPPN Mata do Uru	54
Figura 05. Trilha nas Grandes Araucárias	55
Figura 06. Trilha do Mirante	56
Figura 07. Estrada e o impacto pelos veículos pesados	57
Figura 08. Placa no Centro de Visitantes	60
Figura 09. Placa de localização	60
Figura 10. Vegetação do Brasil, do Paraná e da Mata do Uru	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Linha do tempo das políticas públicas federais relacionadas à conservação da biodiversidade	20
Quadro 02. Linha do tempo da legislação paranaense associada com ações de conservação da biodiversidade	21
Quadro 03. Relação de RPPN federais no Paraná	35
Quadro 04. Atividades turísticas em RPPN no Paraná	50
Quadro 05. Características gerais da RPPN Mata do Uru	53
Quadro 06. Visitantes na RPPN Mata do Uru	63
Quadro 07. RPPN paranaenses com plano de manejo e uso público	66
Quadro 08. Estrutura do plano de uso público na RPPN Mata do Uru	85

LISTA DE SIGLAS

AIA - Avaliação de Impactos Ambientais
ANA - Agência Nacional de Águas
APA - Área de Proteção Ambiental
APAVE - Associação dos Protetores de Áreas Verdes de Curitiba e Região Metropolitana
CEUC - Cadastro Estadual de Unidades de Conservação
CNRPPN - Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
FEMA - Fundo Estadual do Meio Ambiente
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente
FOM - Floresta Ombrófila Mista
IAT - Instituto Água e Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITR - Imposto Territorial Rural
MMA - Ministério do Meio Ambiente
NPS - *National Park Service*
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMT - Organização Mundial de Turismo
ONG - Organizações não Governamentais
PE - Parque Estadual
PNAP - Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNI - Parque Nacional do Iguaçu
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PR - Paraná
PROBIO - Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SC - Santa Catarina

SEDEST - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

SEMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SIMRPPN - Sistema Integrado de Monitoramento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural

SIMEPAR - Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental

SPE - Sociedade de Propósito Específico

UC - Unidades de Conservação

UNEP - *United Nations Environment Programme*

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, há preocupação com o Planeta Terra e debate sobre a degradação dos recursos finitos e cada vez mais escassos, reflexo de um mundo cada vez mais poluído e com perda de biodiversidade, efeitos globais que trazem consequências negativas. Proteger, usar conscientemente e de forma equilibrada deveria ser o senso comum, preocupando-se com a qualidade de vida, sobrevivência e futuro.

O mundo vive diariamente reflexos do sofrimento do meio ambiente seja por tragédias naturais, como o aquecimento global, efeito estufa, crise hídrica, entre outros, por ação antrópica. Através desse cotidiano se tem a boa notícia de organizações preocupadas em reverter esse cenário, de produção, consumo e utilização dos recursos naturais, pensando no hoje e a longo prazo, na atual geração e nas gerações futuras. As unidades de conservação (UC) de caráter público e privado são exemplos dessas iniciativas. No mundo, 15% da superfície terrestre e 7% das áreas marítimas do planeta são protegidas (UNEP, 2020). No Brasil, conforme o Manual de Compensação Ambiental da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente de 2020 as áreas protegidas correspondem a 18,6% da superfície terrestre e 26,4% do território marinho (ABRAMPA, 2020). Para garantir a sustentabilidade da vida para todas as espécies da Terra é necessário que 30% das superfícies terrestres e 30% das áreas marítimas do mundo sejam protegidas, de acordo Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da Organização das Nações Unidas, número distante da realidade, apresentada no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente de 2020 (CDB, 2020).

Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2020) as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) foram criadas em 1990, como uma estratégia para promover a conservação da natureza por meio de áreas protegidas através da iniciativa dos proprietários particulares. Essas UC ganharam com o passar dos anos importância no contexto nacional e internacional, o que exigiu um instrumento legal adequado e com uma regulamentação detalhada. Assim, em 1990 foi promulgado o Decreto nº 98.914,

criando as RPPN o qual foi substituído em 1996 pelo Decreto nº 1.922 (ICMBio, 2020).

A Associação dos Protetores de Áreas Verdes de Curitiba e Região Metropolitana (APAVE), apresenta as RPPN como forma de evitar os impactos negativos como a ocupação irregular, a especulação imobiliária, desmatamento, deposição de resíduos, caça, fogo ou outras ações que possam vir a degradar essas áreas naturais (APAVE, 2020).

De acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, em 2017 os visitantes gastaram cerca de dois bilhões de reais nos municípios de acesso às áreas protegidas e neste valor considera-se a hospedagem e alimentação, por exemplo (BRASIL, 2017). Conforme os dados do ICMBio, de 2006 a 2018, as visitas em UC federal cresceram 327% e em 2019, mais de 15 milhões de pessoas foram a uma UC brasileira (BRASIL, 2020). Porém, na mesma proporção é necessário avançar no processo de estruturação da gestão de UC, considerando que nem todas apresentam planos de uso público implementados. Tal fato pode favorecer ações de degradação se sua exploração não for organizada, consciente e correta.

Com a publicação da Lei nº 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as RPPN passaram a ser uma das categorias do grupo de uso sustentável. Em função da necessidade de adequar os procedimentos de criação, gestão e manejo da categoria, foi publicado em 5 de abril de 2006, o Decreto nº 5.746 regulamentando as RPPN, sendo a primeira categoria de UC regulamentada por decreto após a publicação do SNUC (ICMBio, 2020).

As RPPN têm sido consideradas como alternativas para a ampliação do SNUC, principalmente por ser uma categoria que integra a sociedade civil com o poder público, na busca pela conservação dos ecossistemas brasileiros.

No painel de indicadores da Confederação Nacional de RPPN disponibilizado em seu site informa que existem 1.684 RPPN no Brasil, sendo 913 estaduais, 717 federais e 54 municipais (CNRPPN, 2021). O Paraná é o segundo estado com mais RPPN, tendo 293, sendo 237 estaduais, 34 municipais e 22 federais. A diferença das três é o âmbito em que a RPPN fora reconhecida. A RPPN Mata do Uru, por exemplo, é do âmbito federal e é o proprietário da área quem toma a iniciativa para a criação de uma RPPN. Este, podem ser pessoas físicas, empresas ou organizações não governamentais (BRASIL, 2020). Destas 1.684 RPPN citadas pelo CNRPPN, apenas 301 apresentam Plano de Manejo (CNRPPN, 2021), documento oficial e de

obrigatória publicação em até cinco anos. O baixo número sinaliza deficiências em termos de implementação da legislação vigente, em especial sobre o uso público destas UC.

Compreender as áreas protegidas como serviços ecossistêmicos é item básico para sua valorização. No caso das UC públicas, o ônus da conservação é mantido por recursos financeiros públicos, já nas RPPN, o ônus da sua gestão é mantido pelo proprietário, enquanto os benefícios de ambas são utilizados por toda sociedade. Do ponto de vista da autonomia financeira, as RPPN não demonstram aptidão para geração de renda de maneira autônoma, exceto as que conseguem acessar programas ambientais públicos e privados de fomento financeiro, bem como, aquelas que desenvolvem atividades turísticas e que utilizam seu potencial construtivo em associação com algum tipo de atividade produtiva, a exemplo de fazendas de café que mantêm a RPPN enquanto estratégia de marketing de conservação (CNRPPN, 2020)

Gerar renda, portanto, é fundamental para ter êxito em qualquer negócio, inclusive em questões ambientais, mesmo para aquelas que não tem fins lucrativos, sendo necessário superávit para financiar suas atividades (MAXIMIANO, 2009).

No caso das RPPN, o uso público pode gerar receita e contribuir para a sua gestão, por meio do ecoturismo, por exemplo, sendo uma das atividades permitidas nesta categoria de UC. O ecoturismo é uma forma de turismo baseado na natureza que proporciona benefícios diretos à conservação e bem-estar dos residentes locais e visitantes, inclusive pela associação com atividades de sensibilização e educação ambiental, formal e não formal (WEAVER, 2005). Ademais, o contato com a natureza traz uma experiência interativa socioambiental com incentivo dos locais e turistas com programas de conservação (MACHADO, 2008).

Desta forma, a gestão de uso público de uma RPPN se apresenta como estratégia para contribuir com a viabilidade dessas UC, principalmente pelo fato de práticas empreendedoras no terceiro setor tornarem-se emergentes (PIVA, 2017).

Atualmente, o uso público da RPPN Mata do Uru é exclusivo para visitação de escolas, sendo atividade vinculada às ações de educação ambiental previstas em seu plano de manejo (SPVS, 2014). A possibilidade de visitação em UC, que preveem o uso público em seu planejamento, pode apresentar diversos aspectos positivos, entre eles: funcionar como um dos vetores para o desenvolvimento local, incrementar os recursos financeiros necessários à gestão da área, aproximar a

sociedade destas áreas despertando seu interesse sobre a sua conservação, e servir de oportunidade para desenvolvimento de recreação e o aprendizado em contato com a natureza (MMA, 2006). Entretanto, implementar tais ações demandam avaliação do potencial de uso público de cada UC, bem como da sua infraestrutura administrativa, considerando aqui capacidade logística, receptiva, orçamentária e técnica. Da mesma forma é preciso considerar, para efeito de planejamento futuro, as características ambientais e socioeconômicas do território em que a UC se insere (ICMBio, 2021).

A dimensão orçamentária da gestão de uma UC privada como o caso das RPPN, deve ser considerada, pois mantê-la depende de recursos financeiros. Todavia, a gestão de uma UC ainda é vista como ineficiente perante o pilar financeiro, considerando poucas experiências, reduzidas pesquisas sobre o campo e pouca orientação a respeito dessa perspectiva, sendo o plano de uso público uma das ferramentas que pode atender a demanda por captação de recursos necessários (QUAMMEN, 2016 e VIDEIRA, 2020).

A RPPN Mata do Uru foi escolhida, pois é uma UC privada e, assim, autorizada a realização de atividades econômicas, desde que restritas ao uso público e condicionada ao estabelecido no seu Plano de Manejo. Existe ainda intenção dos seus administradores em ampliar as ações de uso público.

Através da bibliometria realizada via Portal de Periódicos da Capes e base de dados da Scopus, observou-se que o descritor "Unidade de Conservação" apareceu 2.488 vezes, sendo 1.917 em periódicos revisados por pares. Desta quantidade, nota-se trabalhos sobre a implantação de uma UC, o estoque de recursos naturais nestas áreas protegidas, bem como, detalhamento das características presentes. Essa relação de temas entre as publicações sinaliza pequena produção acadêmica sobre o tema de gestão do uso público em RPPN, em especial aqueles que visam sua sustentabilidade financeira.

Quando os termos de busca foram combinados, por exemplo: unidades de conservação and uso público; RPPN and uso público; plano de manejo and RPPN, tanto em português e inglês, houve diminuição nos registros em ambos os cenários de publicações nacionais e internacionais. A maioria das publicações que apareceram nas combinações foram de trabalhos realizados na língua inglesa, como apresentado pelos autores Farinha (2019), Bernardo (2019), Berezuk (2019), Silva (2019), Ruviano (2019), Chmutina (2020), Tandon (2020), Kalkhitashvili (2020),

Tevezadze (2020) e Kobulia (2020). Além dos artigos, buscou-se complementação teórica a partir de autores como Câmara (2002), Dias (2008), Rodrigues (2009), Sachs (2002), Salvio (2018) e Young (2017) que abordam as tendências das UC, através do turismo sustentável no meio ambiente nas áreas protegidas e possibilitando a viabilidade financeira, bem trabalhos semelhantes a partir de buscas de dissertações de mestrado e teses de doutorado, com destaque aquelas realizadas na Universidade Positivo, a exemplo dos trabalhos de May (2015), Piva (2017) e Machado (2018). Na mesma perspectiva, foram analisados relatórios e documentos em bases eletrônicas dos órgãos gestores responsáveis pela gestão das UC brasileiras, a exemplo do sítio do ICMBio e do IAT/PR.

Quando o foco da busca foi por RPPN, na Capes apareceram 1.475 e também de forma combinada foram diminuindo como RPPN and turismo que trouxe apenas 46 ocorrências, definindo como RPPN Mata do Uru, objeto de estudo, o seu nome apareceu em 167 ocorrências oriundos da base do Portal de Periódicos da CAPES e 54 no Scopus, porém, as publicações não focaram ou versaram sobre o plano de visitação, o que demonstra ser um trabalho inovador e necessário, tanto no campo acad mico, como na prática. Em seu plano de manejo, existe o programa de uso público com três estratégias: visitação recreativa, educação para conservação ambiental e o de relacionamento com o entorno, porém apenas o de educação ambiental foi implementado e segue em funcionamento. Já os programas de visitação e de relacionamento com o entorno apresentam apenas as regras gerais sugeridas na ocasião da sua publicação (SPVS, 2014).

Enxerga-se a dificuldade das RPPN em estruturar seu planejamento através do plano de manejo que engloba a fiscalização, a pesquisa, a educação ambiental e o uso público, dentre outras possibilidades que podem surgir. A dificuldade varia desde a complexidade do que se pede nos roteiros de orientação para gestão, até a falta de recursos financeiros para a elaboração e implementação do plano de manejo. No Brasil, em 2020, apenas 1,86% apresentam o documento do plano de manejo elaborado (CNRPPN, 2020).

Considerando este contexto, a pergunta de pesquisa norteadora questiona: como elaborar, viabilizar e implementar um plano de uso público para a RPPN Mata do Uru, a partir da sua vocação de manejo e das oportunidades do seu entorno?

1.2 OBJETIVO GERAL

Propor estrutura de organização de um plano de uso público para a RPPN da Mata do Uru vinculado ao seu respectivo programa de manejo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 HISTÓRICO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A principal estratégia de conservação da biodiversidade perpassa as unidades de conservação (JACOBI, 2000), embora não tenha sido a primeira. Historicamente e em contexto mundial, já havia proteção ambiental, seja na Europa Medieval com proibição da caça em áreas que tinham a presença de animais, seja pela civilização Inca (MORSELLO, 2001). A primeira área protegida criada foi o Parque de Yellowstone em 1872. A proteção ambiental nos Estados Unidos é feita através do *National Park Service* (NPS) que é o órgão responsável por administrar as áreas terrestres (MAY, 2015). Embora a administração seja do NPS, admite-se parceria privadas e públicas em busca da conservação rentável (HAMIN, 2001).

Dos países do mundo, 80% possuem áreas protegidas, porém suas áreas somadas não correspondem a 20% da superfície terrestre (MULONGOY; CHAPE, 2003).

No Brasil, antes da Constituição Federal instituída em 1988 e que tem um artigo dedicado a proteção ambiental (BRASIL, 1988), já haviam outras leis de proteção, como o Código Florestal Brasileiro em sua primeira edição no ano de 1934, a criação dos Refúgios Particulares de Animais Nativos, redação dada pela Portaria nº 327/77, a Política Nacional do Meio Ambiente publicada através da Lei nº 6.938 em 1981, bem como as Reservas Particulares de Fauna e Flora, através da Portaria nº 217/88.

Já sob o aspecto de uma área protegida brasileira, a primeira iniciativa para a criação ocorreu em 1876, como sugestão do Engenheiro André Rebouças de se criar dois parques nacionais: um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal (JACOBI, 2000). Ambos, foram inspirados na primeira proteção oficial do mundo, o já mencionado Parque de Yellowstone. Mas, a primeira UC criada surgiu em 1937 com a criação do Parque Nacional de Itatiaia (ELBERS, 2011).

No fim da década de 1990 e início dos anos 2000, ocorreu o primeiro levantamento das áreas protegidas no Brasil, sendo chamado de “Avaliação de Identificação das Áreas Prioritárias para Conservação dos Biomas Brasileiros”,

organizado pelo Ministério do Meio Ambiente e financiado pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO). O resultado da avaliação possibilitou a identificação e criação de indicadores para as estratégias de uso econômico (MAY, 2015), a exemplo das recomendações para áreas protegidas, recuperação de áreas degradadas e ordenamento territorial sendo agrupadas em seis principais linhas de ação e entre elas estavam os incentivos financeiros em tópicos, sendo o primeiro a busca por captação de recursos de fundos internacionais e nacionais através de grupos de trabalho que buscariam a inclusão da destinação financeira no orçamento governamental. Os demais tópicos tratam de (i) direcionar a aplicação de mecanismos compensatórios financeiros, pagos pelos usuários de água e pela exploração mineral, com participação paritária do estado e dos municípios, com vistas na preservação ambiental, destacando-se aí a conservação das matas ciliares e a recuperação das áreas de nascente, nas suas esferas de abrangência; (ii) contribuição de pelo menos 1% do valor dos incentivos recebidos por empresas beneficiárias de apoio financeiro governamental, para projetos de preservação ambiental, aos quais devem ser acrescidos pelo menos 3% do valor total de contrapartida do governo; (iii) ter UC no município como critério para alocação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM; (iv) implementação do ICMS Ecológico em todo país; (v) estimular incentivos fiscais com a de renúncia do Governo, para investimento nas RPPN; (vi) incluir no Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental empréstimos para RPPN, bem como privilegiar as áreas preservadas nas periferia; (vii) priorizar através das pelas leis de incentivo cultural, a projetos que associem cultura e arqueologia, entre outros, à preservação ambiental; (viii) organizações que consigam recursos para conservação ambiental recebam apoio do governo; (ix) modificar a legislação de licenciamento de obras com impacto ambiental, para que os recursos oriundos da compensação ambiental sejam utilizados, tanto na regularização da situação fundiária das UC como na sua aplicação; (x) utilizar de Títulos da Dívida Agrária – TDA para a desapropriação de terras em UC; (xi) adotar uma espécie biológica como símbolo e por fim; (xii) dividir, de modo paritário, os recursos destinados à pesquisa, disseminação e ao crédito, para o desenvolvimento da agricultura sustentável (MMA, 2002).

Pode-se observar que passadas duas décadas da divulgação, poucas ações foram implementadas, com exceção do ICMS Ecológico, do PSA em alguns estados, porém, mais por opção do governo estadual do que uma atitude da união. A

avaliação foi divulgada em 2002, os dados que basearam também são do fim do Século XX e início do Século XXI e alguns exemplos foram citados, como a participação e importância da diversidade biológica, valorizando seu potencial na agroindústria que em 1998 representou 40% do PIB do Brasil (MMA, 1998).

Compreendendo o contexto histórico de proteção ambiental no Brasil, percebe-se a necessidade de incrementar a gestão destas áreas protegidas, a exemplo da ampliação de ações de uso público e formalização de parcerias, buscando contribuir com sua sustentabilidade financeira e conseqüentemente contribuir para a efetiva conservação da biodiversidade (RODRIGUES, 2009).

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 225, ao tratar desta temática diz que é direito de todos ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo responsabilidade do Poder Público e do coletivo protegê-lo para gerações presentes e futuras (BRASIL, 1988), entretanto antes da Constituição Federal já havia na legislação brasileira pautas sobre o meio ambiente e sua proteção.

No Brasil, através da deliberação pública e da existência de espaços públicos que representam os instrumentos essenciais para melhorar a vida democrática, se amplia a presença de atores que representam a diversidade e heterogeneidade da nossa sociedade (JACOBI, 2009).

Com o decorrer dos anos, o aumento da preocupação ambiental e do consumo indiscriminadamente dos recursos naturais, a proteção de espaços não se baseia apenas na beleza, como fora uma época. Os novos conceitos trazem a conservação da biodiversidade (BRITO, 2003).

A legislação brasileira da década de 1930, fazia menção à criação de UC, como o surgimento dos Parques Nacionais de Itatiaia e do Iguaçu. Foi nessa época que também surgiu o primeiro Código Florestal Brasileiro que teve edição de 1934 e 1965, revogadas em 2012, que estabeleciam limites de uso da propriedade, devendo-se respeitar a vegetação existente na terra, considerada bem de interesse comum a todos os habitantes do Brasil. Atualmente, a proteção da vegetação nativa é regulada pela Lei de Proteção da Vegetação Nativa, chamada informalmente de "novo Código Florestal", através da Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 que prevê a possibilidade de seu manejo sustentável nas seguintes situações e oportunidades.

Relacionado ao manejo sustentável, é vedado a exploração comercial, bem como a descaracterização da cobertura vegetal nativa. Além disso, é obrigatória a

manutenção das espécies presentes e cuidado com espécies exóticas que possam surgir, quando prejudicial é necessário evitar sua proliferação, quando favoreçam a regeneração é obrigatório a adoção de medidas para o renascimento (BRASIL, 2012).

Ainda no Código Florestal de 1965, vigente até 2012, o artigo 6º que foi revogado, apresentava que o proprietário da floresta não preservada, nos termos desta Lei, poderá gravá-la com perpetuidade, desde que verificada a existência de interesse público pela autoridade florestal. O vínculo constará de termo assinado perante a autoridade florestal e será averbado à margem da inscrição no Registro Público (BRASIL, 1965). Ou seja, similar a uma RPPN atual.

Em 1977 criou-se a Reserva Particular de Animais Nativos (RPAN), através do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), pela Portaria nº 327. Essa Portaria foi substituída mais tarde pela nº 217/88 que instituía as Reservas Particulares de Fauna e Flora (RPFF). Devido à alta procura de proprietários e a consequente necessidade de ter algo mais bem elaborado e definido. Em 1990, a partir do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), foi publicado o Decreto Federal nº 98.914, criando as RPPN. Esse decreto alavancou a procura e a criação de várias RPPN pelo país sob responsabilidade de reconhecimento do próprio IBAMA (ICMBio, 2011).

Em 1981, surgiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), através da Lei nº 6.938 que disponibilizava seus fins e mecanismo de formulação. É considerada por pesquisadores a mais relevante norma ambiental, depois da Constituição Federal, pois a base para política pública ambiental foi a PNMA. Seu objetivo é a preservação ambiental, visando a melhoria e recuperação do meio ambiente, tornando favorável a vida e com condições de desenvolvimento social e econômico. Busca-se com estes objetivos o desenvolvimento socioeconômico com a utilização racional dos recursos ambientais (BRASIL, 1981).

Tendo as diretrizes, o conteúdo geral, os objetivos, os fins, os mecanismos e os instrumentos da PMNA, cria-se então o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Cadastro de Defesa Ambiental.

O meio ambiente é considerado pela PMNA um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, visando o uso coletivo e para isso são necessárias ações da gestão para a manutenção do equilíbrio entre o uso público e a proteção ambiental (BRASIL, 1981).

É no artigo 4 que se apresentam os objetivos específicos da PNMA, onde busca o equilíbrio do desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e a previsão do desenvolvimento de ações para o equilíbrio ecológico. Os critérios e padrões de qualidade ambiental são apresentados através de normas para o plano de manejo, bem como a difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, entre outros objetivos (BRASIL, 1981).

Após a PNMA e a Constituição Federal, no ano de 1996, o Decreto Federal nº 98.914 foi substituído pelo Decreto nº 1.922 trazendo novas mudanças para a criação de RPPN no Brasil. A principal delas foi a de que os órgãos estaduais fariam o reconhecimento das reservas particulares, ou seja, a passagem da responsabilidade direta do Estado para a gestão e criação de áreas protegidas privadas (BRASIL, 1996).

Com o surgimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000, através da Lei nº 9.985, as RPPN passaram a ser uma das categorias de UC do grupo de uso sustentável que são áreas que visam conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (MMA, 2000).

Em 2002, surge o Decreto nº 4.340, em 22 de agosto, citando regras para a criação de novas unidades de conservação, dentre elas, sobre os objetivos, os limites da área protegida e o órgão responsável pela administração, através da denominação da categoria de manejo (BRASIL, 2002).

Já no Capítulo IV do Decreto, o artigo 12, apresenta o plano de manejo, no qual menciona: o plano de manejo da UC, será elaborado pelo órgão gestor ou pelo proprietário quando for o caso e será aprovado na portaria do órgão executor.

No artigo 33, apresenta sobre a compensação financeira, sobre obras existentes ou novas, seguindo a ordem de prioridade iniciando pela regularização e demarcação das terras, a implantação do plano de manejo, aquisição de bens e serviços que sejam suficientes para a proteção da UC, além de estudos e pesquisas da área (BRASIL, 2002). Apesar de detalhar as obrigações, não há uma cobrança para o cumprimento dessas regras. Existem diversas UC no país que não tem plano de manejo, por exemplo (ICMBio, 2015).

Ainda cita que nos casos de RPPN, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:

criação do plano de manejo, a realização de pesquisas, implantação da educação ambiental e seu financiamento para o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2002).

Em 2004, houve atualização das regras para a criação das RPPN, pelo IBAMA, em 2007, mais uma atualização, pela Instrução Normativa nº 145 de 04 de janeiro.

Em função da necessidade de adequar os procedimentos de criação e gestão da categoria com relação à Lei do SNUC foi publicado o Decreto Federal nº 5.746, de 05/04/2006, que atualmente regulamenta as RPPN. Na esfera federal o ICMBio é o órgão ambiental do governo brasileiro responsável pela criação, gestão, fiscalização e monitoramento das UC federais. Considerando a premissa constitucional de descentralização da administração pública e autonomia dos entes federados, os Estados e Municípios também podem propor políticas públicas em suas respectivas esferas que tratem da gestão de UC.

Em 13/04/2006, foi instituído o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) através do Decreto nº 5.758. O PNAP tem como princípios orientar as ações que se desenvolverão para o estabelecimento de um sistema abrangente de áreas protegidas ecologicamente representativo, efetivamente manejado, integrado a áreas terrestres e marinhas mais amplas (BRASIL, 2006). O objetivo principal do PNAP é buscar a diminuição da perda da biodiversidade, tendo como estratégica, a formulação de um sistema de áreas protegidas além das UC, assegurando o envolvimento e a qualificação dos diferentes atores sociais no processo de tomada de decisão para a criação e para a gestão das áreas protegidas, garantindo o respeito ao conhecimento e direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais (BRASIL, 2006 e LIMA, 2013). Com a publicação do decreto instituindo o PNAP, buscou-se fortalecer o SNUC, ampliando e fortalecendo seus componentes federal, distrital, estaduais e municipais, melhorando suas práticas de gestão.

A sanção da Lei nº 9.985/2000, teve alguns itens vetados, como o que citava a exploração de produtos das áreas florestais, limitando os usos, alguns estados já corrigiram essa divergência em suas legislações próprias (BRASIL, 2007).

Desde o início das políticas ambientais aqui mencionadas, pode-se verificar uma evolução, a qual se dá pelo engajamento da população nessa temática. No Quadro 01, apresenta a linha do tempo.

Quadro 01 - Linha do tempo das políticas públicas federais relacionadas à conservação da biodiversidade

Categoria	Número	Data	Objetivo
Decreto	23.793	23/01/1934	Aprovação do Código Florestal Brasileiro
Lei	4.471	15/09/1965	Aprovação do novo Código Florestal Brasileiro
Portaria	217	27/07/1977	Institui as Reservas Particulares de Fauna e Flora
Portaria	327	29/08/1977	Institui os Refúgios Particulares de Animais Nativos
Lei	6.938	31/08/1981	Institui a Política Nacional do Meio Ambiente
Decreto	98.914	31/01/1990	Institui as Reservas Particulares do Patrimônio Natural
Decreto	1.922	05/06/1996	Dispõe sobre o reconhecimento das RPPN
Lei	9.985	18/07/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC
Decreto	4.240	22/08/2002	Regulamenta artigos da Lei 9.985/2000
Instrução Normativa	24	14/04/2004	Institui regras para criação de RPPN
Projeto de Lei	5.974	29/09/2005	Dispõe incentivos fiscais para projetos ambientais
Decreto	5.746	05/04/2006	Regulamenta o art. 21 da Lei 9.985/2000
Decreto	5.758	13/04/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
Instrução Normativa	145	09/01/2007	Documentos necessários para criar RPPN
Lei	12.651	25/05/2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa

Fonte: BRASIL (2021).

Observa-se que nos últimos 20 anos, foram criadas mais políticas públicas federais de proteção do que nos 65 anos anteriores.

As RPPN têm instrumentos de gestão das UC que serão apresentados no decorrer do trabalho através da RPPN Mata do Uru, sendo o principal deles o plano de manejo.

Os instrumentos de gestão de UC foram criados pelo SNUC, instituído na Lei nº 9.985 de 2000 e que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UC. Em 2015, no Brasil existiam 1.810 áreas protegidas, incluindo modalidades municipais, estaduais, federais e terras indígenas que cobrem 2.426.789,75 km² de terra e 58.309,14 km² de áreas marítimas, o que corresponde a 20,37% do território nacional (ONU, 2015). Entre 1937, ano de criação do Parque Nacional do Itatiaia, até a aprovação do SNUC, mais de 2.000.000 km² estavam protegidos no Brasil (ICMBio, 2020).

No Paraná, onde se localiza a RPPN Mata do Uru, a legislação estadual é relacionada com a conservação da biodiversidade e apresentou incremento a partir

de 1991. No quadro 02 está a linha do tempo da legislação paranaense que teve sua última atualização em 2007.

Quadro 02 - Linha do tempo da legislação paranaense associada com ações de conservação da biodiversidade

Categoria	Número	Data	Objetivo
Lei Complementar	59	01/10/1991	Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação.
Lei	10.006	27/07/1992	Criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA)
Lei complementar	67	08/01/1993	Nova redação da Lei Complementar 59
Decreto	4262	21/11/1994	Criação da RPPN do Paraná
Decreto	2.791	27/12/1996	Estabelece critérios técnicos na Lei Complementar 59
Portaria	232	04/11/1998	Regulamenta o Decreto 4.262/94 para manifestação do interesse público
Portaria	263	18/12/1998	Criação do Cadastro Estadual de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas (CEUC) com seus conceitos, parâmetros e cálculos de conservação da biodiversidade
Decreto	4.890	31/05/2005	Dispõe sobre RPPN como unidade de proteção integral, estabelecendo critérios e incentivos a sua implementação
Decreto	1.529	02/10/2007	Atualização de procedimentos para a criação de RPPN

Fonte: PARANÁ (2020)

Como já mencionado durante o trabalho, o Paraná foi um dos pioneiros no tratamento de RPPN, quando em 1994 já havia decreto para a criação dessas UC no estado, sob o número 4.262 (PARANÁ, 1994). Em 2007, o Governo do Estado atualizou o decreto de 1994 sob o número 1.529, referente ao procedimento da criação da RPPN no Paraná, onde 62 artigos foram atualizados, divididos em grupos com objetivos e atividades permitidas em RPPN (PARANÁ, 2007).

No primeiro artigo desse decreto, a RPPN é destacada como uma UC da categoria de proteção integral, diferentemente da previsão do SNUC, mas continua sendo privada e tendo objetivo precípuo de conservação, deixando clara a motivação do proprietário para criação da RPPN. Ainda no primeiro artigo, no parágrafo único, tem como objetivos específicos a proteção, restauração e recuperação da paisagem (PARANÁ, 2007).

Sobre as atividades permitidas, a mesma Lei versa que a área fica exclusiva para o desenvolvimento de pesquisa científica com fins de conservação, turismo sustentável, educação ambiental, recreação com pessoas com necessidades

especiais e recuperação ambiental, ou seja, a área torna-se um espaço para a prática da valorização do meio ambiente. Na atualização da redação, ainda afirma que qualquer proprietário pode pleitear o reconhecimento de sua área.

No artigo 5, traz a recomendação que sejam anexados ao procedimento administrativo os elementos que formalizem o apoio do Município à implementação da RPPN, com vistas a eventuais benefícios gerados pela aplicação da Lei Complementar Estadual nº 59, de 01 de outubro de 1991 e demais normas que tratam do ICMS Ecológico.

A função administrativa do Instituto Água e Terra (IAT), é importante, pois fica a cargo do órgão a fiscalização e aprovação da criação da RPPN no Paraná, bem como o dimensionamento dos valores relacionados ao ICMS Ecológico e oriundos de cada UC.

Os municípios também têm obrigações imediatas após a criação da RPPN, é o que diz o artigo 12, quando menciona a responsabilidade de instalação de placas e a proposição de projetos de desenvolvimento sustentável com geração de emprego a partir da UC (PARANÁ, 2007).

A RPPN fica obrigada a divulgar o plano de manejo em até cinco anos depois do reconhecimento, caso contrário, poderá ser excluída do cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), além de outras sanções. O artigo 18 proíbe qualquer criadouro em RPPN. O artigo 21, trata do monitoramento e avaliação, cuja avaliações serão quali-quantitativas, ocorrendo por pelo menos uma vez ao ano, buscando a verificação do estado de conservação e proteção da biodiversidade (PARANÁ, 2007).

No Paraná, a transformação da área em UC, trará para o proprietário um título de reconhecimento e gratidão do povo paranaense. O artigo 25, cita sobre os incentivos aos proprietários: A Secretaria do Meio Ambiente e o IAT definirão orçamento, pessoal e equipamentos específicos para dar atendimento às demandas que lhe são cabíveis quanto ao planejamento, implementação e manutenção das RPPN, considerando como prioritário o atendimento às previsões do presente Decreto, inclusive quanto à capacitação dos seus técnicos (PARANÁ, 2007).

Essa orientação técnica delimita a responsabilidade do órgão gestor estadual das UC públicas, como elaboração dos respectivos planos de manejo. No caso de UC privada, como RPPN, a responsabilidade pela sua gestão fica a cargo do seu

proprietário, que pode buscar apoio de terceiros para elaboração do plano de manejo e de outras ações, bem como seu custo.

2.1.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC

O SNUC, Lei nº 9.985/2000 e Decreto nº 4.340/2002 serve como modelo para outros países. Até transformar-se em lei, passaram-se muitos anos devido a discussão do Poder Público e Ambientalistas, e entre todas as legislações, o SNUC é a mais importante para as unidades de conservação. Em 2020 ele completou 20 anos da sua promulgação, seguindo como a principal referência para gestão de UC no país. Os objetivos do SNUC são, em esferas federais, estaduais e municipais, de acordo com a Lei e visam a contribuição, proteção, promoção e recuperação das áreas. A contribuição é pela manutenção dos recursos naturais, a proteção das espécies ameaçadas de extinção, bem como as paisagens naturais, mantendo a beleza cênica e cita também a valorização econômica e social.

Apesar do SNUC ser considerado uma política pública efetiva e relevante, muitas críticas são mencionadas por autores e pesquisadores desde sua promulgação. Segundo Kuczach (2019) criar UC em âmbito federal tornou-se missão impossível e ao comemorar 20 anos do SNUC em 2020, a celebração é para o que não se perdeu ao invés do que se avançou desde 2000. Essa declaração se deve, segundo a autora, ao corte do orçamento no MMA, do esvaziamento do ICMBio, do desconhecimento ambiental, da falta de profissionais e das indicações sem critérios técnicos de funcionários com cargo de chefia nas UC.

Entre os órgãos responsáveis pelo SNUC e que fazem parte da sua gestão estão o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), responsável pela sua implementação, o MMA bem como, os órgãos executores como o ICMBio e os órgãos estaduais e municipais que compartilham da função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as UC estaduais e municipais. Alinhados a esta estrutura do SISNAMA, surge ainda o papel da sociedade civil organizada, que contribui para implementação de algumas atividades junto das UC, bem como da iniciativa privada, entre pessoas físicas e jurídicas que também atuam em ações de gestão de UC. No artigo 7 do SNUC, pode-se observar que as UC são

divididas em dois grupos: proteção integral e uso sustentável, tendo o primeiro como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Já o segundo grupo tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000). No grupo de proteção integral estão: Parque Nacional; Estação Ecológica; Reserva Biológica; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre. No grupo de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva e Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural, a divisão ocorre pelos seus objetivos de manejo e tipo de uso.

A RPPN, como já visto, enquadra-se na categoria de uso sustentável que pressupõe uso regrado por todas as leis e o SNUC. Apesar da categoria de uso sustentável, a gestão é muito parecida com as regras de proteção integral, pois não se permite o uso direto dos recursos naturais na RPPN, sendo previsto apenas o uso indireto por meio do desenvolvimento de ações como visitação, educação ambiental e pesquisa. O proprietário garante a perpetuidade daquela área, depois que se confirma como RPPN.

O artigo 21 da Lei do SNUC é dedicado a RPPN e nesse item afirma que a exploração da RPPN é para fins de pesquisas, recreativas e educacionais. É citado também que os integrantes do SNUC, através de seus órgãos, levarão orientação técnica e científica ao proprietário da RPPN, pois, provavelmente, a maioria dos donos dessas áreas não são técnicos em UC e por isso se faz necessário essa orientação (BRASIL, 2000).

O artigo 24 apresenta que o proprietário do imóvel será responsável pela sinalização, pelo plano de manejo e o relatório das atividades, no entanto, no Paraná, a sinalização fica por conta dos municípios que arrecadam o ICMS Ecológico repassado pelo Governo Estadual. O ICMS Ecológico é repassado para gestão municipal e não para os proprietários das RPPN. Assim, o investimento na área depende da burocracia do repasse e da decisão do gestor público. Críticas nesses aspectos são feitas, pois o proprietário da RPPN não recebe diretamente os recursos financeiros oriundos da compensação ambiental que a UC gera (LEITE, 2015).

Em se tratando de gestão de UC, são definidos alguns instrumentos que merecem detalhe nesta pesquisa, conforme apresentado no item 2.1.2.

2.1.2 Instrumentos de gestão de unidades de conservação

São vários os instrumentos de gestão de UC previstos no SNUC, tais quais: plano de manejo, mosaicos de UC, conselhos gestores, corredores ecológicos e o próprio uso público, como visitação, educação ambiental, entre outros. Quando se trata de RPPN não há necessidade de existência de um conselho, sendo instrumento facultativo.

O plano de manejo é definido pela Lei do SNUC como um documento técnico que apresenta os objetivos gerais de uma UC com normas de manejo dos recursos naturais. Trata-se de um documento de extrema relevância pois é elaborado a partir de estudo aprofundado sobre as características ambientais e sociais representativas da realidade de cada UC. Serve, portanto, como o principal instrumento norteador de todas as ações de gestão previstas em uma UC. Em sua ausência, apenas ações de fiscalização e pesquisa são recomendadas (SNUC, 2000).

O mosaico de UC surge enquanto instrumento possível quando ocorre criação de mais de uma UC, sobrepostas ou justapostas, públicas ou particulares. Essa proximidade territorial amplia as possibilidades de desenvolvimento de ações conjuntas entre elas, potencializando seus resultados de conservação. Através de uma administração integrada, entende-se que haverá benefício na preservação do ecossistema (RODRIGUES, 2005). A criação do mosaico foi regulamentada pelo Decreto nº 4.340/02, devendo ser reconhecido em ato do Ministério do Meio Ambiente, a pedido dos órgãos gestores das unidades de conservação (BRANDÃO e VIEIRA, 2012).

Os conselhos de UC são citados no SNUC, porém para RPPN não há sua necessidade, diferente de outras UC. Eles são a representação da esfera pública pois congregam atores de diferentes setores da sociedade que buscam contribuir para gestão da UC.

Entre as ações consideradas como uso público, a visitação surge como principal atividade, sendo permitida em UC desde que respeitando o seu respectivo Plano de Manejo, as normas da administração e o regulamento oficial da UC. De todas as categorias de UC previstas no SNUC apenas as Estações Ecológicas e as Reservas Biológicas apresentam restrições sobre o desenvolvimento de ações de uso público, sendo exceção quando o plano de manejo versa sobre essa atividade.

Jurídica e administrativamente, as UC são instrumentos de ordenamento territorial que buscam a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento local, sendo vistas como estratégias para minimizar a perda de habitat decorrente de ações humanas. Entretanto, autores como Young e Salvio (2011), criticam o uso público em UC, pois uma RPPN, por exemplo, sem apoio e sem recursos financeiros tem dificuldade em elaborar o plano de manejo, bem como garantir a implementação das ações previstas no documento. Como consequência das dificuldades financeiras das RPPN, a maioria delas não dispõem do plano de manejo, limitando o desenvolvimento de suas ações, que quando executadas ficam sem o norte do que acontecerá na área e o manejo dos recursos naturais, inclusive para implantação de estruturas físicas necessárias à gestão. Segundo Videira (2020), o pilar econômico em uma UC deve ser previsto no plano de manejo e em políticas públicas, pois a manutenção da UC privada depende de recursos financeiros.

Nesta perspectiva, o uso público também visa a autonomia financeira das UC, devendo enaltecer a perspectiva comercial, através dos aspectos gerenciais e criando alternativas financeiras, seja com cobranças de ingressos ou com a exploração recreativa dentro da área. A gestão de UC tanto no Brasil, como no exterior, é vista como ineficiente no aspecto financeiro (QUAMMEN, 2016), justamente pelo fato que para manter, melhorar e investir na conservação geram-se custos. Além disso, ações e estudos que visam analisar a UC sob o aspecto comercial na perspectiva da sustentabilidade financeira, são escassas no Brasil e no mundo (MUANIS, 2009), reflexo de poucas pesquisas sob a ótica do planejamento financeiro de uma UC (MUANIS et al., 2009; DIAS, 2013). Os objetivos da UC que visa sustentabilidade financeira não é vender a natureza e sim do seu momento nela, onde por exemplo, o consumidor compraria um passeio em uma RPPN, uma hospedagem em uma área protegida, uma aventura na floresta. Embora a natureza não esteja à venda, o artigo 25 da regulamentação do SNUC de 2002, através do Decreto nº 4.340, já afirma que é possível a exploração de produtos, subprodutos ou serviços inerentes às UC, de acordo com os objetivos de cada categoria de unidade (BRASIL, 2002).

O uso público em UC tem avançado, especialmente em termos do aumento da visitação. De acordo com o ICMBio (2016), no período de 2007 a 2015, a visitação anual em UC federais mais que dobrou, passando de 3 milhões de pessoas em 2007 para aproximadamente 7 milhões em nove temporadas

pesquisadas. Outro resultado aponta para um crescimento anual da procura por essa atividade, sendo que a localidade de cada UC interfere diretamente por essa busca, estando relacionada aos atrativos relacionados. A cidade de Foz do Iguaçu no Paraná, por exemplo, virou um dos pontos turísticos mais visitados do país, pois além do Parque Nacional do Iguaçu (PNI) também apresenta outros atrativos que, somados, conferem ao território um polo turístico. Passold e Kinker (2010) trazem evidências que o crescimento da visitação em UC brasileiras é fruto da valorização do ecoturismo, consequência da conscientização atual da população em busca por produtos, serviços e passeios sustentáveis. Medeiros e Pereira (2011) afirmam que a gestão de UC é um processo contínuo e necessário para que efetivamente se cumpram os objetivos estabelecidos para a sua proteção. A presença do ser humano é vista como uma possibilidade de conservação. O ser humano, no uso público de uma RPPN se torna corresponsável da proteção e manutenção da biodiversidade (BOULLÓN, 2000).

O uso público em UC também pode ser visto como benefício à saúde física e mental dos visitantes, pois o contato com o ambiente natural é um dos principais estímulos para as pessoas que vivem em grandes centros (VALEJJO, 2015). A partir deste cenário, percebe-se alinhamento nos trabalhos e pesquisas realizadas dos pontos positivos, como o “Panorama da visitação e da condução de visitantes em Parques brasileiros de 2017” onde os autores Melo, Pontes e Silva debatem quanto ao papel do uso público em UC, quando avaliam que além dos benefícios pessoais, existe a promoção da região inserida, o qual traz aspectos positivos tanto para a UC, quanto para o próprio visitante, ampliando a consciência da importância da sua proteção.

Um dos exemplos de uso público com sucesso em UC no Brasil é o PNI localizado na região do Extremo Oeste Paranaense na cidade de Foz do Iguaçu. Observa-se nessa área protegida que existem edificações para operacionalização do uso público, através da construção do centro de visitantes, da bilheteria, da loja e também o meio de transporte para levar os visitantes aos passeios, favorecendo a realização de atividades de ecoturismo e educação ambiental. Nessa UC, existe um hotel premiado como um dos melhores do Brasil. O PNI oferece uma trilha livre e pavimentada que tem a vista para todas as quedas de água, ao seu final, há ainda espaço de convivência e alimentação na área, chamado espaço Porto Canoas (MACHADO, 2018).

O PNI é um exemplo de sustentabilidade financeira, além de ser o mais importante contínuo biológico do Centro-Sul da América do Sul, com aproximadamente um milhão de hectares de áreas naturais, sendo mais de 600 mil hectares de áreas protegidas e outros 400 mil em florestas ainda primitivas (ICMBio, 2021).

O que difere e auxilia nesse sucesso econômico, bem como a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais no PNI é sua administração. Inicialmente a gestão foi do IBDF em 1967, posteriormente passou para o IBAMA que administrou de 1989 até o ano de 2007, quando as UC federais passaram a ser geridas pelo ICMBio (MMA, 2020). Além do ICMBio, o PNI tem a gestão feita em forma de concessão em algumas áreas, como é o caso do uso público. Atualmente, existem grupos empresariais junto ao ICMBio, sendo eles: Belmond, responsável pelo Hotel das Cataratas; Helisul, responsável pelos sobrevoos de helicóptero; Cataratas do Iguaçu S/A, responsável pelo centro de visitantes, bem como o transporte, serviço de alimentação e pela loja que vende produtos personalizados; Macuco Safari, responsável pelas atividades eco turísticas, tais quais passeio de barco, rafting, caiaque e os passeios na trilha (MACHADO, 2018). As concessões de serviços de gestão de UC são restritas ao uso público, as demais ações como manejo, fiscalização e demais administrações da UC ficam a cargo do proprietário no caso de RPPN. As concessionárias fazem diversos e constantes investimentos para ofertar um serviço de uso público de qualidade, sendo fundamental para os sucessivos recordes de visitação, sendo que as receitas e os lucros que são gerados no PNI são divididos entre o ICMBio, o próprio parque e a União (BRASIL, 2020)

Além desses instrumentos internos, existem os auxiliares consequentes de uma proteção ambiental ampliada, como o ICMS Ecológico que recebe críticas do repasse ser do Governo Estadual para o Município e não para o proprietário, ou seja, somente os governos dos estados e do Distrito Federal têm competência para instituí-lo, conforme o art. 155, II, da Constituição de 1988. O ICMS Ecológico, a partir de um conjunto de critérios ambientais, destina parte da arrecadação do ICMS para estados e municípios que detêm em seu território áreas protegidas, incluindo UC. Surge, portanto, como uma compensação pela proteção ambiental conferida pelos entes federados. O Paraná foi o primeiro estado brasileiro a instituir o ICMS Ecológico enquanto política pública, em 1989.

Já em 2014, 18 dos 26 estados brasileiros tem o ICMS Ecológico que não é um novo imposto, mas sim novos critérios de redistribuição de recursos. No Paraná, os tamanhos das cidades não interferem no repasse do ICMS Ecológico, senão vejamos, os dados de repasse do IAT no ano de 2019, Londrina recebeu R\$ 625.918,15 e Maringá R\$ 908.715,59. Já Foz do Iguaçu, Guaraqueçaba e Céu Azul, locais com natureza bem preservada, foram R\$ 3.472.875,95, R\$ 5.118.857,35 e R\$ 5.375.771,83, respectivamente (IAT, 2019).

Um grande debate que o ICMS Ecológico traz é que o repasse do Governo Estadual não é para os donos das propriedades e sim para a Prefeitura Municipal. Assim como os demais impostos, artigo 167 da Constituição Federal, os valores não têm obrigação legal de ser aplicados nas UC que o geraram. A vinculação só é obrigatória para saúde e educação. O Decreto Estadual nº 1.529/2007, ou seja, nas reservas o repasse não é obrigatório, porém o município pode perder o valor do ICMS Ecológico, caso, não dê o apoio necessário ao proprietário da reserva, seja com serviços ou qualquer material, bem como sua necessidade.

O repasse do ICMS Ecológico para a RPPN no Paraná é feito baseado nas Tábuas de Avaliação através do IAT e a pontuação vai aumentando conforme seus critérios, como por exemplo a existência do plano de manejo, sua implementação e atualização, bem como seu meio natural através de espécies raras, a infraestrutura, uso público, científico e de educação ambiental, entre outras avaliações que fazem a pontuação aumentar ou diminuir na tábua (IAT, 2020).

Países como Argentina oferecem incentivos econômicos diretos aos proprietários de RPPN (CEGANA, 2006), lá o pagamento é frequente e pode ser usado na manutenção, serviços, isenção de impostos, além de usar para promoção do turismo na sua propriedade. O artigo 158 da Constituição Federal brasileira diz que todo o ICMS arrecado, 75% ficam com o estado e 25% com o município.

Mesquita (2014, p.28) apresenta a dificuldade de parceria entre prefeituras e donos de RPPN, principalmente quando se trata de área pouco valorizada:

Importante também será acompanhar de que maneira os municípios eventualmente beneficiados com estes recursos recompensam as RPPN existentes em seu território. Ainda são raros os casos onde prefeituras convertem, seja em desconto de tributos municipais, em serviços ou mesmo em espécie, tais benefícios, ainda que parcialmente, para as reservas privadas.

Portanto, enxerga-se que o ICMS Ecológico é uma excelente ferramenta e de fácil aplicabilidade para incentivo aos proprietários de unidades de conservação que

trazem benefícios para toda população terem suas RPPN, bem como incentivar que, quem tem essas propriedades, se transformem em uma RPPN, porém, é necessário que as duas partes sejam beneficiadas.

Outro programa monetário existente é o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) que segue o princípio de usuário-pagador e provedor-recebedor, ou seja, o usuário de água limpa paga por ela e quem promove é recompensado. A Organização das Nações Unidas publicou em 2008 um relatório que o PSA é a principal forma de evitar a pressão da agricultura para com as florestas (ANA, 2009). No Paraná, o PSA é promulgado através da Lei nº 17.134/2012 que foi regulamentada em 2015, pelo Decreto Estadual nº 1.491.

O PSA é tido como uma das principais fontes de arrecadação de recursos financeiros para as RPPN, o que surge como fator de investimento na UC para melhorar toda sua estrutura de gestão. O Paraná em 2020 divulgou uma pesquisa sobre as perspectivas de futuro do PSA. Ela foi elaborada em conjunto com a colaboração do MMA e o apoio técnico do governo alemão da *Deutsche Gesellschaft für International e Zusammenarbeit – GIZ – GmbH*, empresa especializada em projetos de cooperação técnica e de desenvolvimento sustentável. Nesse documento apresenta o estado atual e perspectivas para o futuro. Atualmente, o PSA concede incentivos econômicos aos donos de RPPN visando a qualidade da gestão e serviço ambiental fornecido à sociedade, bem como a promoção da conservação e restauração da biodiversidade nas RPPN. Segundo o IAT, os valores podem ser de no mínimo R\$10.000 até R\$50.000 por ano para cada UC, sendo que as RPPN classificadas que obtiverem um valor menor que R\$10.000,00, receberão automaticamente R\$10.000,00 e as RPPN, cujo resultado do cálculo após a aplicação da fórmula obtiverem valor superior a R\$50.000,00, receberão R\$50.000,00 (IAT, 2018).

O Governo do Paraná divulgou que entre 2018 e 2020, repassou R\$ 701.013,90 às 20 RPPN que participaram do primeiro edital referente ao PSA. O valor é repassado com o intuito de fazer a manutenção da conservação ambiental nas UC e é feito em conjunto com o IAT, Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST). O recurso é proveniente do Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA) e é enxergado como um incentivo a preservação e aprimoramento dos serviços ambientais (PARANÁ, 2021).

No dia 13 de janeiro de 2021 foi instituída a Lei nº 14.119 que traz as diretrizes do PSA de forma nacional, alterando as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Os objetivos da Lei nº 14.119 de 2021 são, entre vários, estimular nacionalmente a conservação e valorizar de forma a incentivar medidas que protejam áreas com potencial de escassez de recursos hídricos, do solo e da biodiversidade. Quem fará a gestão da Política Nacional de PSA é o SISNAMA.

2.2 USO PÚBLICO EM RPPN

O uso público em RPPN deve ser compreendido como uma estratégia de valorização social da UC e orientado pela sustentabilidade (PIMENTEL, 2015). Essa sustentabilidade pode ser vista da forma financeira, pois a legislação vigente permite a utilização da área para fins econômicos como a utilização turística e recreativa, além das pesquisas e educação ambiental. Sua viabilização está vinculada à elaboração do plano de manejo da RPPN.

A elaboração do plano de manejo é baseada em um roteiro metodológico que foi criado em 2004 pelo IBAMA e desde 2007 é de responsabilidade do ICMBio, autarquia federal vinculada ao MMA. O roteiro fornece orientações básicas para criação de RPPN, bem como para a utilização do Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (SIMRPPN). O SIMRPPN é composto por um conjunto de orientações básicas e por um instrumento tecnológico direcionados para a criação, gestão e monitoria das RPPN federais, como é o caso da Mata do Uru, e serve de apoio para o poder público, para o proprietário e todos os envolvidos na gestão da RPPN (ICMBio, 2011). O seu módulo I se refere ao processo de criação, sendo uma ferramenta que auxilia os proprietários rurais interessados em criar uma RPPN, através do preenchimento *online* do requerimento e todo acompanhamento, bem como as rotinas administrativa, técnicas, cadastro do representante legal, vistoria técnica, consulta pública, análise jurídica, averbação e até a conclusão da criação com a publicação da portaria (ICMBio 2011). O módulo seguinte, é chamado de módulo II que trata do plano de manejo onde apresenta funcionalidades relativas à elaboração do mesmo e

o módulo III é referente a monitoria, apresentando serviços e comunicação direta aos proprietários da RPPN.

Com diversas funcionalidades apresentadas, o SIMRPPN ainda não está totalmente implantado. No início da pesquisa foi possível acessar o banco de dados completos com os módulos, mas já estavam desatualizados. Atualmente, a ferramenta não está mais disponível no site do ICMBio, tendo apenas uma base de dados básico, onde as RPPN federais são visualizadas a partir de um mapa, data de criação, documentos legais da criação, tamanho, dados sobre o proprietário e com possibilidade de inserir fotos.

Contudo, o ICMBio acredita, conforme descrito em seu roteiro metodológico, que cumpre com o seu papel institucional e incentiva a criação de novas RPPN em prol da conservação. O portal foi financiado pelo Programa de Incentivo às RPPN da Mata Atlântica, coordenado pelas ONGs Fundação SOS Mata Atlântica, Conservação Internacional e *The Nature Conservancy* e desenvolvido pela ArcPlan SS Ltda, empresa especializada em desenvolvimento de sistemas e servidores de mapa *WEB* (ICMBio, 2011).

A existência de um portal virtual pode significar o incentivo e até a facilidade para a criação de novas RPPN, porém etapas precisam ser seguidas em sequência a partir do requerimento feito pelo proprietário da área, considerando a análise técnica, consulta pública e vistoria técnica do ICMBio, posteriormente a análise jurídica. Seguidas as etapas e sem nenhuma ressalva, é emitido o Termo de Compromisso para que o proprietário o averbe à margem da matrícula do imóvel. Averbada a área é enviado ao ICMBio a certidão de averbação e o ICMBio publica a portaria no Diário Oficial da União.

A criação destas UC poderia ser rápida e fácil, porém no próprio roteiro do ICMBio apresenta algumas dificuldades encontrada pelos proprietários devido aos vários trâmites necessários até a conclusão da criação da RPPN.

As dificuldades pelos proprietários, segundo o ICMBio, se devem às várias etapas até a conclusão, sendo elas: o envio de documentação incompleta ou em desacordo com o exigido pela legislação; peças cartográficas da área com erro de coordenadas; regularização fundiária com problemas quanto aos limites e à titulação da propriedade; na averbação do Termo de Compromisso poderão ser identificadas, por parte dos funcionários do cartório, pendências na titulação do imóvel que deverão ser sanadas e depende do documento, pode ficar parado por longo período

até sua resolução (ICMBio, 2011). Além das dificuldades dos proprietários, o ICMBio apresenta as dificuldades por parte da instituição responsável pela criação da RPPN, nas quais, são: falta de técnicos para analisar os processos de criação da RPPN, gerando atraso para aprovação das etapas, além disso, os técnicos do ICMBio ficam fisicamente em UC que na maioria dos casos conta com equipe reduzida, pode retardar o processo, principalmente se a área da RPPN for distante das UC (ICMBio, 2011). A falta de recursos humanos é somada a falta de recursos financeiros para a realização de vistorias.

O ICMBio em seu roteiro metodológico focou na agilidade, os acertos e erros apenas na etapa da criação da RPPN, porém não citou outras dificuldades depois da criação. Por exemplo, o plano de manejo e em pesquisa própria, dez anos depois da primeira publicação do roteiro, o ICMBio em conjunto com técnicos ambientais, IBAMA, CNRPPN, funcionários de RPPN e seus proprietários para analisar o cenário de implementação dos planos de manejo em UC concluíram que apenas 5% delas tem seus planos de manejo aprovados (ICMBio, 2015). As justificativas para a baixa adesão, segundo o documento de avaliação, envolvem custo elevado, complexidade do roteiro e o fato de que muitas obrigações que lá continham não eram reais para determinadas UC, fazendo com que o plano de manejo não fosse executado. Embora seja obrigado, não há controle sobre quem deixa de elaborar o plano de manejo de uma RPPN, tanto é que a maioria independente do seu tamanho, grande ou pequena, não apresentam o plano de manejo (ICMBio, 2015).

Buscando maior adesão do plano de manejo, depreendeu-se dessa discussão a necessidade de reformular o roteiro metodológico vigente de modo a permitir que o plano de manejo seja claramente relacionado ao objetivo da RPPN, portanto, desde 2015, a RPPN que queira apenas usufruir da sua proteção legal poderá elaborar um documento de manejo simplificado. Já as que tenham atividades ou motivação para implementação de uso público, deverão seguir os passos conforme suas necessidades e legislação vigente, portanto, o roteiro atualizado é personalizado e cada RPPN produz conforme seus distintos objetivos (ICMBio, 2015).

O reformulado roteiro é dividido por capítulos, sendo eles: contextualização do plano de manejo que vai desde o conceito até a aprovação com revisão; as orientações para a elaboração com informações de estrutura, diagnóstico, planejamento, bem como o diagnóstico da vegetação, fauna, relevo e outros aspectos. A partir de então, a RPPN consegue enxergar qual caminho seguir para

elaborar seu documento obrigatório e regularizar seus objetivos previstos entendendo os limites da área (ICMBio, 2015).

Tendo o plano de manejo elaborado de forma personalizada para a UC, o proprietário e todos os envolvidos tem a ciência do que pode fazer e o que precisa ser feito para implementar suas ações de uso público de forma consciente e sustentável, orientando as ações de uso público.

O Paraná, à exemplo da esfera federal, tem um roteiro para elaboração do plano de manejo em RPPN estaduais, iniciativa do IAT, na época chamado de Instituto Ambiental do Paraná (IAP), aprovado e divulgado em 2009. O roteiro surgiu como uma estratégia facilitadora para o proprietário da RPPN, pois queria sanar dificuldades como a estrutura necessária, composição da equipe técnica, definição do zoneamento, entre outros fatores presentes no roteiro nacional do ICMBio. O roteiro estadual foi viabilizado pelo Programa Paraná Biodiversidade, fruto da cooperação entre o Banco Mundial e o Governo do Estado do Paraná (PARANÁ, 2009)

Com seu plano de manejo, as atividades de uso público de uma UC, devem ser estimuladas, aliando entretenimento e aprendizado, tornando um espaço de formação (TAKAHASHI, 2004). Entender a vocação natural da UC em conjunto com as demandas locais e seu entorno imediato, surge como potencial para um uso público consciente, eficiente e reflexivo (DIEGUES, 1989).

A composição do Programa de Uso Público em RPPN depende da vontade do proprietário, responsável pela sua gestão. Deve ainda ser adequado à categoria da UC e cumprir com seus objetivos, bem como ter investimento, pois ter a sintonia entre a conservação e o uso público é uma tarefa que precisa ser estudada, pesquisada e planejada (PIMENTEL, 2015). O uso público deve ser previsto no plano de manejo da UC e consiste na visita com fins recreativos, turísticos, de educação, a favor da conservação e minimização dos impactos. O termo público significa aspecto relacionado ao bem de todos, comum a coletividade, portanto sujeito a normas, no caso da RPPN, referendadas na legislação vigente e no seu plano de manejo (GOMES, 2012).

O desenvolvimento socioeconômico de UC tem o uso público como uma estratégia chave, as áreas apresentam valores naturais e culturais, porém, embora o uso público seja um fator importante, é preciso seguir o plano de manejo que tem cálculos de uma visita sustentável, a visita pode ser, além de estratégia de

desenvolvimento econômico e financeiro, alinhada à conservação, diminuindo as ameaças presentes como a extração ilegal de recursos naturais e a introdução de espécies exóticas (BARRIGA, 2016).

Em RPPN, é possível enxergar o desenvolvimento de atividades econômicas como investimentos, seja pelo atendimento aos usuários, guia de trilhas, plantio, entre outros (VALEJJO, 2015). Esse investimento interfere diretamente no uso público, pois uma UC com estrutura para receber turistas gera investimento do usuário e receita para o responsável pela sua gestão, no caso das RPPN seu proprietário que, por sua vez, pode reinvestir parte desta receita na própria UC.

2.2.1 Cenário de gestão das RPPN no Paraná

O surgimento de RPPN no Paraná teve aceleração na segunda parte da década de 1990 quando houve a primeira legislação paranaense em 1994. Já no primeiro ano surgiram duas RPPN, uma em Guaraqueçaba e outra em Palmeira. Já de 1997 a 2000, surgiram mais quatro. De 2000 a 2004, mais cinco, referindo-se apenas as federais localizadas em solo paranaense.

O Paraná é o segundo com o maior número de RPPN, é um estado pioneiro quando se trata de RPPN, além de ser o segundo em número de áreas protegidas no Brasil, totalizando uma área de 8269,04 ha. A Mata do Uru, objeto de estudo do trabalho, é uma RPPN Federal, ao lado de mais vinte RPPN federais no Paraná até o fim de 2020, listadas no quadro 03.

Quadro 03 - Relação de RPPN federais no Paraná

Número	Ano	Portaria	Área (ha)	Nome	Cidade
1	1994	032/1994	819,18	RPPN Salto Morato	Guaraqueçaba
2	1994	070/1994	153,17	RPPN Alegrete (Reserva Papagaios Velhos)	Palmeira
3	1997	083/1997	400	RPPN Fazenda Primavera	Tibagi
4	1999	079/1999	115	RPPN das Araucárias	General Carneiro
5	1999	083/1999	369,6	RPPN Vale do Corisco	Sengés
6	1999	099/1999	400,78	RPPN Reserva Ecológica Sebuí	Guaraqueçaba
7	2000	023/2000	218,05	RPPN Fazenda Barra Mansa	Arapoti
8	2001	166/2001	5.151,00	RPPN Iguaçu I (Corredor do Iguaçu)	Quedas do Iguaçu
9	2002	049/2002	28,84	RPPN Sítio do Bananal	Morretes

Número	Ano	Portaria	Área (ha)	Nome	Cidade
10	2002	104/2002	10	RPPN Sítio Monte Ararat	Bocaiúva do Sul
11	2004	020/2004	128,67	RPPN Mata do Uru	Lapa
12	2009	092/2009	15,24	RPPN Tayná	Ponta Grossa
13	2010	053/2010	18,55	RPPN Perna do Pirata	Morretes
14	2011	089/2011	17,33	Reserva da Pousada Graciosa	Morretes
15	2014	118/2014	133,17	RPPN Antenor Rival Crema	Bocaiúva do Sul
16	2016	009/2016	6,47	RPPN Pedra Sobre Pedra	Campo Magro
17	2016	025/2016	100	RPPN Vilar	Jaguariaíva
18	2017	637/2017	100,41	RPPN Papagaio-de-peitoroxo	Bocaiúva do Sul
19	2020	888/2020	71,08	RPPN Bellatrix	Bocaiúva do Sul
20	2020	906/2020	3,59	RPPN Bellatrix 2	Bocaiúva do Sul
21	2020	905/2020	8,91	RPPN Bellatrix 3	Bocaiúva do Sul

Fonte: SIMRPPN (2021)

CEGANA (2005) com dados do IBAMA de 2004, descreveu que 72% das RPPN do Paraná eram administradas por pessoa física, sendo que essas RPPN representavam 63% do território de áreas paranaenses protegidas. A partir desses números e com base também na lista de RPPN federais (quadro 03), é possível observar que as novas RPPN que surgiram no estado mantêm a característica de áreas pequenas se comparado a outros estados. Em comparação com a área de outras categorias de UC, as RPPN no Paraná têm áreas pequenas, mas mesmo essas áreas, também acolhem territórios com características e paisagens diversas extremamente importantes para a conservação da biodiversidade. O importante, independentemente do tamanho e se ela é pública ou privada, é o objetivo da proteção da biodiversidade e da diminuição dos prejuízos com a exploração desenfreada dos recursos naturais.

Do ponto de vista da conservação, o tamanho das áreas protegidas influencia positivamente na medida em que seu tamanho é ampliado. Porém no caso das RPPN próximas a outras UC, a quantidade é tão importante quanto o tamanho, pois estrategicamente e considerando conceitos e princípios da ecologia de paisagem, estas pequenas áreas protegidas próximas umas das outras podem favorecer a proposição dos corredores ecológicos, por exemplo (MESQUITA E VIEIRA, 2004).

Ou seja, quanto mais RPPN criadas mais áreas de conservação existirão e o seu tamanho segue como critério importante, porém não é um impeditivo para sua criação. Como já citado, as RPPN paranaenses são menores se comparado a área total protegida de vários outros estados brasileiros, porém é o segundo estado que

mais possui RPPN, o segundo que instituiu o tema em sua legislação ambiental própria, valorizando a intenção de proprietários de terra que se preocupam com a conservação e que buscam a perpetuidade da sua região e um atrativo turístico regional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se insere na Linha B do Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental da Universidade Positivo – Planejamento, Conservação e Desenvolvimento Socioambiental e tem como projeto associado, projetos de implantação de métodos de diagnóstico, intervenção e controle ambiental.

A presente pesquisa também contribui para geração de conhecimentos que contribuam para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial vinculado ao ODS 15. Este indicador busca a proteção e recuperação dos ecossistemas terrestres através da promoção do uso sustentável, bem como ao combate da degradação da terra e a perda da sua biodiversidade (ONU, 2021).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa aplicada, de caráter qualitativa que se baseia em uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo orientada pelo procedimento de estudo de caso, tendo como referência empírica a RPPN Mata do Uru, localizada no município da Lapa, Paraná.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.2.1 Cidade da Lapa/PR

Segundo o IBGE (2020) e disponibilizado no portal virtual da Prefeitura Municipal da Lapa, foi por volta de 1731 que a cidade teve início como povoado no tempo dos tropeiros. Porém, registros indicam que em 1541 chegou o primeiro desbravador a pedido do Rei da Espanha. Aqui, trata-se da chegada do homem branco, mas a cidade da Lapa tem indício arqueológicos anteriores com habitação

de povos indígenas das tribos Kaingang e Guarani (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2013).

Devido as atividades de mineração, no século XVII, o território paranaense tinha povoamento restrito a Curitiba e litoral, sendo a distribuição das fazendas de gado e atividade de mineradora diretamente ligadas a essas regiões. Devido ao forte mercado de bovinos em Minas Gerais, as fazendas do Rio Grande do Sul passaram a suprir o mercado mineiro, desencadeando à necessidade da abertura de uma estrada pela qual os mercadores pudessem passar com as tropas de gado (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2013).

O município de Lapa é reconhecido por sediar um dos mais importantes eventos da consolidação da República no Brasil, denominado de Cerco da Lapa. Após a Proclamação da República em 1889. A cidade possui o primeiro conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Paraná (IPHAN), o processo iniciou em 1937 e finalizou na década de 1970 (IPHAN, 2010).

A Casa de Câmara e Cadeia, inaugurada em 1868, é a única Câmara de Vereadores do Estado do Paraná que funciona no prédio original, consistindo em um importante monumento histórico da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2013).

O município sedia a única Congada ativa no Paraná que é uma manifestação folclórica dos descendentes de escravos negros. O Theatro São João localizado na Praça General Carneiro, inaugurado em 1876 recebeu a visita do Imperador D. Pedro II e sua comitiva e sedia atualmente diversas apresentações culturais de música, dança, teatro e poesia, atraindo grande número de turistas (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2013).

Além do turismo histórico, o turismo rural também tem grande representatividade, permitindo ao visitante vivenciar e acompanhar o processo de fabricação de produtos de origem natural como o mel, geleias, conservas e pães, além dos pratos típicos da região que apresentam forte influência da cultura tropeira (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2013). O Parque do Monge, inaugurado em 1960 atrai grande número de visitantes que buscam conhecer principalmente a gruta do monge, a qual é atribuído pela população lapeana grande valor religioso.

A Lapa situa-se no sudoeste do Estado do Paraná em uma região que teve influência dos tropeiros e dos transportadores que passavam pela região nos

Campos Gerais, através do Caminho do Viamão. Compreende uma área territorial de 2.093,859 Km², e seu nome vem do vocabulário pré-céltico lappa, que significa grande pedra, ou grande laje, que forma um abrigo (PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DA LAPA, 2003).

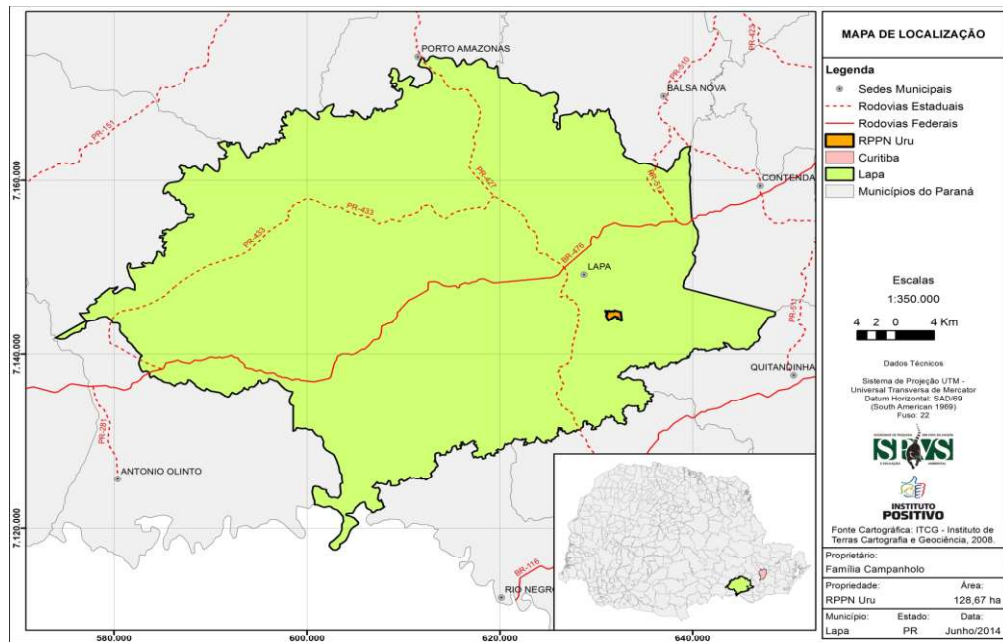
Um marco referencial de grande importância histórica no Paraná e no Brasil, tanto no processo de povoamento do segundo planalto no século XVIII e XIX como também na Revolução Federalista. De conformação linear, com vias paralelas estruturadas ao longo da passagem das tropas (SETOR HISTÓRICO DA LAPA, 1989).

Sua população, conforme o censo demográfico do IBGE de 2010, era de 44.932 habitantes e a expectativa para o próximo censo é de 47.909 habitantes e está situada a 62 km da capital do estado, Curitiba. Faz divisa com os municípios: Palmeira, Porto Amazonas, Balsa Nova, Contenda, Quitandinha, Campo do Tenente, Rio Negro, Mafra (SC), Antônio Olinto e São João do Triunfo. A emancipação ocorreu em 1872 (IBGE, 2010).

A economia do município da Lapa é relacionada historicamente com a extração da erva-mate e a atividade tropeira. Atualmente tem forte influência da agricultura e pecuária, porém, é tido como uma economia diversificada devido seu passado histórico que tem grande parte da sua receita financeira na beleza existente em seu patrimônio histórico e cultural, incluindo seus monumentos, centro histórico, praças, igrejas e unidades de conservação (PARANÁ, 2020).

A RPPN Mata do Uru está localizada no município da Lapa e tem como coordenadas centrais os pontos X: 631.900 m e Y: 7.144.600 m no Sistema de Projeção Universal Transverso de Mercator (UTM) e é possível chegar via terrestre, localizada a 70 km de Curitiba (SPVS, 2014). Na figura 01 é possível enxergar a localização da RPPN Mata do Uru.

Figura 01: Localização da RPPN Mata do Uru



SPVS, 2014.

3.3 ETAPAS DA PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Foram utilizadas quatro estratégias para a coleta de dados: (i) o estudo bibliométrico de artigos científicos realizado via Portal de Periódicos da CAPES e Scopus; (ii) análise de documentos técnicos como o Plano de Manejo da RPPN Mata do Uru e seus relatórios de atividades; (iii) dados estatísticos associados a atividades de visitação no entorno da RPPN, representando o conjunto de instrumentos de coleta de dados secundários; e (iv) questionário semiestruturado referente ao Método Delphi. Para a etapa de análise, os dados foram sistematizados a partir da técnica de triangula o de dados nas três primeiras etapas. Na quarta etapa foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, conforme detalhes dessas etapas que seguem.

A primeira estratégia foi o estudo bibliométrico, utilizou-se das seguintes palavras-chave: Unidade de Conserva o, Mata do Uru, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Visita o em RPPN, Conservation Unit, Private Reserve of Natural Heritage, Visitation in RPPN. De maneira combinada, foram realizadas buscas com: Uso Público and RPPN, Uso Público and Unidade de Conserva o,

Visitação and RPPN, Financeiro and RPPN, Administrativo and Unidade de Conservação.

Para seleção dos artigos identificados quantitativamente na bibliometria, foram utilizados os seguintes critérios: (i) relação direta com o objetivo a presente pesquisa; e (ii) constar em seu resumo informações que tratam do caráter de uso público em RPPN, com destaque para artigos que tratem da perspectiva financeira da gestão de UC. Os artigos foram utilizados para confecção dos itens da revisão de literatura, recorrendo aos autores clássicos e trabalhos semelhantes, bem como, para o item de resultados, na ocasião de artigos apresentarem dados relacionados com uso público e gestão financeira de RPPN. De maneira complementar foram também analisadas as publicações de trabalhos nos Anais do Congresso Internacional de RPPN, idealizado pela Confederação Nacional de RPPN, em suas sete versões realizados de 1996 até 2020. O produto desta etapa de pesquisa serviu como referência do que está sendo feito em termos de uso público e incremento financeiro para gestão de RPPN em diferentes contextos e regiões do país.

A segunda estratégia foi a análise de documentos técnicos como o Plano de Manejo da RPPN Mata do Uru e seus relatórios de atividades. A RPPN Mata do Uru é uma das UC que tem o Plano de Manejo elaborado, sua versão data de 2014 e tem 307 páginas, sendo nele descrito o Programa de Uso Público. Os relatórios de atividades estão em posse do Grupo Positivo, financiador da RPPN desde 2003. O produto desta etapa da pesquisa envolveu a sistematização de informações que serviram de referência norteadora para etapa de análise, considerando que surgem enquanto delimitação formal das ações de gestão da RPPN, tanto as já realizadas (relatórios de atividades) quanto as previstas para sua realização (plano de manejo).

A terceira estratégia considerou a utilização de dados estatísticos oriundos de instituições de pesquisa e de Estado (IPARDES, IBGE, Associação Comercial, Sistema S) e associados a atividades de visitação no entorno da RPPN, a exemplo do levantamento de informações sobre turismo de base comunitária, de aventura, religioso, gastronômico, histórico e cultural. Outras atividades econômicas que apresentem associação com geração de renda no município da Lapa e conservação da biodiversidade também foram mapeadas, a exemplo da atividade vinculada ao campo da ornitologia (observação de aves – *Bird Watch*) e ao campo da saúde, como estruturas de Spa e atividades que utilizam a natureza como referência em tratamentos alternativos de saúde. A cidade da Lapa é considerada turística com

diversos locais de visitação e geração de renda. A busca junto a Prefeitura Municipal da Lapa trouxe as receitas obtidas pelo município através do turismo. O produto relacionado a esta etapa de pesquisa foi a construção de um diagnóstico sobre a oferta atual e as oportunidades para o uso público na RPPN.

A quarta estratégia foi o Método Delphi com duas etapas, a primeira foi com perguntas abertas; e a segunda etapa foi estruturada, com as questões apresentadas após sistematização e análise das respostas da primeira rodada (busca pela formação de consensos entre as respostas da primeira etapa). Os especialistas tiveram a identidade preservadas e total liberdade em expressar qualquer opinião, sem tampouco necessitar justificá-las.

Em relação à etapa das análises, as técnicas utilizadas foram a triangulação de dados oriundos dos três instrumentos descritos e a análise de conteúdo considerando a proposição metodológica de Bardin (2011). A triangulação é a combinação de diferentes técnicas utilizadas na busca de um mesmo tema, sendo que de forma triangulada é possível consolidar os levantamentos (DENZIN, 2005). Já a análise de conteúdo consiste em várias técnicas que dão suporte ao pesquisador através da comunicação para analisar diferentes vertentes e significados das respostas, para isso, existem três fases: a primeira é a pré-análise, a segunda é a exploração do material e a terceira é a interpretação dos resultados (BARDIN, 2011).

A triangulação foi feita através do editor de planilhas Microsoft Excel, tendo três diferentes planilhas com informações oriundas dos instrumentos de coleta de dados mencionados:

- (1) planilha de levantamento de estado da arte, buscando atividades e experiências de uso público em RPPN brasileiras, com destaque aquelas que tem potencial de arrecadação de recursos financeiros. Trata-se da referência externa em termos de ações potenciais de uso público em RPPN em escala nacional e que foram publicadas em periódicos classificados. Essas atividades e experiências de uso público foram organizadas e classificadas em temas, chamadas aqui de categorias de uso público em RPPN;
- (2) planilha do plano de manejo e atividades desenvolvidas na RPPN Mata do Uru, a qual serviu de referência analítica, considerando a importância do Plano de Manejo para gestão da UC. A busca aqui foi por ações de

uso público propostas e implementadas, em especial aquelas relacionadas com visitação recreativa e relacionamento com o entorno, e que seguem descritas no Plano de Manejo da UC e nos relatórios de atividades. Trata-se da referência local e de caráter interno em termos de ações realizadas e em potencial que estão previstas nos documentos de gestão da RPPN Mata do Uru. Essas ações de uso público implementadas ou propostas para UC foram classificadas a partir das categorias de uso público definidas no item anterior (1); e

- (3) planilha de diagnóstico sobre atividades socioeconômicas na região da Lapa e que apresentam potencial para o desenvolvimento de ações compartilhadas de uso público envolvendo a RPPN Mata do Uru. Trata-se de referência regional e de entorno imediato à RPPN Mata do Uru, que corresponde ao cenário de usos do território que eventualmente podem orientar ações futuras de gestão do uso público na UC.

O processo de triangulação a partir dos dados organizados nestas planilhas pode ser sintetizado no organograma que segue na figura 02.

Figura 02: Organograma síntese da análise dos dados por meio da triangulação



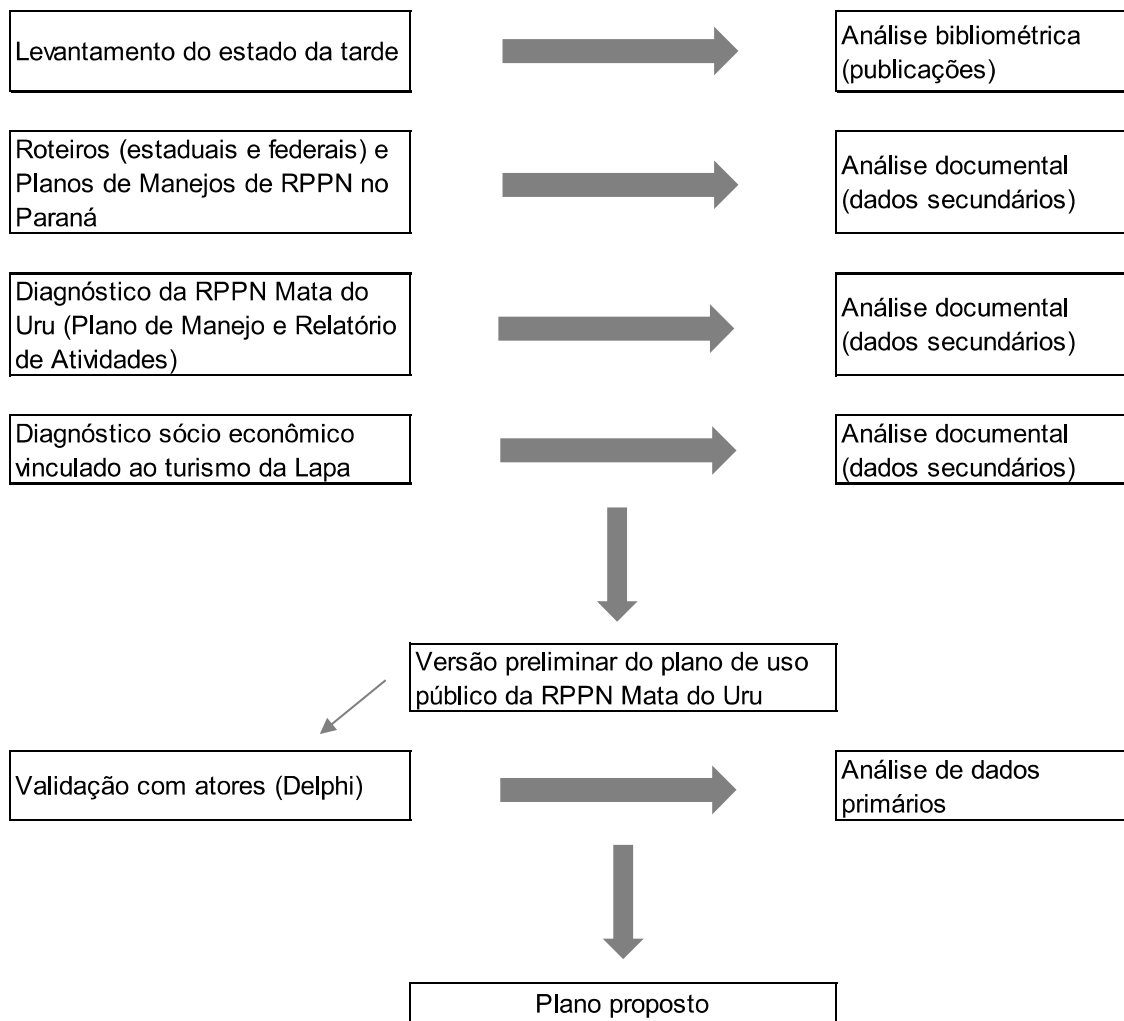
Essa estrutura de coleta e análise de dados apresentada compõe a primeira etapa de pesquisa. O produto desta etapa delimitou o cenário da pesquisa em relação as possibilidades de uso público alinhadas com a vocação da RPPN da Mata do Uru. Da mesma maneira, serviu de referência para segunda etapa, que trata de propor a estrutura de organização de um plano de uso para RPPN Mata do Uru, a qual contou com ferramenta de coleta de dados primários a partir da utilização do Método Delphi. A segunda etapa se subdivide em dois momentos: (i) proposição preliminar da organização de um plano de uso público da RPPN da Mata do Uru, elaborado a partir da síntese da primeira etapa, da análise dos roteiros metodológicos para elaboração de planos de manejo em RPPN (publicados pelo IBAMA/ICMbio e IAT/PR) e do conjunto de planos de manejo já elaborados das oito RPPN paranenses que possuem o documento; e (ii) validação da organização preliminar do plano de uso público da RPPN da Mata do Uru, a partir da utilização do Método Delphi, sendo aplicado com três grupos de atores: (i) os proprietários da RPPN Mata do Uru; (ii) os gestores da RPPN, sendo um representante do Grupo Positivo (antigo responsável direto pela gestão da UC) e um representante da Posigraf (atual responsável pela gestão da UC); e (iii) um representante da instituição que esteve responsável pela execução das atividades de educação ambiental e visitação desenvolvidas na RPPN entre 2014 a 2019. A ferramenta do Delphi consiste em um questionário com questões sequenciais que consideram os elementos obtidos na etapa 2 da pesquisa (anexo 01). No contexto da pesquisa o questionário teve seu formato adaptado pelos elementos de um plano de manejo de RPPN. Antes de sua aplicação ele foi testado por dois especialistas no tema, sendo um pesquisador do PPGAMB e um representante da CNRPPN, ambos com experiência profissional comprovada em manejo de RPPN.

O Método Delphi consiste na busca em um grupo de especialistas ou interlocutores privilegiados, a melhor tomada de decisão. Acontece em rodadas conforme resposta do questionário (LISTONE E TUROFF, 2002; GRISHAM, 2009). No caso da presente pesquisa foram duas rodadas e em cada uma delas, observou-se as tendências e justificativas. Cabe salientar que não se trata, apenas, da contagem de votos, mas sim a comparação de opiniões cada qual com seu argumento de defesa (FACIONE, 1990).

O processo para utilizar e analisar o Método Delphi e utilizado na pesquisa consistiu, baseado em literatura consultada e divididas da seguinte forma: escolha

do grupo de especialistas ou interlocutores privilegiados, no caso foram os três grupos mencionados. O questionário foi enviado em duas etapas (anexo 01). Com o recebimento do questionário 01 respondido, foi feita a análise qualitativa das respostas buscando sua sistematização. Com a análise em mãos, criou-se e enviou-se o questionário 02 com o feedback (anexo 02). Após o recebimento do segundo questionário, criou-se o relatório final que baseou a criação da estrutura de organização do plano de uso público da RPPN Mata do Uru para a implementação dessa atividade na RPPN. Vale destacar que os interlocutores que responderam o questionário concordaram em participar da pesquisa assinando um Termo Consentimento Livre e Esclarecido ao final do questionário 01. Para efeito desta pesquisa, a etapa correspondente ao Método Delphi surgiu como estratégia de validação da proposição preliminar do Plano de Uso Público para RPPN Mata do Uru, partindo do princípio em que os gestores e proprietários da UC são os atores que, de fato, respondem pela sua gestão. Da mesma forma, dado seu envolvimento pessoal e institucional, são os atores cuja experiência e vivência de gestão são aspectos essenciais que legitimam qualquer proposta de planejamento para a RPPN. A figura 03 apresenta uma síntese dos procedimentos metodológicos.

Figura 03: Síntese do processo de análise



4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando as etapas de pesquisa e com o horizonte de subsidiar a elaboração da estrutura de organização de um plano de uso público da para RPPN Mata do Uru, este capítulo da dissertação se divide em quatro itens: 4.1 Diagnóstico das experiências de uso público em RPPN Paranaenses, que trata de um levantamento prévio sobre tais práticas, seus benefícios e prejuízos para gestão dessas UC, bem como a estrutura dos seus planos de manejo; 4.1.1 Histórico das atividades de uso público na RPPN Mata do Uru, com intuito de compor um diagnóstico atualizado; 4.2 Análise dos planos de manejo das RPPN Federais do Paraná, no sentido de perceber ferramentas de planejamento de uso público e aproximações de estratégias que possam servir de inspiração para RPPN Mata do Uru; 4.3 Potencial de articulação com os atrativos turísticos da Lapa (PR), a partir de um diagnóstico sobre as principais atividades econômicas que eventualmente possam estar associadas à gestão da RPPN Mata do Uru e, por fim, 4.4 Proposta do plano de uso público da RPPN Mata do Uru, o qual apresentará a consolidação da pesquisa.

4.1 DIAGNÓSTICO DAS EXPERIÊNCIAS DE USO PÚBLICO EM RPPN PARANAENSES

A partir da década de 1980, surgiram movimentos para que a sustentabilidade estivesse presente no turismo, sendo assim, o movimento ambientalista foi fundamental para que diminuísse o turismo de forma destrutiva para um turismo ético que buscasse a proteção ambiental, respeitando a população local e o enriquecimento dos mesmos (PIRES, 2002).

Foi na década de 1980 que houve diversos marcos na relação turismo e meio ambiente como a Conferência da Organização Mundial de Turismo (OMT) em 1980; Declaração sobre Turismo e Meio Ambiente da ONU e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 1982; e a adoção da Carta do Turismo e do Código do Turista pela OMT em 1985 (OLIVEIRA, 2003). Através desses marcos

a visão sobre o turismo e meio ambiente que historicamente eram distantes, foram se aproximando, buscando benefício financeiro, social e ambiental.

No século atual, o turismo é considerado um importante gerador de empregos e da movimentação econômica, inclusive no Brasil, poucos anos atrás, aconteceram os maiores eventos esportivos globais, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016.

Segundo a OMT, o turismo é responsável por 10% da atividade econômica mundial, a mesma define o turismo sustentável como ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais (OMT, 2010) e o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, na sigla em inglês), ao lado da Oxford Economics, divulgou em 2019 que o turismo no Brasil contribuiu 8,1% ao PIB brasileiro e gerou 7,5% de empregos no país (WTCC, 2019). Portanto, o uso público, meio ambiente e turismo devem estar alinhados (CÂMARA, 2004).

Para fins do levantamento atual das RPPN que desenvolvem ações de uso público no Brasil, foram utilizados dados da CNRPPN¹, do ICMBio² e do IBAMA³ que divulga relatórios sobre as RPPN.

Do total das RPPN divulgadas no relatório de 2021 da CNRPPN, apenas 38 dentre as 1.684 afirmaram que desenvolvem atividades turísticas como sendo ação de uso público, o que corresponde a 2,26%, no entanto, pesquisando em portais e sítios das RPPN apenas 31 apresentaram sobre o uso público, sendo 9 da Bahia, 8 do Paraná, 5 de Minas Gerais, 3 de Mato Grosso. Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Rio de Janeiro, Roraima e São Paulo apareceram com uma RPPN.

Sobre os biomas de quem divulgou, 18 são da Mata Atlântica, 7 do Cerrado, 2 da Amazônia, 2 da Caatinga e 2 do Pantanal.

No caso da RPPN Mata do Uru, não há realização de atividades turísticas, pois dentre suas atividades de uso público descritas em seu plano de manejo, apenas atividades de educação ambiental estão sendo desenvolvidas e com caráter pedagógico, ou seja, a RPPN segue fechada para uso turístico. Segundo o mesmo relatório, no Paraná, apenas oito RPPN exploram o turismo, estando abertas para visitação nessa categoria, conforme mostra o quadro 04.

¹ <https://www.rppn.org.br/indicadores-de-rppns>

² https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Acesso_Informacao

³ <https://www.ibama.gov.br/>

Quadro 04 - Atividades turísticas em RPPN no Paraná

Nome da RPPN	Cidade	Atividades turísticas
RPPN Bellatrix	Bocaiúva do Sul	Retiros de meditação; Cursos; Encontros; Observatório astronômico; Yoga; Chalés para hospedagens. Atendimento mediante taxas e reservas.
RPPN Bellatrix 2	Bocaiúva do Sul	Retiros de meditação; Cursos; Encontros; Observatório astronômico; Yoga; Chalés para hospedagens. Atendimento mediante taxas e reservas.
RPPN Bellatrix 3	Bocaiúva do Sul	Retiros de meditação; Cursos; Encontros; Observatório astronômico; Yoga; Chalés para hospedagens. Atendimento mediante taxas e reservas.
RPPN Salto Morato	Guaraqueçaba	Centro de visitantes; Alojamento; Trilhas; Observação de aves (Bird Watching); Banho de rio; Camping. Atendimento mediante taxas e reservas.
RPPN Reserva Ecológica Sebui	Guaraqueçaba	Observação de aves (Bird Watching); Passeios em rios e ilhas; Prática de esportes; Cachoeiras e cavernas; Pousadas para hospedagens. Atendimento mediante taxas e reservas.
RPPN Reserva da Pousada Graciosa	Morretes	Banho de piscina; Estrutura para churrasco; Trilha para caminhada; Trilha para ciclismo; Pousada para hospedagem. Atendimento mediante taxas e reservas.
RPPN Ninho do Corvo	Prudentópolis	Tirorela; Rapelesa; Corvolesa; Chalés para hospedagem; Atendimento mediante taxas e reservas.
RPPN Reserva Ecológica ITA-Y-TYBA	Tibagi	Cachoeiras e lagos; Casa de memórias; Trilhas; Ciclismo rural; Passeios a cavalo; Café e alambique; Hortas; Ginástica; Ordenha; Quadra esportiva; Piscina e sauna; Brinquedoteca; Hotel fazenda para hospedagem. Atendimento mediante taxas e reservas

Fonte: CNRPPN (2021)

As RPPN Salto Morato e Sebuí estão localizadas no município de Guaraqueçaba. As RPPN Pousada Graciosa em Morretes, Bellatrix 1, 2 e 3 em Bocaiúva do Sul, bem como, a RPPN Ninho do Corvo em Prudentópolis e a RPPN ITA-Y-TYBA em Tibagi (PARANÁ, 2021).

A RPPN Salto Morato, gerenciada pela Fundação Boticário tem sua estrutura composta por centro de visitantes e alojamento, as atividades previstas em seu uso público: trilha, observação de aves (*Bird Watching*), banho de rio, e *camping*. No momento, pela pandemia está fechada, mas quando aberta cobrava entrada de R\$ 40,00, conforme seu site oficial (SALTO MORATO, 2011).

A RPPN Sebuí tem em sua estrutura: pousadas, caiaques e barcos. As atividades de uso público são: observação de aves (*Bird Watching*), passeios em rios e ilhas, prática de esportes, ida a cachoeiras e cavernas. As cobranças são

relacionadas aos passeios e hospedagens com confirmação de valores mediante a contato, período e época. (CIAECO, 2021).

A RPPN Pousada Graciosa se insere no bioma Mata Atlântica floresta tropical com vista para o Parque Estadual do Pico do Marumbi, sua estrutura é composta por seis chalés, piscina, área coberta para churrasco e amplos jardins com trilhas para caminhada e ciclismo. As cobranças são referentes as diárias que variam de R\$ 400,00 a R\$ 450,00, porém está fechada no momento da pandemia da Covid-19, conforme seu site oficial (POUSADA GRACIOSA, 2021).

A RPPN Bellatrix tem em sua estrutura o centro de vivências completo para receber retiros de meditação, cursos e encontros com capacidade para até 70 pessoas e o observatório astronômico. A área está rodeada de floresta com araucárias centenárias, rica em biodiversidade e nascentes de água pura. As atividades previstas também contam com a prática de yoga e casas coloniais, transformadas em chalés, exclusivos para hospedagem. Atende mediante taxa e reserva a ser confirmada pelo período e época (BELLATRIX, 2021).

A RPPN Ninho do Corvo tem diversas atividades, como tirolesa, rapelesa, corvolesa, as três atividades juntas que formam o Circuito Cânion com venda de ingressos no próprio site, inclusive com hospedagem se o visitante quiser ficar mais de um dia. A RPPN oferece atendimento em português e inglês e está aberta seguindo as normas sanitárias. As atividades variam de R\$ 45,00 a R\$ 190,00 e a hospedagem de R\$ 340,00 a R\$830,00 (NINHO DO CORVO, 2021).

A RPPN ITA-Y-TYBA se identifica como um hotel fazenda de ecoturismo com atividades cobradas de cachoeiras, casa de memórias, trilhas, ciclismo rural, passeios a cavalo, café, alambique, hortas, ginástica, ordenha, quadra esportiva, piscina, sauna, brinquedoteca e lago. Possui atendimento online e é necessário ficar, no mínimo, duas noites no chalé e custa a partir de R\$ 407,00 (ITAYTYBA, 2021).

Observou-se que as RPPN que têm no uso público uma forma de receita, conseguem conciliam as ações de conservação a partir da atividade do turismo, gerando renda para gestão da UC. As atividades previstas e cobradas são orientadas pelas diretrizes dos seus respectivos planos de manejo, contribuindo para autonomia financeira da RPPN. Tal perspectiva vem sendo bem aceita pela sociedade, pois mantem a preocupação com o turismo sustentável. Dessa forma, mesmo nas UC mais distantes dos centros urbanos, as atividades de uso público

realizadas, que também envolvem a educação ambiental, contribuem também para geração de renda e melhorias de vida para população local.

Hoje a RPPN Mata do Uru tem seu uso público vinculado apenas ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental, as quais são realizadas por uma empresa terceirizada e gerando custo financeiro para a gestão, estando ainda limitada para estudantes das redes formais de ensino. A visitação aberta ao público, tendo no turismo um campo de atuação em diferentes modalidades, não é explorada hoje, muito embora haja previsão de alinhamento da atividade de visitação em seu plano de manejo.

4.1.1 Histórico das atividades de uso público na RPPN Mata do Uru

A história de criação da Mata do Uru envolve a família Campanholo que tinha o interesse em preservar a área. A fazenda com 128,67 hectares foi adquirida em 1950 por Ari Campanholo. Em 1985 o filho do proprietário, o Gabriel Campanholo mudou-se para a área, no local construiu uma pequena sede, onde morou até a sua morte em 2003. Em 18 anos morando na Fazenda, plantou 80 mil pinhões no local e a família nunca explorou comercialmente a terra (SPVS, 2014).

Foi através de uma entrevista de Clóvis Borges, fundador diretor da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), que alertava para a importância da conservação de Floresta com Araucária que o plano de proteger a área deu início (SPVS, 2014).

O contato feito por Gabriel Campanholo com a SPVS se deu através de uma carta, explicando a realidade da área e seu interesse em protegê-la. A SPVS enxergou a necessidade de preservar a área e também criou o Programa Desmatamento Evitado, projeto que visa à aliança entre os proprietários com remanescentes florestais de Floresta com Araucária e com empresas que possuem o objetivo de manter esses remanescentes, em troca de compensação de carbono ou da conservação da biodiversidade.

O Grupo Positivo demonstrou interesse nessa parceria para incentivar a proteção do meio ambiente e desde 2003 é financiador da área. No ano 2000, o proprietário Gabriel Campanholo, a SPVS e o Grupo Positivo, entraram em contato com o IBAMA, para proceder com a documentação para transformar a área em uma

RPPN, até o ano de sua morte o processo ainda não havia sido concluído, somente no ano de 2004 a área foi declarada como uma RPPN Federal (SPVS, 2014).

A RPPN Mata do Uru é: uma UC do grupo de uso sustentável, conforme classificação do SNUC e tem como objetivo conciliar a conservação com o uso sustentável de parte dos recursos naturais disponíveis (SNUC, 2020). Está compreendida no domínio fitofisiográfico da Floresta Ombrófila Mista, caracterizada como um ambiente estruturalmente complexo, abrigando diversos tipos de comunidades biológicas com manchas de Estepe Gramíneo-lenhosa, inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana e contornada em seu limite sul pelo Parque Estadual do Monge. Abriga uma riqueza considerável de ambientes, o que aumenta o valor de conservação da área, viabilizando a permanência da fauna e a manutenção das populações de espécies ameaçadas (SPVS, 2014).

No Paraná, sua cobertura original era de uma área correspondente a 37% da superfície do estado, hoje em bom estado, se conservam apenas 0,8% segundo a apresentação da Mata do Uru no Plano de Manejo. Essa grande redução se deu por causa da extração ilegal de madeira, extensão agrícola extensiva e plantação de espécies exóticas com fins comerciais (SPVS, 2014)

No quadro 05, têm as informações técnicas e o resumo da RPPN da Mata do Uru, com informações de área, nome, proprietários, entre outros.

Quadro 05 - Características gerais da RPPN Mata do Uru

Características gerais	RPPN Mata do Uru
Nome da propriedade	Fazenda Uru, registrada sob a matrícula n.º 21.616, livro n.º 2, ficha n.º 001, de 12 de agosto de 2003, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Lapa/PR.
Proprietários	Aristides Tadeu Gianello e Beatriz Regina Gianello usufruto de Alba Regina Campanholo
Gestores	Proprietários, SPVS e Grupo Positivo
Endereço do proprietário/Gestor	Proprietários: Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 289 apartamentos: 902. Curitiba-PR.
Endereço da área protegida	SPVS: R. Victório Viezzer, 651. Curitiba - Paraná 80810-340. spvs@spvs.org.br. (41) 3094-4600. Estrada Ponte Nova, s/n
Superfície total da propriedade	128,67 há
Superfície da área protegida	128,67 há

Características gerais	RPPN Mata do Uru
Município/Estado	Lapa/Paraná
Coordenadas geográficas	Longitude W: 49°41'; Latitude S: 25°48'
Distâncias de centros urbanos	6 km da sede do município de Lapa
Data de ingresso no Programa Desmatamento Evitado/ SPVS	2003
Confrontantes/divisas	Norte: Parque Estadual do Monge; propriedade particular; Sul: Propriedades particulares; Oeste: Propriedades particulares; Leste: Propriedades particulares
Biomos e ecossistemas	Região da Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária) e Campos Naturais (Estepe gramíneo-lenhosa). Ecossistemas: Florestais. Floresta secundária em estágio inicial, médio e avançado de sucessão e floresta aluvial.
Atividades Conservação	Pró- Já em execução: pesquisa com fauna e flora; fiscalização e proteção constante; controle de espécies exóticas. Previstas: Visitação; relacionamento com moradores do município; relacionamento com gestão do PE Monge.
Atividades Conflitantes	Presença de propriedades particulares com atividade agropecuária intensiva no entorno da RPPN.

Fonte: SPVS (2014)

A RPPN da Mata do Uru tem em sua estrutura uma casa sede, a qual serve de residência para os funcionários da reserva e nela têm itens pessoais do proprietário, tornando-se também um museu da área. Na figura 04 tem a foto da sede.

Figura 04: Casa sede da RPPN Mata do Uru



SPVS, 2014.

Além da sede, a RPPN Mata do Uru tem três trilhas principais para visitação e estão distribuídas pela área, sendo elas a Trilha das Grandes Araucárias, a Trilha do Mirante e a Trilha da Cachoeira. A Trilha das Grandes Araucárias é a maior das três, apresentando 652,7 metros de comprimento, com início e término em locais diferentes. As trilhas foram sendo feitas de acordo com os pontos de controle de topografia, topos de morro, depressões naturais, áreas úmidas e/ou alagadas, trilhas existentes para diferentes usos, áreas com espécies endêmicas, segurança, corpos d'água para a definição dos traçados (SPVS, 2014).

A trilha nas Grandes Araucárias, figura 05, fica em uma das áreas mais conservadas. Foi revitalizada em 2013 e está apta para receber grupos de até 30 pessoas por dia em até três vezes por semana, de acordo com o estudo de capacidade de carga realizado (SPVS, 2014).

Figura 05: Trilha nas Grandes Araucárias

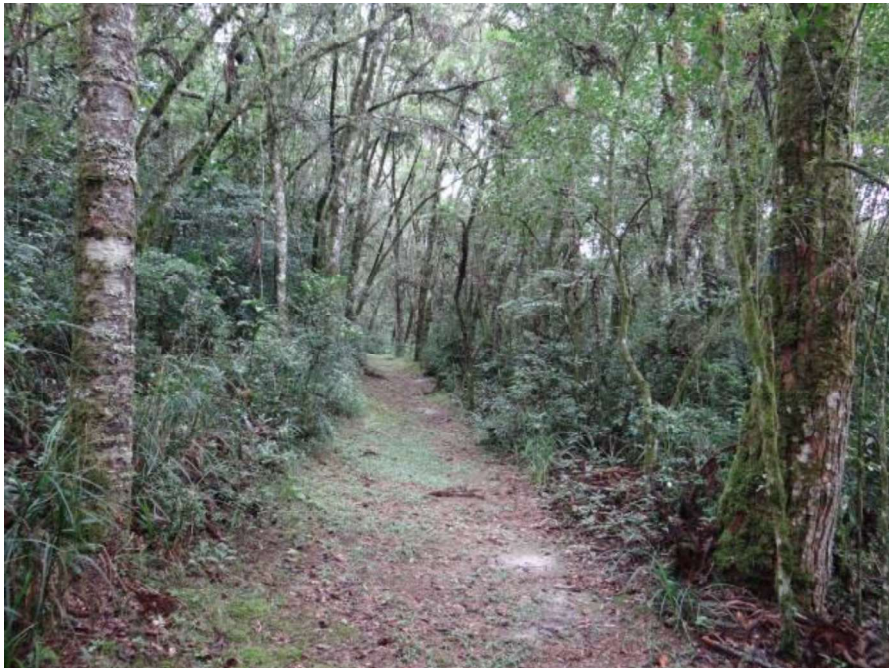


SPVS, 2014.

A outra trilha é a Trilha do Mirante, figura 06, descrita pela SPVS em 2014, como uma região composta de vegetação em estágio avançado de regeneração onde está localizada uma antiga trilha usada para a passagem de animais. Nessa mesma área era feita extração e secagem da erva-mate. A denominação Trilha do

Mirante foi por causa da existência de um mirante natural com vista para uma encosta com araucárias contrastando com áreas degradadas, ou seja, de um lado o meio ambiente protegido em sua plenitude e do outro áreas destruídas por ação antrópica. (SPVS, 2014).

Figura 06: Trilha do Mirante



SPVS, 2014.

A terceira principal trilha é a Trilha da Cachoeira, chamada assim devido à existência de uma cachoeira de três quedas com espécies da fauna e flora local, sendo um dos pontos atrativos da RPPN. Entre a primeira e a segunda queda existe um pequeno platô antigamente usado para banho (SPVS, 2014).

Além da sede, trilhas, ainda existem as placas de sinalizações, as estradas, organização dos resíduos sólidos e o tratamento de efluentes das edificações presentes na RPPN. As placas são divididas em placa de identificação da área, interpretativas, de advertência, indicativas e reguladoras. As estradas permitem o acesso dos visitantes e a passagem dos moradores do entorno, porém é usada por tratores e caminhões, figura 07, o que gera risco aos animais, comprometimento da qualidade de água do Rio Calixto, pois as passagens de veículos pesados movimentam o sedimento e a poluição sonora.

Figura 07: Estrada e o impacto pelos veículos pesados



SPVS, 2014.

A manutenção da estrada é feita em parceria com a Prefeitura Municipal da Lapa, tendo a utilização de técnicas com baixo impacto. A organização dos resíduos sólidos não acontece porque a localização da UC é no meio rural com poucas residências. Então, o lixo é separado em orgânico e reciclado e levado em um ponto de coleta a 3 km de distância. O tratamento de efluentes é realizado na própria RPPN e cada estrutura tem a fossa séptica as quais deságuam em uma estação de tratamentos por zona de raízes antes de serem lançadas no sumidouro (SPVS, 2014).

O plano de manejo da RPPN Mata do Uru tem o programa de uso público com três vieses estratégicos, sendo de visitação recreativa, o de educação para conservação ambiental e o de relacionamento com o entorno, porém dessas três, apenas a educação ambiental está implementada e em funcionamento. A visitação recreativa e o relacionamento com o entorno só apresentam as normas a serem seguidas para iniciar seu funcionamento. Atualmente, o uso público da RPPN Mata do Uru é para educação ambiental, um programa que não gera retornos financeiros para a gestão da RPPN, mas que apresenta relevante contribuição pedagógica e de sensibilização das pessoas acerca dos processos de conservação da natureza.

Considerando as experiências das RPPN paranaenses analisadas no item 4.1 é no uso público de visitação e no relacionamento com o entorno, ambos vinculados ao turismo, que surgem as principais estratégias de geração de receita para RPPN estudada. Contudo, o seu plano de manejo não sinaliza formas de viabilização dessas estratégias, considerando proposição de ações para sua implementação. Tal

aspecto corrobora a necessidade das etapas de um plano de uso público para UC, no escopo desta pesquisa.

Todavia, qualquer atividade de gestão na RPPN Mata do Uru, devem ser validadas por seus gestores, constituído pelos proprietários, representantes da Posigraf (instituição atualmente responsável por aporte financeiro à RPPN), da SPVS (OSCIP – Organização da Sociedade Civil sem Fins Lucrativos, a qual realizada a gestão da RPPN junto aos proprietários) e outras entidades de interesse. Todas as atividades deverão estar em conformidade com a legislação ambiental vigente, aprovadas pelos gestores da área protegida, sendo os proprietários os soberanos na aprovação de qualquer atividade a ser realizada na RPPN e deverão ter comprometimento com a conservação da natureza (SPVS, 2014).

Complementarmente, a RPPN Mata do Uru participa do Programa Desmatamento Evitado, que serviu de base para Lei de PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) no Paraná, o programa foi desenvolvido e idealizado em 2003 pela SPVS e cujo objetivo é a conservação dos últimos remanescentes de áreas naturais de ecossistemas ameaçados, como a Floresta com Araucária no sul do Brasil. Nesse monitoramento é verificado o cumprimento das atividades nos programas de manejo relacionados à RPPN.

Em 2019, as visitas de monitoramento na RPPN Mata do Uru passaram para a cada dois meses e são feitas para acompanhar o andamento das atividades e programas propostos, tendo seu objetivo geral de monitorar as evoluções ambientais na RPPN Mata do Uru, é feita pela equipe técnica da instituição gestora da RPPN (SPVS, 2014).

As reuniões dos gestores da RPPN acontecem mensalmente desde agosto de 2014 entre os responsáveis técnicos pela Gestão da RPPN Mata do Uru. Estão presentes a SPVS, Positivo e, eventualmente, o proprietário da área (SPVS, 2019).

Os detalhamentos das principais atividades foram divididos em diversos itens, seja por infraestrutura, seja por questões ambientais e foram elas, entre outubro de 2018 e outubro de 2019: manutenção das estradas e suas marginais; instalação de nova porteira e benfeitorias na ponte do Rio Calixto; roçadas e serviços gerais, como manutenção das trilhas, sede, aceiro, divisas e linha de transmissão de energia; rondas de fiscalização; manutenção de cercas; novos registros de fauna para a RPPN; monitoramento de Fauna e Flora; controle de espécies exóticas invasoras; Educação Ambiental; PSA (SPVS, 2019).

No ano de 2019, a educação ambiental na RPPN Mata do Uru foi realizada por uma consultora externa, cujo contratação limitava trinta visitas por ano, composta em média por 28 visitantes cada vez, entre alunos e professores, conforme a capacidade de carga das trilhas. Essa consultoria também buscava interessados para a realização da visita (FLORESCER, 2019).

Em 2020, com a pandemia em curso de COVID-19, as atividades de uso público, no caso estudado, apenas de educação ambiental, foram suspensas e para 2021, o objetivo da RPPN Mata do Uru é a retomada das atividades, bem como a abertura para as visitas recreativas e relacionamento com o entorno, porém não foi possível no primeiro semestre devido a continuidade da pandemia.

O uso público na RPPN Mata do Uru atualmente está alicerçado com a educação ambiental, tendo estrutura como o centro de visitantes e trilhas para sua realização. A atividade educativa realizada, hoje referência da gestão da RPPN, apresenta potencial de realização em articulação com ações futuras de visita, ainda em diferentes modalidades do turismo. Isso devido a boa estrutura instalada e ainda profissionais capacitados. A sua estrutura privilegiada e implementada surge enquanto possibilidade para orientar outras atividades de uso público, como visita de públicos que não estão diretamente relacionados com processos pedagógicos, mas que utilizariam os mesmos espaços.

Em 2019, último ano que houve uso público na RPPN Mata do Uru, ou seja, atividade de educação ambiental, as visitas foram realizadas periodicamente pelas escolas, nas datas pré-agendadas com as instituições de ensino interessadas, entre os meses de março e dezembro de 2019 (FLORESCER, 2019).

A visita tem duração máxima de duas horas e é feita em forma de circuito, sendo assim: recepção; trilha; análise das placas interpretativas; zona de raízes; museu do Gabriel Campanholo; mapa dos sons; trilha cega; retorno ao Centro de Visitantes onde faz lanche, encerramento e avaliação da atividade. Ao chegar na RPPN Mata do Uru, os estudantes vão ao Centro de Visitantes, onde são apresentados aos educadores e para obter a situação, existem duas placas que identificam o município da Lapa e a importância de uma UC. A partir daí conta a história da RPPN Mata do Uru, desde a motivação de se tornar uma área protegida, passando pelo seu nome que é o nome de uma ave presente na região, embora sofra ameaça de extinção (FLORESCER, 2019). Na figura 08 apresenta a placa as informações e regras durante a visita.

Figura 08: Placa no Centro de Visitantes



FLORESCER (2019)

Na figura 09, é mostrado também no Centro de Visitantes, a localização da RPPN Mata do Uru e de outras na região.

Figura 09: Placa de localização



FLORESCER (2019)

No Centro de Visitantes possui banheiro e bebedouro, além de espaço para fazer lanche, avaliação, encerramento, passar repelente e protetor solar, ou seja,

uma estrutura física para acomodar os visitantes antes e depois da visitação (SPVS, 2014).

Ao iniciar a visitação, os estudantes são separados em duas turmas e cada um inicia de um ponto para não haver aglomeração na mesma etapa da educação ambiental e o público é levado a ter uma experiência de observação e contato com a Floresta com Araucária, todo ecossistema e suas relações. As curiosidades presentes na RPPN são sinalizadas com placa em formato da ave Uru, quando aparece tem o objetivo de chamar a atenção a um determinado ponto, estimular a observação e a vivência na floresta (FLORESCER, 2019).

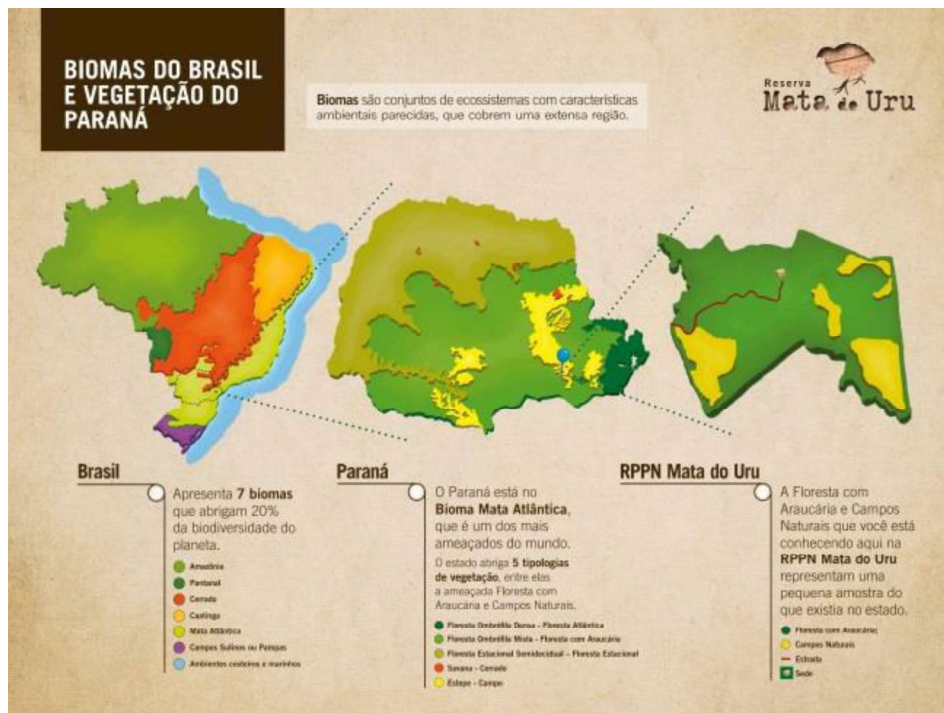
Na caminhada, é solicitado aos estudantes que sintam as sensações que o ambiente florestal proporciona: o ar fresco, o odor natural, os ruídos produzidos pela queda de folhas, frutos ou galhos, a intensidade e direção do vento e a vocalização dos animais. É observado os rastros deixados pelos animais durante a trilha, como fezes, pelos, penas e tocas.

Durante a trilha, geralmente são feitas dez reflexões em dez pontos diferentes, sendo eles: 1) ciclo de vida dos elementos florestais composto pelo nascimento, crescimento, desenvolvimento, reprodução, morte, decomposição e geração de nutrientes para o novo ciclo; 2) observação se a árvore está viva ou morta; 3) análises de lianas, cipós e trepadeiras que germinam no solo; 4) minuto de silêncio na passarela para observar, escutar e sentir a floresta; 5) durante o percurso observa as diversas espécies em regeneração, bem como é feita uma explicação sobre a sucessão ecológica; 6) ao longo do percurso também são observadas espécies ameaçadas da flora, como *Araucaria angustifolia* (araucária), *Ocotea odorifera* (canela-sassafrás), *Cedrela fissilis* (cedro-rosa) e *Dicksonia sellowiana* (xaxim-bugio); 7) observa-se a dinâmica do ambiente com a queda de uma árvore e a consequente abertura de uma clareira, que provocam alterações na luminosidade e calor, o que favorece o crescimento de algumas plantas; 8) neste ponto, é observado um tronco com musgos e epífitas nos galhos superiores da árvore; 9) análise da placa do ciclo da Araucária com diferentes formas da araucária (jovem-adulta); 10) por fim, observa-se as formas, cheiros, tamanhos e texturas das diferente espécies presente na RPPN, tendo cada uma papel importante no ecossistema (FLORESCER, 2019).

Após o término da trilha, são analisadas as placas interpretativas que aprofundam o tema ambiental, como: apresentar os biomas brasileiros, mostrar o

Paraná inserido na Mata Atlântica e localizar as tipologias de vegetação do Paraná, nesse momento o educador apresenta que a RPPN Mata do Uru tem dois tipos de vegetação, conforme figura 10, o que aumenta a biodiversidade, pois se encontram espécies comuns da Floresta com Araucária, de Campos Naturais e outras comuns às duas tipologias.

Figura 10: Vegetação do Brasil, do Paraná e da Mata do Uru



FLORESCER (2019)

O Mapa do Som é criado quando os alunos ficam em silêncio e anotam em uma folha de papel a direção dos ventos e a quantidade de sons que não são notados no dia a dia e quando não estão em silêncio na RPPN.

Na outra etapa do uso público na RPPN Mata do Uru, os alunos são vendidos e ordenados em fila, ao lado do barbante guia. Os monitores guiam os participantes procurando apresentar materiais que estimulem o tato (como a textura de caules, diferentes folhas, estróbilos de pinheiros) e o olfato (com plantas aromáticas encontradas nas proximidades da atividade). Ao final, o monitor faz uma reflexão sobre a riqueza da biodiversidade e a importância de todos os elementos para a manutenção dos processos naturais que sustentam a vida (FLORESCER, 2019).

Antes de retornar ao Centro de Visitantes para encerrar a visita, os alunos seguem para o Museu Gabriel Campanholo e a chamada zona de raízes, que explica o sistema de tratamento de efluentes por raízes de plantas. No museu tem curiosidades sobre a criação da Mata do Uru, bem como o incentivo a conservação, além disso, recebem duas cartilhas ilustradas, uma com os animais silvestres comuns da reserva e outra com um mapa lúdico da RPPN Mata do Uru.

Na única atividade de uso público na RPPN Mata do Uru, é finalizada com a troca de experiências com os alunos, em que são abordados os pontos positivos e negativos, o que mais gostaram e menos gostaram, estimulando o diálogo e o professor que levou o estudante é entrevistado para saber se a expectativa foi atendida, se voltaria e se tem alguma sugestão.

Em 2019, a RPPN Mata do Uru recebeu 456 estudantes, sendo 313 de instituições públicas e 317 eram de Curitiba, conforme quadro 06 e gráfico 01.

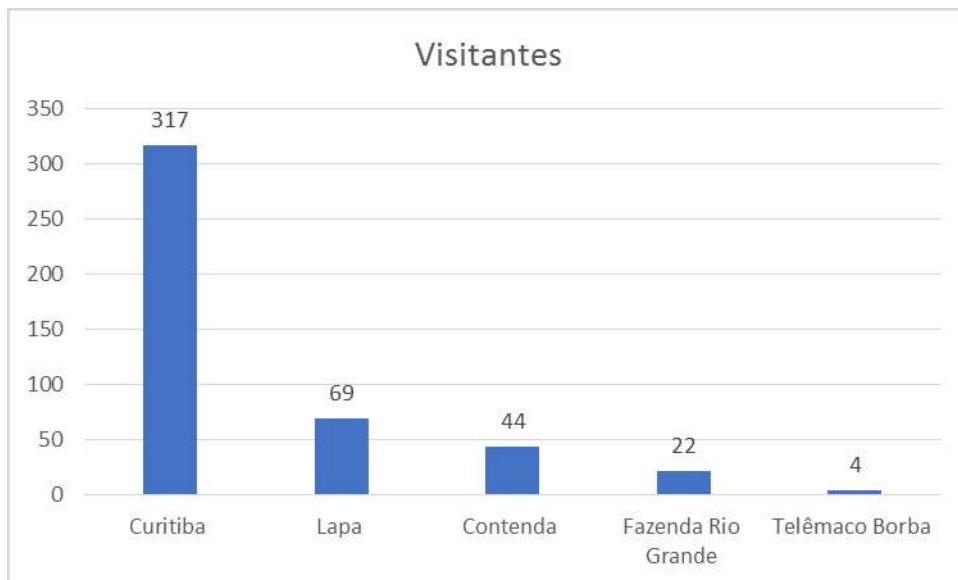
Quadro 06 - Visitantes na RPPN Mata do Uru

Visita	Escola/visitante	Iniciativa	Município	Público-alvo	Total
1	Educação Ambiental Klabin	privada	Telêmaco Borba	visitantes adultos	4
2	Centro Estadual de Educação Profissional	pública	Curitiba	ensino técnico	33
3	Colégio Cooperativa da Lapa	pública	Lapa	ensino fundamental	34
4	Escola Monteiro Lobato	pública	Fazenda Rio Grande	ensino fundamental	22
5	Escola Estadual Vereador Doutor Francisco Cordeiro	pública	Contenda	ensino fundamental	44
6	Colégio Estadual La Salle	pública	Curitiba	ensino médio	40
7	Colégio Estadual La Salle	pública	Curitiba	ensino médio	25
8	Colégio Sion Solitude	privada	Curitiba	ensino fundamental	32
9 e 10	Universidade Positivo (C. Biológicas)	privada	Curitiba	graduação	16
11	Colégio Estadual La Salle	pública	Curitiba	ensino médio	40
12	Colégio Estadual La Salle	pública	Curitiba	ensino médio	40

Visita	Escola/visitante	Iniciativa	Município	Público-alvo	Total
13 e 14	Colégio Positivo	privada	Curitiba	ensino fundamental	20
15	Colégio Estadual Isabel Lopes	pública	Curitiba	ensino médio	35
16	Ambientalistas Partido Verde	privada	Lapa	visitantes adultos	10
17	Grupo Ambientalis	privada	Curitiba	visitantes adultos	6
18	Colégio São José	privada	Lapa	ensino médio	25
19 e 20	Universidade Positivo (C. Biológicas)	privada	Curitiba	graduação	30

Fonte: FLORESCER (2019)

Gráfico 01: Cidades que visitaram a RPPN Mata do Uru



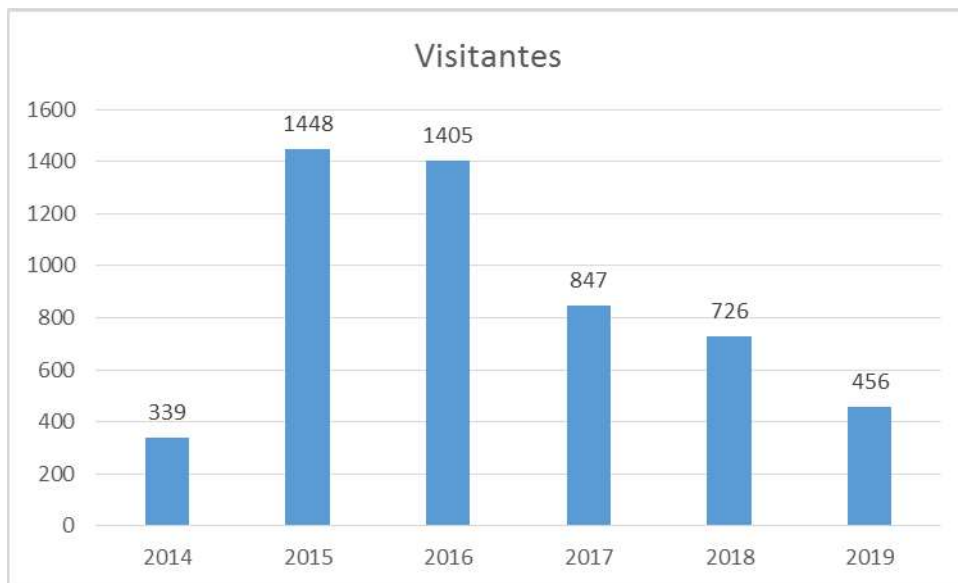
Fonte: FLORESCER (2019)

No gráfico 01, confirma-se que a grande maioria, quase 70% dos visitantes da RPPN Mata do Uru em 2019 foram de Curitiba, capital distante 62 km da RPPN. A cidade da Lapa, onde fica situado, recebeu apenas 69 estudantes e a justificativa para poucas visitas, segundo a Rede Municipal de Escolas da Lapa, foi a falta de ônibus disponível para esse fim e a Prefeitura Municipal da Lapa demonstrou pouco interesse para disponibilizar esse serviço. Ou seja, até janeiro de 2021, a RPPN Mata do Uru é exclusiva para esse tipo de uso público, sem previsão de abertura para público externo em geral, porém com interesse e ainda depende de outros órgãos para ter sua efetividade.

Observou-se que, assim como nos anos antecedentes (2015 a 2018), em 2019, a maioria das visitas recebidas na RPPN Uru foi a partir de iniciativa pública: escolas do sistema municipal e estadual de ensino (FLORESCER, 2019).

Em 2019 o público-alvo foi composto por alunos de ensino médio (45%), ensino fundamental (33%), técnico (7%), superior e pós-graduação (10%) e outros visitantes (4%), composto por professores isolados. Nos anos anteriores (2014-2018) o público alvo maior foi composto por alunos de ensino fundamental (FLORESCER, 2019). Esse foi o último ano que ocorreram o uso público na RPPN Mata do Uru e foi completado seis anos desse tipo de visita, sendo que passaram pela RPPN Mata do Uru, 5221 estudantes em 191 visitas (SPVS, 2020) e desde 2017 há um declínio de visitantes, conforme a gráfico 02.

Gráfico 02: Número de visitantes de 2014 a 2019



Fonte: FLORESCER (2019)

Desde 2015, o número de visitantes tem diminuído, sendo 2019 o menor. Os dados, permitem concluir que não existe tanta procura da rede pública e privada de ensino em relação a RPPN Mata do Uru e que a falta de um plano de comunicação com o entorno, informando e divulgando a educação ambiental, pode auxiliar nesta procura. A SPVS que apoia e o Grupo Positivo que financia a viabilização dessa atividade, informa alguns motivos para este declínio, como, por exemplo, o site fora do ar por longo período e falta de informações de como agendar e como fazer para ir até a RPPN Mata do Uru.

4.2 ANÁLISE DOS PLANOS DE MANEJO DAS RPPN NO PARANÁ

Entre as 293 RPPN localizadas no Paraná, apenas oito têm em seu plano de manejo a previsão de um programa de uso público com fins turísticos, conforme o quadro 07, isso corresponde ao percentual de 2,73%.

Quadro 07 - RPPN paranaenses com plano de manejo e uso público

RPPN	Plano de Manejo
Bellatrix 1	x
Bellatrix 2	x
Bellatrix 3	x
ITA-Y-TYBA	x
Ninho do Corvo	x
Pousada Graciosa	x
Salto Morato	x
Sebui	x

Fonte: CNRPPN (2020)

Pelo fato de existirem RPPN criadas pela União e Estados, foram avaliados o roteiro para a criação de plano de manejo do ICMBio, bem como o roteiro estadual feito pelo IAT, além dos planos de manejo das RPPN que apresentam ações de uso público detalhadas nestes documentos e identificadas no escopo da presente dissertação. Buscou-se, portanto, encontrar semelhanças, diferenças e bases de referência para a proposição de um plano de uso público para RPPN Mata do Uru, no escopo do seu Plano de Manejo.

A estrutura do roteiro nacional, elaborado pelo ICMBio, inicia com a apresentação e um breve histórico recordando que sua criação teve a intenção de focar na implantação de UC pelo país que tem características de um continente e, portanto, visa compreender as dificuldades da gestão e solucionar com medidas padronizadas. Desde 2007, séries de técnicas e ferramentas foram desenvolvidas para trazer dinâmica ao fluxo de trabalho e ao processo de tomada de decisão sobre o manejo das UC. Ao longo, os planos de manejos seguiram três eixos: contextualização, diagnósticos e caracterização dos ambientes físicos, biológicos e sociais; conteúdos normativos e o planejamento (ICMBio, 2018).

O próprio ICMBio reconhece que a abordagem é muito ampla, de nível mundial até aos detalhes da UC e a sistematização desta informação incorre na

disposição de recursos humanos e financeiros, o que afastou a ideia inicial de ser um instrumento dinâmico (ICMBio, 2018). Neste sentido, o novo roteiro divulgado em 2018 tem objetivo de trazer agilidade e entendimento de que as UC apresentam realidades distintas, inclusive sobre sua condição financeira. O modelo do roteiro dos parques nacionais dos Estados Unidos da América serviu como base para elaboração desta nova versão (ICMBio, 2018).

O roteiro nacional atualizado foi dividido em 10 capítulos, iniciando com a introdução, posteriormente as suas diretrizes e depois o plano de manejo propriamente dito, detalhando seus elementos principais. Em seguida, trata da participação social no processo de planejamento, do enfoque de serviços ecossistêmicos no processo de planejamento, das etapas de elaboração do plano de manejo, dos planos específicos e encerra com as etapas de monitoria e revisão. Por fim, são apresentados os elementos pós-textuais, como referências bibliográficas, glossário e anexos, totalizando seus 10 capítulos em 212 páginas (ICMBio, 2018).

No âmbito da gestão estadual das RPPN, existe o roteiro estadual do plano de manejo, específico para RPPN do Paraná, idealizado pelo IAT em 2009, a época conhecido como IAP. O roteiro busca apresentar uma estratégia para suprir necessidades e eventuais dificuldades encontradas no roteiro nacional (IAP, 2009). Esse roteiro foi viabilizado pelo Programa Paraná Biodiversidade, fruto da cooperação entre o Banco Mundial e o Governo do Estado do Paraná (IAP, 2009). O objetivo principal é facilitar a elaboração do plano de manejo das RPPN do Paraná, utilizando linguagens com o propósito de possibilitar ao proprietário a obtenção de um plano eficiente, atendendo os pré-requisitos do ICMBio e que seja executável com os recursos disponíveis. A contribuição para o roteiro estadual veio dos integrantes do IAP, hoje IAT, dos proprietários de RPPN e membros da associação de RPPN do Paraná.

Este roteiro conta com 38 páginas, ou seja, bem menor que do ICMBio e está dividido em seis capítulos, sendo o primeiro sobre o marco conceitual e legal das RPPN, o segundo sobre a importância do plano de manejo para RPPN, o terceiro sobre a concepção do roteiro estadual e o quarto sobre a divisão dos modelos diante das características da RPPN. Esta divisão por modelos é um aspecto inovador que o distingue do protocolo da esfera Federal, pois sugere a possibilidade de elaboração do plano de manejo a partir de três perfis distintos, chamados de modelos A, B e C.

O modelo A é indicado para as RPPN que pretendem orientar suas ações de manejo para proteção da biodiversidade. O modelo B é indicado para aquelas que além da proteção, buscam desenvolver atividades como educação ambiental e pesquisa científica. O modelo C, segue as atividades previstas no modelo B, e acrescenta atividades turísticas e de recreação, considerando o turismo em suas diferentes modalidades como sendo ação de manejo.

Já o quinto capítulo do roteiro estadual, envolve a estrutura do plano de manejo, dividido em vários subitens referente aos aspectos gerais mínimos, como: capa e contracapa; agradecimentos; sumário; lista de figuras, fotos, quadros, tabelas e mapas; lista de abreviaturas e siglas; introdução ou apresentação; informações gerais sobre a área de influência; informações gerais sobre a propriedade; informações gerais sobre a RPPN; ficha resumo da RPPN; histórico da criação da RPPN. Outro aspecto obrigatório, ainda no quinto capítulo, são os aspectos estruturais, através do diagnóstico do meio abiótico, meio biótico e meio antrópico. O capítulo 5 encerra com a organização do plano de manejo em formato de apresentação. O sexto e último capítulo refere-se ao passo a passo para criação e planejamento da RPPN (IAP, 2009).

A RPPN Mata do Uru, por ter sido criada em âmbito Federal, segue a estrutura do roteiro do ICMBio, resguardando ajustes e proposições que refletem suas motivações em relação aos objetivos de criação. Sua publicação foi no ano de 2014 e tem a pretensão de ser atualizado, conforme desejo da gestão. Considerando os roteiros apresentados, na sequência é apresentada análise dos planos de manejo das RPPN paranaense e de forma comparada com o plano de manejo da RPPN Mata do Uru.

Ao comparar o plano de manejo das RPPN paranaenses mapeadas, o documento da RPPN Mata do Uru é o mais longo, com 308 páginas e seguiu o roteiro nacional do ICMBio. Já as RPPN Bellatrix 1 e 2, Salto Morato e ITA-Y-TYBA, seguiram a estrutura do plano de manejo estadual divulgado pelo IAP e mantido atualmente pelo IAT.

A RPPN Bellatrix 1 e 2 apresentam a mesma estrutura, porém algumas atividades não estão implantadas em ambas. Na Bellatrix 1 contém diversas atividades distribuídas em três programas distintos, como: (i) Programa de Gestão Ambiental, sendo divididos em tópicos: Gestão Ambiental da Reserva; monitoramento da qualidade das águas; monitoramento, contenção e prevenção de

erosão; manutenção de divisas e estradas; coleta e destinação de resíduos, e instalação de estruturas para tal; restauração de áreas degradadas e prevenção e combate a danos ambientais (caça, pesca, corte de madeira, incêndios, etc); (ii) Programa de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade, sendo as atividades: monitoramento da fauna; monitoramento e controle de espécies exóticas invasoras; Identificação continuada da biodiversidade local (atualização das listas de espécies); estabelecer linhas de pesquisas prioritárias; monitorar o andamento das pesquisas realizadas na reserva e seus resultados; formação de parcerias para realização de pesquisas na Reserva; rondas de fiscalização; e (iii). Programa de Visitação que tem como atividades: construção, monitoramento e conservação de trilhas e suas estruturas; promoção de cursos, palestras e eventos voltados à sustentabilidade e educação ambiental; material educativo e de comunicação relativos ao ambiente e à sustentabilidade (BELLATRIX, 2020).

Além desses programas, a RPPN Bellatrix 1 disponibiliza em seu plano de manejo os projetos específicos que envolve atividades abertas ao público, com cobrança de taxas de entrada, envolvendo: observatório astronômico; banhos a vapor com técnicas indígenas; estufa e demais estruturas para instalação de viveiro de mudas nativas; levantamento florístico e caracterização da vegetação da RPPN Bellatrix 1 conforme sua tipologia e os estágios de sucessão secundária; seleção e marcação de indivíduos de espécies arbóreas nativas para produção de mudas e sua disponibilização para projetos de restauração de áreas degradadas e recomposição florestal. A RPPN Bellatrix 1 conta com trilhas e centro de visitantes com salão, salas, restaurante, banheiros e vestiários (BELLATRIX, 2020).

Em relação a Bellatrix 2, é uma área menor e com menos atividades também, sendo composta por trilhas, projeto de autossuficiência hídrica e recuperação de áreas degradadas (BELLATRIX, 2020).

A segunda RPPN estudada a título de comparação com a Mata do Uru, foi a RPPN Salto Morato que possui o segundo maior plano de manejo em termos de número de páginas, contendo 237, sendo dividido em cinco capítulos, cujo último trata-se do programa de manejo, sendo este dividido em sete subitens: Programa de Administração; Programa de Manejo do Patrimônio Natural; Programa de Uso Público; Programa de Pesquisa; Programa de Sustentabilidade Econômica; Programa de Proteção e Vigilância; Programa de Relacionamento (SALTO

MORATO, 2011). O nome e a estrutura destes programas seguem exatamente o que está previsto no roteiro estadual do IAT.

O primeiro programa de manejo da RPPN Salto Morato versa sobre a administração da RPPN que envolvem, conforme o plano, as ações de instalação e manutenção de infraestrutura e de equipamentos; o sistema de gestão da unidade; o controle da dominialidade; a administração de pessoal e sua capacitação; o controle de fluxos, de procedimentos e rotinas de serviços administrativos; a organização de documentos; a administração de programas de estágios e voluntariado; a gestão e realização de parcerias (SALTO MORATO, 2011).

O segundo programa é o de Manejo do Patrimônio Natural tratado como permanente e dividido em três subprogramas: Subprograma de Controle de Espécies Invasoras, Subprograma de Restauração de Integridade Ecológica e Subprograma de Monitoramento do Patrimônio Natural. Faz interface com outros programas como Administração, Proteção e Vigilância e Pesquisa. Os subprogramas buscam manter as condições nos locais mais conservados; adoção de práticas que possibilitem a recuperação da integridade de ambientes e das populações silvestres; controle de invasores biológicos; prevenir a ampliação de áreas invadidas; prevenir a ocorrência de novas invasões; restauração de integridade ecológica e monitoramento do patrimônio natural (SALTO MORATO, 2011).

O terceiro programa é o de Uso Público também citado como permanente, mas que as atividades e projetos que insere devem evoluir e se aperfeiçoar ao longo do tempo. Os objetivos do programa é reforçar o conceito de conservação de áreas naturais por meio de atividades educativas e sensibilizadoras ligadas à visitação pública; e propiciar oportunidades de visitação aos locais de beleza cênica e relevância ambiental, permitindo contato com a natureza. É dividido em subitens as áreas e normas de aplicação, citando que se aplica às Zonas de Visitação, Proteção, Recuperação, Administração, com graus diferenciados de intensidade, de acordo com as normas de cada zona de manejo (SALTO MORATO, 2011). As normas são divididas em tópicos, citando que o uso público e visitação são permitidos, levando em consideração em seu planejamento e operação, não devendo as atividades previstas degradarem seu patrimônio natural. Há destaque para a questão de cobranças de taxas e políticas de descontos, administrado pela Fundação Grupo Boticário, sendo citado também a pernoite no camping, utilização de quiosques e do

alojamento de capacitação, este último, desde que seja interesse da RPPN Salto Morato e fazendo parte de atividade integrada à visitação. É permitido a terceirização da operação desde que em compatibilidade com os objetivos e normas da RPPN (SALTO MORATO, 2011). Novas atividades serão permitidas desde que mediante a um plano escalonado, acompanhando o padrão das atividades já vigentes. A RPPN Salto Morato permite ser colocada em roteiros turísticos desde que estes tenham como foco o turismo de natureza e que as atividades a serem desenvolvidas não sejam conflitantes com os objetivos, normas e zonas de manejo da RPPN.

O quarto programa é o de Pesquisa, que é permitida na RPPN, porém precisa da autorização da Fundação Grupo Boticário e estar dentro da legislação sobre o assunto. Além das normas, também é utilizado o regulamento da Fundação que faz parte da política interna de pesquisa do Grupo Boticário. Os objetivos da pesquisa na RPPN Salto Morato é gerar informações sobre a biodiversidade e ecossistemas da área; e proporcionar facilidades para a realização de pesquisas na RPPN (SALTO MORATO, 2011).

O quinto programa é de Sustentabilidade Econômica que tem por objetivo trabalhar com as estratégias de captação de recursos suplementares. No plano de manejo, é citado que a Fundação Grupo Boticário se responsabiliza integralmente pelo suprimento pelos recursos necessários ao pleno funcionamento da RPPN Salto Morato, financeiros e humanos, não sendo necessário essa busca por recursos financeiros, no entanto, visando alguma nova iniciativa, previu-se a possibilidade de recursos externos para potencialização da iniciativa, porém, deixa claro que é algo suplementar, não prioritário. Além disso, a arrecadação do recurso deve estar em acordo com a política de captação de recursos da Fundação Grupo Boticário (SALTO MORATO, 2011).

O sexto programa é de Proteção e Vigilância que busca ordenar as ações de proteção do patrimônio natural e material da RPPN Salto Morato, assim como dos visitantes, pesquisadores, funcionários e fornecedores. Seus objetivos são garantir a proteção e integridade dos recursos naturais, humanos e físicos (SALTO MORATO, 2011).

O sétimo e último programa previsto no plano de manejo da RPPN Salto Morato cita a necessidade de se comunicar com a comunidade no entorno, bem como o poder público e a sociedade em geral, buscando uma comunicação limpa

para atingir diferentes públicos. Busca-se divulgar, seja como ação de marketing ou de comunicação, divulgar seus resultados e principalmente a importância da conservação daquela área, entre os resultados divulgados, são apresentados resultados de pesquisa e do andamento do manejo da biodiversidade disponibilizando para o público a experiência adquirida nas práticas de manejo da RPPN e é dividido em relacionamento com a sociedade e divulgação com objetivos de promover o reconhecimento e valorização da RPPN Salto Morato e a divulgação da RPPN. Utiliza-se diretrizes de relacionamento da Fundação Grupo Boticário e a busca principal é o fortalecimento da RPPN Salto Morato (SALTO MORATO, 2011).

Todos os projetos e atividades da RPPN Salto do Morato contam com plano de ação, atividades previstas, interfaces e prazos de implantação. Também em todas as atividades têm o alcance da visão de futuro (SALTO MORATO, 2011). Esta orientação de previsão de plano de ação corrobora com a proposição da presente pesquisa, sobre a necessidade de se elaborar um plano de uso público para a RPPN Mata do Uru.

A terceira RPPN estudada foi a ITA-Y-TYBA e o plano de manejo foi elaborado graças ao financiamento buscado pelos proprietários junto ao Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais que firmou parceria com a RPPN ITA-Y-TYBA. Esse roteiro foi diferente do padrão, pois dividiram em três partes e inclusive com três documentos distintos, sendo Parte A, com as informações gerais sobre a RPPN, tais como localização e acesso, histórico e antecedentes legais, bem como uma ficha resumo com informações relevantes sobre a unidade de conservação. A Parte B, contém a caracterização da RPPN (aspectos físicos e biológicos, atividades desenvolvidas, infraestrutura, entre outros), da propriedade em que está inserida, caracterização socioeconômica do município em que está inserida, bem como seu grau de significância e possibilidades de conectividades com outras áreas protegidas. Na Parte C são apresentados os objetivos específicos de manejo da área, bem como seu zoneamento e os Programas de Manejo, nos quais são descritas as atividades a serem desenvolvidas para que se atinjam os objetivos da RPPN (ITA-Y-TIBA, 2008). Embora, de formato e divulgação diferente, as partes seguiram a estrutura do roteiro estadual. No total, o plano de manejo tem 143 páginas, quatro capítulos e foi feito em 2008.

Assim como a RPPN Salto do Morato, a RPPN ITA-Y-TIBA seguiu a estrutura de sete subitens em relação ao programa de manejo, sendo a ordem: Programa de

Administração; Programa de Proteção e Fiscalização; Programa de Recuperação e Manejo; Programa de Pesquisa; Programa de Visitação; Programa de Sustentabilidade Econômica; Programa de Comunicação.

O primeiro programa de administração busca assegurar meios para que os demais programas sejam desenvolvidos, desde o pessoal até a estrutura necessária para o bom funcionamento da RPPN. São citadas as necessidades que entendem, sendo contratação de um educador ambiental, traçando o perfil desejado e um termo de referência para a realização do trabalho do educador e também para os demais funcionários, incluindo as funções e responsabilidades de cada um, bem como a capacitação periódica deles. Há sugestão para a capacitação e programa de voluntariado junto a universidades. Em relação a estrutura, cita-se placas de identificação; limpeza da divisa para demarcação e delimitação; recolher o lixo diariamente; realizar manutenção periódica da infraestrutura e equipamentos existentes, providenciando a limpeza e os reparos necessários; ter equipamentos de proteção e combate ao incêndio; construir acervo com pesquisas e estudos realizados na RPPN (ITA-Y-TIBA, 2008).

O segundo programa são ações de proteção e fiscalização que tem como iniciativa a implantação de um sistema de rotinas e procedimentos de fiscalização, cuja sugestão é percorrer pelo menos uma vez a cada 15 dias todo o limite da RPPN, intercalando a porção norte (Área do lapó das Pedras) e porção sul (Área do Barreiro), também em um dia semana realizar a fiscalização de forma aleatória; definir parâmetros a serem monitorados e elaborar fichas específicas para cada caso; promover intercâmbio com instituições que realizam resgate e contribuam na proteção e combate a incêndios para dar apoio a RPPN (ITA-Y-TIBA, 2008).

O terceiro programa é de recuperação e manejo que define ações para o manejo e controle de espécies exóticas, especialmente invasoras, bem como ações de recuperação/enriquecimento da vegetação e sua realização segue um roteiro gradual, iniciando pelo mapeamento das espécies de flora exóticas encontradas, em seguida, a proposição de um programa de erradicação gradual dos indivíduos de espécies da flora exóticos com controle constante (ITA-Y-TIBA, 2008).

O quarto programa é o de pesquisa, sob gestão dos responsáveis pelo “Projeto Cultural e Social Itáytyba” que indicará as potencialidades de pesquisa e estratégias de registro da RPPN e a principal atividade é localizar e registrar esqueletos e carcaças de animais nativos encontrados mortos no interior e entorno

direto da RPPN com fichas padrão que tem nome do coletor, estado da pele, provável causa da morte, observações, além dessa pesquisa, sugere-se e pretende-se fazer parcerias com universidades, instituições de ensino e pesquisa, para a realização de investigação científica, bem como desenvolvimento das atividades culturais que beneficiam a comunidade regional na qual se integra a RPPN. Para financiar essa atividade comenta-se pela busca de incentivos fiscais como ICMS Ecológico, Lei Rouanet e parcerias privadas. A RPPN ITA-Y-TIBA declara apoio as atividades acadêmicas na UC, estimulando a presença de estudantes ampliando pesquisas acadêmicas e investigação científica (ITA-Y-TIBA, 2008).

O quinto programa é o de visitação que define as ações educacionais e é nessa RPPN, a complementação e atualização das atividades interpretativas, recreativas, eco turísticas e de lazer. O programa conta com alguns objetivos, sendo eles: atualizar periodicamente o calendário anual de eventos, incluindo datas comemorativas que valorizem temas relacionados a elementos da natureza e histórico-culturais; contatar escolas da região para que participem periodicamente de atividades específicas na RPPN, utilizando os recursos disponíveis das diferentes escolas; desenvolver instrumentos interpretativos fundamentados em pesquisas e informações sobre os aspectos naturais e culturais do local, utilizando-se de pesquisas; estimular entre os visitantes a prática da fotografia da natureza, utilizando a experiência obtida com os Concursos de Fotografias realizados a cada ano, desde 2000; atualizar audiovisual sobre a RPPN, com as informações do diagnóstico do Plano de Manejo; buscar parcerias e patrocínio financeiro para elaboração/confecção de um guia de aves e mamíferos, bem como de espécies vegetais da RPPN; Elaborar e produzir um guia de campo (fotos, nomes científicos e populares, dentre outras informações relevantes) das espécies. As visitas são conduzidas por funcionários treinados da RPPN e regras precisam ser seguidas como não fumar, não utilizar atalhos, não danificar vegetação, bem como trajas apropriados e seguir as informações que estão no folder com as regras entregue na RPPN. Os visitantes são cadastrados e respondem por pesquisa de satisfação. Durante a visita são feitas atividades de caminhada, fotografia, filmagem, interpretação ambiental; educação ambiental; contemplação; observação de fauna, flora e de aspectos geológicos (ITA-Y-TIBA, 2008).

O sexto programa é de sustentabilidade econômica que indica as possíveis fontes, meios e estratégias de financiamento da RPPN. O programa apresenta uma

estratégia de captação de recursos e aponta alternativas de desenvolvimento de baixo impacto. No plano de manejo, há indicações de atividades que podem auxiliar na parte financeira da RPPN, como a cobrança de ingressos. O programa perpassa por um plano de negócios para comercialização de produtos vinculados à marca da RPPN, a fim de agregar valor a estes, tais como: bonés, chapéus, calças, trekking, capas-de-chuva, camisetas, chaveiros, cartões postais, livros culturais, artesanatos, entre outras. Além dele, também sugere um plano de divulgação para enviar aos potenciais investidores e doadores para o “Projeto Cultural e Social Itáytyba” que será o mantenedor da RPPN. Buscar informações sobre critérios de doações por empresas privadas e ofertar ao público cursos com mensalidades sobre temas ambientais (ITA-Y-TIBA, 2008).

O sétimo programa é de comunicação e envolve: propor ações de caráter informativo sobre a importância de criar uma RPPN; explicar sobre educação ambiental a diferentes públicos através de folhetos; divulgar na mídia, a fim de conquistar parcerias formais para a execução de atividades que levem ao cumprimento da “Responsabilidade Ambiental, Social e Educacional” previstas na implantação da RPPN; divulgação das atividades realizadas na RPPN; Divulgar junto à comunidade acadêmica e aos órgãos governamentais as pesquisas realizadas na RPPN (ITA-Y-TIBA, 2008).

No contexto de análise do plano de manejo da RPPN Mata do Uru, que seguiu os parâmetros do roteiro do ICMBio, disponível na época da sua elaboração. No ano de 2015 o roteiro foi atualizado e é considerado mais simples e prático, aproximando-se com o roteiro estadual do IAT (ICMBio, 2015).

No plano de manejo da RPPN Mata do Uru são apresentados setes itens, divididos em programas de administração, fiscalização e proteção, restauração ambiental, pesquisa, monitoramento, uso público, comunicação e sustentabilidade econômica, como as outras, porém de forma bem breve e com algumas diferenças, principalmente quando se trata de programa de uso público.

O programa de administração trata do ordenamento das atividades a serem desenvolvidas, regulamentando as estratégias e normas de uso para que os objetivos específicos de cada zona definidas pelo processo de zoneamento sejam atingidos. O programa de fiscalização e proteção refere-se aos monitoramentos e ações de combate a caça, invasão, incêndio florestal, rondas, erradicação de espécies exóticas, primeiros socorros entre outros, a fim de promover uma maior

efetividade na condução da conservação e manutenção da área. O programa de restauração ambiental tem objetivo de favorecer a manutenção dos remanescentes de vegetação nativa presentes na RPPN. O programa de pesquisa tem propósito de implantar estratégias de conservação a partir de planos de ação específicos para cada espécie e o objetivo geral é promover o conhecimento da flora, fauna, arqueologia, geologia, geografia e todas as ciências correlatas pertinentes na RPPN. O programa de monitoramento tem como objetivo geral o de monitorar as condições e evoluções ambientais ocorridas na área protegida, como também acompanhar o andamento das atividades e programas propostos avaliando todos os resultados obtidos. O atual programa de uso público engloba três estratégias, visitação recreativa, o de educação para conservação ambiental e o de relacionamento com o entorno. O de comunicação tem como finalidade utilizar formas e meios de comunicação ou relações públicas para atingir os objetivos de conservação da natureza desenhados para a área protegida, assim como viabilizar o desenvolvimento de seus programas de manejo e também possibilitar a divulgação da experiência realizada na RPPN. O sétimo e último programa de sustentabilidade econômica apontar todas as possíveis fontes, meios e estratégias de financiamento da implementação dos programas, atividades e ações traçadas para a RPPN, compreendendo fontes governamentais e não-governamentais, para garantir sua sustentabilidade econômica (MATA DO URU, 2014).

Como o objetivo do trabalho é propor um plano de uso público dentro do plano de manejo da RPPN Mata do Uru, será detalhado como funciona atualmente o uso público nesta UC. O primeiro ponto é que a RPPN Mata do Uru apresenta condições técnicas, previstas em seu plano de manejo de maneira geral, para acolher visitação aberta ao público, bem como, apresenta estrutura física pronta para isso. Hoje, a RPPN Mata do Uru define visita recreativa como: oportunidades para disseminação de conceitos capazes de provocar uma reflexão sobre a interdependência existente entre todos os elementos existentes no ambiente e as consequências que as interfaces humanas podem causar. No plano de manejo é citado oportunidade para turistas, entretanto, hoje a única visita possível na RPPN é de estudantes com hora marcada e objetivo pedagógico como detalhado no parágrafo seguinte (MATA DO URU, 2014).

A principal atividade de uso público prevista no plano de manejo é a educação ambiental, enxergada, inclusive, como vocação da UC e foi realizada de 2014 a

2019. A atividade deve ter garantias de continuidade, pois além de ser a única que foi efetivada, permite o contato dos estudantes com a natureza buscando a sensibilização e a compreensão da importância da conservação dos recursos naturais, de modo a adquirir uma experiência educativa efetiva. No plano de manejo é apresentada com um histórico da educação ambiental pelo mundo e tem como objetivo na RPPN Mata do Uru (MATA DO URU, 2014). Aqui, sugere-se um programa exclusivo de Educação Ambiental, tamanha importância que tem para a RPPN Mata do Uru, proprietários, gestão e terceirizado.

Essa atividade foi a única e possível devido a parceria e financiamento privado da Posigraf, empresa pertencente ao Grupo Positivo, com a RPPN Mata do Uru que proporcionou a contratação de uma empresa para elaborar, organizar e coordenar as atividades de educação ambiental de 2014 a 2019. Em 2020 não houve, ou seja, a única atividade de uso público não aconteceu e em 2021 não há expectativa para retomada.

A terceira estratégia é o relacionamento com o entorno, atividade prevista, porém não executada e o objetivo é auxiliar na disseminação de conceitos conservacionistas entre proprietários e administradores de área do entorno da RPPN, assim como famílias da região da Lapa (PR). Algumas normas são detalhadas, como: informá-los sobre as atividades que estão sendo realizadas na área protegida, como também resultados alcançados, apoios recebidos, parcerias firmadas e regras de boa utilização da RPPN de forma informal com registros de informações relevantes extraídas; divulgar no entorno cartilhas com melhores práticas em áreas rurais contendo principais ações de manejo a serem realizadas na área; realizar encontro com envolvidos no entorno para entenderem conservação da natureza através da realização de palestras e visitas na propriedade com possibilidade de almoço de confraternização, já que existe estrutura para isso. As recomendações para a conversa e encontros, que não ocorreram, pois não foi implantado na prática essa atividade, é para ser uma conversa natural, amigável e sem imposição de opiniões e ideias, utilizando de linguagem simples e de fácil entendimento para quem não tem conhecimento dos termos técnicos e ambientais, sugere-se a contratação de um educador para conduzir os encontros (MATA DO URU, 2014).

No levantamento e comparação da RPPN Mata do Uru com as outras RPPN que tem seu plano de manejo divulgado, enxerga-se uma aproximação da estrutura

do plano de manejo, todas seguindo o roteiro estadual, porém observa-se uma distância entre o entendimento, embora, tenham citado os sete subitens relacionado ao público na RPPN, para sua aplicabilidade. A RPPN Mata do Uru não citou em nenhum momento a possibilidade de cobrança de ingresso, a presença de uma loja para comercializar seus produtos, as atividades turísticas sem ser vinculados a estudantes. O município da Lapa (PR) é turístico e a RPPN Mata do Uru não se apresenta como um roteiro turístico.

As RPPN que seguem o roteiro estadual têm metodologia semelhantes para descrever suas pretensões de uso público, diferente das RPPN que seguiram o roteiro nacional antes da atualização de 2015, pois havia dificuldade de compreensão. Essa dificuldade foi a motivação para o ICMBio atualizar o seu roteiro (ICMBio, 2015). A RPPN Mata do Uru divulgou seu plano de manejo em 2014, seguindo o roteiro antigo e complexo, portanto, seu plano de uso público de forma discreta, apresentando-se como atividade de visitação, educação ambiental, comunicação com entorno.

Com o roteiro atualizado disponível e também a possibilidade de verificar o roteiro do IAT, pois, trata-se de um documento público, sugere-se a RPPN Mata do Uru atualização do plano de manejo para não ficar com sua estrutura desatualizada e buscar através da vocação e o desejo dos atores envolvidos, a devida valorização das atividades como é o caso da educação ambiental.

4.3 POTENCIAL DE ARTICULAÇÃO COM OS ATRATIVOS TURÍSTICOS DA LAPA

A Lapa é uma cidade histórica, atraindo diversas atividades comerciais e financeiras nos museus, restaurantes e pousadas. Aos residentes lapeanos, a principal atividade econômica é a agropecuária. Na atividade turística, é observado o comunitário, de aventura e o de observações de aves. Quanto as atividades de saúde, na cidade tem o primeiro SPA Médico do Brasil, o ciclo turismo através de atividades ciclísticas como o Circuito de Ciclo Turismo Caminhos da Lapa e o Circuito Eco Ambiental, corridas de 5km, 10km e caminhadas (LAPA, 2020).

Os imóveis localizados no perímetro urbano da Lapa trazem um conjunto histórico, paisagístico e arquitetônico, chamando atenção dos turistas e residentes de regiões próximas como a capital do estado Curitiba e sua região metropolitana

que tem a facilidade de visitar pela curta distância. 5% dos imóveis localizados na área urbana são tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (IPHAN, 2010).

A cidade da Lapa pertence junto com 28 municípios da conhecida Rota do Pinhão e com dados do Paraná Turismo com apenas essa rota, reuniram aproximadamente 30% dos fluxos turísticos do estado do Paraná e em 2020, o governo estadual estimou 16 milhões de turistas (PARANÁ, 2020).

Além de integrar a Rota do Pinhão, a Lapa também faz parte da Rota dos Tropeiros, projeto turístico, lançado em 2002, para a região dos Campos Gerais, no Paraná e que tem o principal objetivo o desenvolvimento econômico da região, na cidade também há o Clube dos Tropeiros com objetivos de pesquisar o tropeirismo resgatando sua história, a sua influência na cultura do Brasil e a promoção de atividades relativa ao tema (ZUCCHERELLI, 2008).

Turistas que chegam em Curitiba podem comprar roteiros turísticos para a Lapa, segundo o "Projeto de Iniciação Científica Patrimônio Cultural: práticas de conservação da UFPR", existem duas empresas com essa especialidade na capital paranaense, o que aumenta a facilidade para explorar turisticamente, comercialmente e financeiramente a Lapa (UFPR, 2016).

Fundamental pelo fim da Revolução Federalista em 1894, até hoje existem marcas nas ruas e residências que lembram o episódio da trajetória política brasileira: o Cerco da Lapa (PARANÁ TURISMO, 2021).

Em consequência do Cerco da Lapa, surgiu o *Panteon dos Heroes*, monumento criado para guardar os corpos dos soldados espanhóis que morreram nessa batalha. A Casa da Memória também é dedicada ao Cerco da Lapa, pois é o abrigo de documentos históricos do município, incluindo livros raros e antigos atingidos por balas durante a batalha (PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, 2020).

Na Casa Lacerda, a mobília e decoração de todos os ambientes são originais da época e foi o local da assinatura do ato de rendição da cidade entre Maragatos e Pica-Pau, também é cobrada entrada de R\$3,00 (PARANÁ TURISMO, 2021).

A Casa Vermelha é onde se comercializa diversos tipos de artesanatos produzidos pelas associações da cidade, inclusive a famosa cachaça da Lapa, feita no Alambique do Lara que virou o *souvenir* preferido dos turistas e pode ser encontrada em vários pontos comerciais com preços médios que variam entre R\$ 5,00 e R\$ 12,00 (PARANÁ TURISMO, 2021).

Existem três restaurantes típicos na Lapa que servem comida tropeira, sendo o Lipski Restaurante, o mais caro; O Casarão com preço entre Lipski e Espaço Único e o Espaço Único que é o mais barato entre os três típicos da cidade com valores de R\$32,00 a R\$52,00. Além da comida tropeira e da cachaça, surgiu na cidade a coxinha de farofa que se tornou símbolo da Lapa e custa R\$ 3,95 cada e é possível levar para viagem (PARANÁ TURISMO, 2021).

A Paróquia de Santo Antônio da Lapa foi fundada em 13 de junho de 1769 e é a edificação mais antiga da cidade, tombada pelo IPHAN desde 1938 e pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná desde 1972 (PARANÁ, 2021).

Existe também o Museu do Mate, uma propriedade particular, assim como a Mata do Uru e se faz necessário o agendamento, difere-se de outras atividades turísticas, pois foge do principal que é o Cerco da Lapa. No museu é possível comprar o mate com variados preços (PARANÁ TURISMO, 2021).

Entre os atrativos e atividades turísticas junto a natureza e saúde na Lapa, além da RPPN Mata do Uru, existe o Parque Estadual do Monge, uma UC Estadual administrada pelo Instituto Água e Terra (IAT), onde morou João Maria D'Agostini, um conhecido monge da região. A entrada é gratuita, com atividades relacionadas a vista panorâmica da cidade, trilha entre as pedras, gruta e um olho d'agua bento por São João Maria.

Em 2019, aconteceu o primeiro Circuito de Cicloturismo Caminhos da Lapa em comemoração aos 250 anos da Lapa e reuniu 200 ciclistas de 14 a 68 anos de idade, residentes da Lapa, da região metropolitana de Curitiba e de algumas cidades de Santa Catarina participaram do evento e o Circuito Eco Ambiental corrida e caminhada que passou por partes centrais da cidade. A competição reuniu aproximadamente mil atletas que se dividiram nos percursos de 5km, 10km e caminhada (LAPA, 2019).

Com relação à saúde, muitas pessoas procuram o SPA Médico Lapinha, o primeiro do Brasil nessa categoria é necessário ficar hospedado por sete dias. A diária varia de R\$1.641,86 a R\$2.427,28, conforme seu site oficial (LAPINHA, 2021).

Devido à proximidade de Curitiba, geralmente os visitantes fazem "bate-volta", porém a Pousada Solar da Lapa é conhecida pela limpeza, ambientes renovados e café da manhã farto. A diária é a partir de R\$270,00 (PARANÁ TURISMO, 2021).

Ainda na Lapa, localizam-se três comunidades Quilombolas, a CRQ da Restinga, do Feixo e a Vila da Esperança formadas por escravos libertos antes da

Lei Áurea (CAMPOS e GALLINARI, 2017). As características das comunidades são favoráveis à uma maior interação com seu entorno, sendo uma delas a sua localização geográfica, as três estão próximas e tem fácil acesso pela localização às margens da rodovia BR476. O relacionamento com interno ocorre com frequência, seja pela pauta econômica com relação a trabalho ou de relações afetivas e socioculturais (CIGOLINI e SILVA, 2018).

Com tantos atrativos e turistas diariamente na cidade da Lapa, enxerga-se o potencial financeiro que a RPPN Mata do Uru pode explorar.

Em 2016, foi celebrado o Centenário do Turismo no Paraná e na comemoração foi lançado o plano estratégico para a próxima década, 2016-2026 (PARANÁ, 2021). O Plano de Turismo do Estado do Paraná em outros períodos é feito visando o quadriênio, como aconteceu em 2012-2015. A Lapa é a cidade paranaense com mais bem tombados no Estado (IPHAN, 2020) e segundo dados da prefeitura, a cidade recebe números expressivos de turistas, sendo em 2014, 19.031. Considerando que o último censo demográfico do IBGE apontou a população lapaense em 44.932 e com estimativa para 2019 de 47.909, o turismo em 2014 representou 42% da população e 40% da estimativa, índices que apontam com turismo representando quase a metade de população local.

Na pesquisa feita sobre o turismo na Lapa os principais atrativos foram: Casa Lacerda, Museu de Armas, Museu Histórico, Santuário de São Benedito, Parque Estadual do Monge, Panteon dos Heroes e Casa Vermelha. Separado por categoria e citado pelo foco em Ecoturismo ou Turismo no Meio Ambiente, os atrativos destacados foram: Casa Lacerda, Museu histórico e Parque Estadual do Monge (FEGGER, GÂNDARA E SOUZA, 2016).

Mais de 50% do perfil dos visitantes na Lapa de 2013 a 2016 foram oriundos de Curitiba, ou seja, pode-se considerar como uma extensão dos turistas em Curitiba devido à proximidade e a riqueza histórica no município.

O principal turismo na cidade é o histórico-cultural, porém também tem importância o turismo religioso com o Parque Estadual do Monge, Santuário de São Benedito e a Igreja Matriz de São Antônio. Nos últimos anos o turismo de aventura com voo livre e escaladas, campeonatos esportivos ciclismo, corridas e caminhadas e o turismo local através dos produtos locais, como cachaça, geleias, mel e café colonial (FEGGER, GÂNDARA E SOUZA, 2016).

4.4 PROPOSTA DE PLANO DE USO PÚBLICO PARA RPPN MATA DO URU

Antes de apresentar a versão proposta da estrutura de organização do plano de uso público da RPPN Mata do Uru, cabe destacar alguns aspectos gerais identificados ao longo da pesquisa, os quais são apresentados aqui em caráter de reflexão.

O primeiro aspecto evidencia o potencial receptivo de público em geral, pois a RPPN possui infraestrutura adequada que, a partir de adaptações e ações de complementação e manutenção suportariam o desenvolvimento da atividade. É ainda sugerido pelos gestores da UC de que atividades de visitação tenham algum direcionamento ou aproximação com os processos de valorização e conservação de um dos últimos remanescentes de Floresta com Araucária no Paraná. Assim, há vocação para o desenvolvimento do turismo em suas modalidades que se alinham atividades em contato com a natureza, a exemplo do ecoturismo.

O segundo aspecto é de caráter legal, considerando que a RPPN é uma UC de categoria indicada para a realização de ações de uso público, em especial associada a atividades turísticas. Essa relação ainda contribui para implementação do princípio estabelecido no SNUC de que as UC podem se tornar polos de desenvolvimento social e econômico em seus territórios.

O terceiro aspecto se relaciona ao fato do município da Lapa (PR) ser um polo turístico consolidado e relevante no cenário turístico paranaense. Há ainda algumas modalidades de turismo que se alinham aos objetivos de conservação da RPPN, como ciclo turismo e turismo em contato com a natureza, por exemplo. Fica evidente também a localização privilegiada da RPPN, tanto em relação a sede do município da Lapa (PR), quanto sua proximidade e acesso facilitado em relação a cidade polo da Região Metropolitana, no caso Curitiba (PR). Aliado a este aspecto ficou evidente a motivação dos atuais gestores da RPPN em consolidar parcerias com instituições públicas e privadas, com destaque aos atores envolvidos com o campo do turismo.

O quarto aspecto se refere à gestão da RPPN e seus processos de tomada de decisão. É importante enfatizar que todas as atividades aqui desenhadas deverão ser aprovadas pela gestão atual e proprietários, acionando ainda seu conselho gestor. Portanto, mais do que uma versão proposta de plano de uso público, trata-se

de uma sugestão de proposição com base nas informações obtidas a partir do interesse da gestão e dos proprietários em abrir a RPPN Mata do Uru para o público, e não apenas para grupos de estudantes. Mesmo que a vocação da RPPN Mata do Uru seja alinhada a conservação da área, a procura também é pela busca por recursos financeiros para diminuir a dependência de recursos financeiros para manutenção da gestão da UC.

O capital para a manutenção e funcionamento da RPPN Mata do Uru é proveniente exclusivamente de parcerias privadas, não há, portanto, autonomia financeira própria. Para buscar essa independência, a pesquisa sinaliza uso público na RPPN, como sendo uma modalidade permitida desde que respeitando seu plano de manejo. O uso público aqui definido não trata apenas de cobrança de ingresso para abertura da visitação que hoje acontece de forma gratuita para os visitantes, porém vinculados à instituição de ensino, mas sim trata-se de um plano de uso público dentro do plano de manejo da RPPN, com vistas à conversação e autonomia financeira. Da mesma forma, esta proposição de plano de uso público tem potencial de alavancar os Programas de visitação e de relacionamento com o entorno, ambos previstos no plano de manejo da UC. Conceitualmente, a definição de uso público adotada como referência foi a de ação de gestão da UC que envolva receptivo de pessoas em seu território, considerando objetivos de conservação da biodiversidade.

O quinto aspecto se relaciona com o próprio plano de manejo da RPPN Mata do Uru. Sua elaboração foi contundente e técnica, consolidando um documento detalhado e alinhado com as diretrizes legais incidentes, quando comparado com os planos analisados. Contudo, a partir do levantamento primário de dados com os gestores da UC, percebeu-se certo desalinhamento. No item destinado ao uso público no referido documento, há definição de uso público em três vieses estratégicos, sendo: visitação recreativa, o de educação para conservação ambiental e o de relacionamento com o entorno, todos buscando favorecer o desenvolvimento de processos de conscientização para a importância da preservação. Contudo, não há previsão de ações estruturais que levem ao atendimento deste objetivo. A autonomia financeira, por exemplo, não está descrita em atividades objetivas no plano de manejo da RPPN Mata do Uru. Tal fato reitera a necessidade de proposição deste plano de uso público como sendo elemento descritivo possível para implementação da possibilidade financeira.

O sexto e último aspecto, se relaciona com a própria gestão da RPPN Mata do Uru. O êxito no aspecto financeiro perpassa ao êxito na proteção da UC e quanto a isso a RPPN Mata do Uru segue de forma exemplar, portanto, a base está sólida para aperfeiçoar e dar condições para a implantação de outras atividades de gestão que favoreçam sua sustentabilidade, no caso, financeira. Exemplos de arrecadação de capital vão desde a venda de produtos com a marca das UC, como camisetas, bonés, chaveiros, cartões postais, canecas, entre várias possibilidades, até a cobrança de ingresso para o acesso, visita ao museu, trilhas e parcerias com agências de turismo. Ainda neste aspecto, destaca-se, igualmente exemplar, as atividades de educação ambiental que estão sendo realizadas. Elas reforçam a vocação da UC e contribuem para processos contínuos de sensibilização das pessoas. Embora hoje ela esteja restrita ao público escolar, a mesma estrutura física, paisagística, pedagógica e de capital humano pode ser adaptada a novos e diferenciados públicos e sujeitos da ação pedagógica. Neste contexto, sugere-se ainda que na próxima revisão do plano de manejo a educação ambiental tenha destaque, tendo seu próprio programa em seu planejamento.

Com isso e com base no percurso metodológico seguido, em especial à sistematização das respostas dos questionários utilizados no método Delphi e que serviu também de etapa de validação do plano preliminar, sugere-se a seguinte estrutura para a proposição do plano de uso público para a RPPN Mata do Uru:

- (i) Objetivo, onde se apresenta a vocação da RPPN Mata do Uru;
- (ii) Visão de futuro, que representa as expectativas sobre a trajetória a ser seguida pela gestão da UC;
- (iii) Diretrizes, que funcionam como eixos norteadores, sendo apresentadas em ordem de prioridade (indicação do método Delphi);
- (iv) Planos de ações, com vistas a alcançar o objetivo e suas estratégias, sendo apresentadas em ordem de prioridade (indicação do método Delphi);
- (v) Medidas necessárias para iniciar a implementação das atividades de uso público propostas (item iv), a título de sugestão e referendadas nos dados das experiências das RPPN analisadas. Também apresentadas em ordem de prioridade (indicação do método Delphi);

- (vi) Resultados esperados, que representam contribuições possíveis, tanto da RPPN Mata do Uru para o município da Lapa (PR), quanto do município da Lapa (PR) para a RPPN Mata do Uru;
- (vii) Avaliação com indicadores de desempenho, que serve de ferramenta de monitoramento sobre o que está sendo feito e o que precisa melhorar ou aperfeiçoar para garantir a eficácia e eficiência do plano de uso público na RPPN Mata do Uru.

Esta estrutura com mais informações está consolidada no quadro 08.

Quadro 08 - Estrutura do plano de uso público na RPPN Mata do Uru

Elemento estruturante do Plano Uso Público	Informações e detalhes
Objetivo	Promover a conservação da biodiversidade, tendo a preservação como estruturante, de um dos últimos remanescentes de Floresta com Araucárias no Paraná, bem como, servir de referência para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, educação ambiental e ecoturismo.
Visão de futuro	Continuar sendo um exemplo de conservação da biodiversidade em toda sua plenitude, como exemplo de unidade de conservação implementada, atendendo aos seus objetivos de criação e buscando a sua autonomia e independência financeira.
Diretrizes	<ol style="list-style-type: none"> 1) Parcerias com setor de turismo (público e privado): infraestrutura e roteiros turísticos; 2) Visitaç�o, com possibilidade de cobran�a de entrada e abertura para p�blico em geral; 3) Comercializa�o de produtos com identidade da RPPN; 4) Prospec�o e acesso a fundos de investimentos (p�blicos e privados, via projetos e PSA); 5) Desenvolvimento de cursos de forma�o ligados � �rea ambiental; 6) ICMS ecol�gico, articula�o com poder executivo municipal para sua aloca�o na RPPN.
Atividades de uso p�blico com potencial de implementa�o na RPPN da Mata do Uru	<ol style="list-style-type: none"> 1) Turismo ou ecoturismo educativo, voltado para escolas da regi�o com foco em crian�as para sensibiliza�o em conserva�o da natureza (mediante constru�o de parcerias). Vinculado � educa�o ambiental. Envolve ainda cria�o de material did�tico; 2) Turismo ou ecoturismo cient�fico para pesquisadores e interessados, tendo a RPPN como um laborat�rio aberto de conserva�o da biodiversidade; 3) Turismo ou ecoturismo tradicional para p�blico em geral, com foco na contempla�o da natureza, meditativo, terap�utico e a�o de observa�o da paisagem. Envolve ainda cria�o de material informativo e de divulga�o.
Medidas necess�rias para implementa�o das atividades de uso p�blico propostas	<ol style="list-style-type: none"> 1) Realiza�o de estudo de viabilidade (rela�o entre equipe necess�ria e n�mero de visitantes); 2) Formalizar parcerias (p�blico e privadas); 3) Cria�o de novas op�o de atrativos, a partir das orienta�o previstas no Plano de Manejo; 4) Estrutura�o f�sica de novos roteiros (e ajuste aos existentes);

Elemento estruturante do Plano Uso Público	Informações e detalhes
	5) Consolidar uma estratégia de comunicação e divulgação da RPPN e seu uso público; 6) Definição de equipe/funcionários e seus respectivos custos operacionais (envolve pessoal de receptivo, educadores ambientais, atendimento médico, segurança, limpeza/conservação); 7) Organizar fluxo de capital financeiro; 8) Realizar treinamento/capacitação da equipe/funcionários.
Resultados esperados: contribuições da RPPN Mata do Uru para o município da Lapa (PR)	1) Movimentação/fortalecimento do turismo regional (visibilidade em cenário regional); 2) Relação de identidade e pertencimento da população lapeana; 3) Conservação da biodiversidade e sua manutenção (enquanto política pública e provimento de serviços ecossistêmicos essenciais à sadia qualidade de vida da população); 4) Estímulo a criação de novas Unidades de Conservação com vias de maior arrecadação de ICMS Ecológico; 5) Benchmarking de gestão da RPPN, sendo referência de aprendizado para outras RPPN; 6) Referência no desenvolvimento de atividades de educação ambiental.
Resultados esperados: contribuições do município da Lapa (PR) para a RPPN Mata do Uru	1) Direcionamento de parte do ICMS ecológico para investimento de infraestrutura (qualidade das estradas que são acesso à área, garantia de sinalização, manutenção da ponte na estrada interna da RPPN); 2) Ampliação dos espaços destinados ao turismo da cidade, com inserção da RPPN nos roteiros turísticos da Lapa (PR), ampliando e apoiando sua divulgação; 3) Manutenção e melhoria na pavimentação e sinalização da estrada até RPPN; 4) Educação ambiental como instrumento de sensibilização da população; 5) Incentivo a criação de unidades de conservação e políticas públicas associadas (PSA, fundos de investimento, editais de financiamento de projetos).
Avaliação	Criação de indicadores de desempenho através de tábuas de pontuação.

No sentido de detalhar cada elemento estruturante, seguem abaixo algumas proposições que possam favorecer eventuais ações de implementação do plano de uso público proposto.

Quanto ao objetivo, houve alinhamento das respostas dadas pelos gestores e proprietários da UC na etapa de coleta de dados primários (questionário Delphi), porém sem a menção ao turismo ou visitação como sendo uma das vocações da UC. Na segunda rodada do questionário Delphi, a partir de novo questionamento do pesquisador sobre essa ausência do turismo como vocação, considerando que as demais perguntas do questionário foram respondidas incluindo esta atividade, o ecoturismo surgiu como aspecto a ser considerado. Neste sentido, o ecoturismo se insere também enquanto objetivo do plano proposto. O alinhamento foi em relação a promover a conservação da biodiversidade, tendo a preservação como estruturante,

de um dos últimos remanescentes de Floresta com Araucárias no Paraná. Por fim, de forma consolidada, o objetivo inclui o ecoturismo junto das atividades de pesquisa e educação ambiental.

Ainda sobre a ausência do turismo e atividade de visitação na pergunta relacionada à vocação da RPPN, pode-se atribuir como um dos motivos que ainda não se desenvolveram ações de visitação e turismo na UC, mesmo elas estando presentes em trechos do plano de manejo. Considerando os aspectos potenciais do turismo na região conforme apresentado ao longo da pesquisa, perceber o ecoturismo como atividade central em um plano de uso público é algo salutar, que faz refletir sobre as possibilidades de considerar essa “nova” vocação para RPPN Mata do Uru.

Quanto as estratégias, a busca e consolidação de parcerias com setor de turismo (público e privado) surge como prioritária. Na área pública, em junho de 2020, a cidade da Lapa (PR) lançou um programa de recuperação econômica voltado ao turismo com objetivo de fortalecer os estabelecimentos comerciais, feirantes e artesãos, estabelecendo o elo com organizações de acesso à crédito e ampliando, didaticamente, conhecimentos diversos de boas práticas (LAPA, 2020).

Já tratando de parceria privada, a busca por agência de turismo para incluir a RPPN Mata do Uru no roteiro da cidade depende da alteração do formato de visitação que acontece hoje, restrita a estudantes. O foco dessa parceria com agências de turismo seria por busca de mais turistas interessados no ecoturismo.

Portanto, sugere-se buscar agências de turismos da Lapa (PR) e de Curitiba (PR), capital próxima e que contempla a região metropolitana.

Outra estratégia visando a autonomia financeira é através da cobrança de ingresso, algo comum em UC, inclusive nas RPPN federais no Paraná que basearam esse estudo comparativo com a RPPN Mata do Uru. A RPPN Salto Morato, por exemplo, mantida pela Fundação Grupo Boticário cobra entrada de R\$20,00 e, independente da condição financeira do seu mantenedor, cobra essa taxa para a manutenção da RPPN, bem como tem em seu programa de uso público a busca por autonomia financeira. A Salto Morato, durante a pandemia, suspendeu o camping e alojamento, atividades com cobrança além da entrada, e manteve trilhas, observação de aves e banho de rio. Outro exemplo, é o Buraco do Padre e Fenda das Freira, embora outro tipo de UC, tem entradas de R\$15,00 a R\$36,00 e com cobrança extra de atividades, locação de churrasqueira, entre outros. Durante a

pandemia, teve vários visitantes e é tratado como um exemplo de passeio na natureza. Localiza-se na Região de Itaiacoca em Ponta Grossa (PR).

No decorrer do trabalho foram descritas as atividades com cobrança de ingressos de outras RPPN federais com as mesmas características da RPPN Mata do Uru, com o observatório astronômico na RPPN Bellatrix; o observatório de aves, prática de esportes, passeio em rios e acesso a cavernas na RPPN Reserva Ecológica Sebuí; locação de churrasqueira, trilha para ciclismo na RPPN Reserva da Pousada Graciosa; atividades de tirolesa, rapelesa e corvolesa na RPPN Ninho do Corvo.

São ideias e atividades feitas em RPPN federais no Paraná que podem ser implementadas na RPPN Mata do Uru, desde que resguardadas as suas características de estrutura e objetivos de conservação. Além disso, pode-se criar concursos de fotografia, exploração do museu que era a casa do antigo proprietário com melhorias nos arquivos e resgate de mais informações, entre outros.

Outra alternativa para aumentar a receita na RPPN Mata do Uru é a comercialização de produtos com identidade da RPPN. Um dos exemplos de sucesso de comércio dentro de UC é no PNI de Foz do Iguaçu (PR), guardada as devidas proporções, serve de inspiração para a RPPN Mata do Uru, pois neste caso a visita termina na loja, ou seja, na RPPN Mata do Uru ao finalizar a visita, poderia ter no Centro de Visitantes uma loja com vendas de vestuários, itens para residência, cartão postal, ou seja, lembranças para os visitantes. Diferente do PNI, a gestão da loja poderia ser própria devido ao menor número de visitantes, menor espaço e menor estoque. Aqui, sugere-se a busca por empresas que fazem produtos com materiais reciclados, colaborando, assim, com a vocação da RPPN Mata do Uru que além da conservação, mostra-se preocupada com o futuro, bem como a criação de um site com loja virtual.

Passadas as sugestões com comparativos com outras RPPN com modelos de atividades que podem ser ampliados ou adaptados conforme preferência ou sugestão dos especialistas, a sugestão de cobrança de ingressos para entrada e de atividades e comercialização de produtos com loja física e também online, é importante acessar os fundos de investimentos públicos e privados, via projetos e PSA.

Os fundos municipais são instrumentos especiais que concentram recursos para a realização de atividades específicas. É uma Lei Federal nº 4.320/64 e a

Prefeitura Municipal é responsável pela sua realização. Diferente dos impostos, os fundos municipais só podem utilizar a receita arrecadada para a atividade divulgada inicialmente, por isso há criação de orçamento próprio, normas especiais e prestações de contas. Os mais conhecidos fundos são dos Direitos da Pessoa Idosa, da Criança e Adolescente, de Assistência Social, etc. A criação do fundo pode ser feita por iniciativa popular. Essa proposta teria de seguir o trâmite normal de qualquer lei, ou seja, ser aprovada pela Câmara de Vereadores e pelo prefeito. Criada a lei é possível buscar receita e realizar o que previu no início. Isso vale para Educação Ambiental, Ecoturismo, entre outros. O fundo de crédito privado é o investimento de uma pessoa para a realização de alguma atividade. O PSA já foi descrito no trabalho e tem o objetivo de conceder incentivos econômicos a proprietários de RPPN, para que estes aumentem a qualidade do serviço ambiental fornecido à sociedade pelas suas áreas naturais. Segue o princípio "protetor-recebedor" e "usuário-pagador". Quem disponibiliza através da sua RPPN recebe e quem usa, paga. É um pagamento direto ao proprietário.

Continuando na área governamental, por causa da RPPN Mata do Uru, o município da Lapa (PR) recebe o ICMS Ecológico do Governo do Paraná e como debatido na pesquisa, este imposto não tem obrigatoriedade de ser aplicado por quem gerou, ou seja, repassado ao proprietário da RPPN que arca com todo o ônus que a RPPN gera, por ser tratar, como o próprio nome diz, de algo particular, porém o benefício é gerado para toda a população e financeiramente para a Prefeitura Municipal. A articulação com poder executivo municipal para sua alocação na RPPN é necessária para melhorias da estrutura, acesso, sinalização. Em 02/06/2021, o IAT divulgou os valores brutos do ICMS Ecológico repassados para cada cidade, o valor acumulado que a Lapa (PR) recebeu no período de janeiro a maio de 2021 foi de R\$131.651,58, sendo participação da RPPN Mata do Uru, 6,57%, ou seja R\$8.622.10 no primeiro semestre de 2021 (IAT, 2021).

Aproveitando da vocação da RPPN Mata do Uru e do histórico das atividades realizadas, sugere-se desenvolvimento de cursos de formação ligados à área ambiental, voltado para escolas da região com foco em crianças para sensibilização em conservação da natureza (mediante construção de parcerias). Vinculado à educação ambiental. Envolve ainda criação de material didático para que os estudos não fiquem restritos ao momento da visita. Aqui, cabe parceria com a Prefeitura Municipal da Lapa e de Curitiba, Institutos com foco em educação básica pública,

Instituições de Ensino que façam excursão, tanto pública como privada, para conhecer a RPPN Mata do Uru e tê-la como forma de conscientização da importância de conservar o meio ambiente. Hoje, na RPPN Mata do Uru, existe a atividade de educação ambiental, que é o único acesso de público que acontece na UC. É necessário agendamento e vínculo educacional. É fundamental essa experiência para adaptar e aumentar o turismo educativo na RPPN Mata do Uru. Neste aspecto, sugere-se ainda aproximação com a própria Universidade Positivo em seus diferentes cursos de graduação e junto aos Programas de Pós-graduação, a exemplo do Programa de Pós-graduação em Gestão Ambiental, o qual desenvolve pesquisas e apresenta corpo docente qualificado e alinhado com gestão de UC.

Para a ampliação das atividades de visitação e turismo, necessita-se qualificação da infraestrutura de receptivo, desde a manutenção da existente até a construção de novas estruturas em potencial, bem como treinamento de funcionários e profissionais, pois é necessário a realização com segurança e saúde. Ao participar de atividades na natureza, surge as possibilidades de pesquisas científicas, a consciência sobre o meio ambiente e conservação.

Inicialmente haverá custos para a reforma, adaptação, logística, colaboradores, operações, profissionalização, ou seja, o primeiro passo é o estudo de viabilidade, no sentido de estabelecer relação entre o custo da equipe e estrutura física necessária e número de visitantes. Neste estudo, necessariamente, deve-se incluir estudo rigoroso e técnico de capacidade de carga, na eventualidade de utilização da trilha existente ou ainda de novas atividades diretas nas áreas hoje protegidas pela UC.

Sugere-se também parceria para prospecção de fundos ou editais de projetos para implementação inicial e capital de giro, pois futuramente será autossustentável, desde que tenha organização gerencial do uso público, levando em consideração a parte administrativa-financeira do uso-público.

A RPPN Mata do Uru, além de fornecer qualidade de vida para a população do entorno e contribuir para a arrecadação de ICMS Ecológico para Lapa (PR), deve se comunicar com a população lapeana e paranaense como motivo de orgulho para a cidade e para o estado, assim como outras UC são para sua população. Para isso, se faz necessário melhor comunicação, abertura da RPPN, servir de exemplo para outras UC e ser referência para quem busca criar uma RPPN na cidade, estado e

país. A RPPN Mata do Uru precisa estar de portas abertas para isso e inserida no roteiro turístico lapeano.

Em termos de avaliação do processo de implementação do plano de uso público, sugere-se a criação de um instrumento de avaliação, com indicadores claros e alinhados com cada atividade a ser implementada. Em todo novo modelo de negócio, faz-se necessário delimitação de métricas e resultados esperados bem definidos, em horizonte de tempo pré-estabelecido, através de tábuas de pontuação para ter claro o que está superando, regular ou sendo insuficiente.

Por fim, a RPPN Mata do Uru espera continuar sendo um exemplo de conservação da biodiversidade em toda sua plenitude, como exemplo de UC implementada, atendendo aos seus objetivos de criação. Destaque para seu papel e contribuição para o desenvolvimento local e regional, especialmente em relação ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental, pesquisa e turismo em suas diferentes modalidades.

5 CONCLUSÃO

As RPPN apresentam diversas particularidades, tanto por estar em contextos territoriais distintos, como sua vocação, identidade e cultura de gestão. As ações de uso público devem respeitar tais particularidades. Assim como a diversidade da paisagem protegida, a infraestrutura existente e o que seus proprietários esperam em relação a sua gestão, precisam ser levadas em consideração.

Considerando o objetivo geral do trabalho, a organização das etapas do plano foi baseada em uma estrutura sequencial de estratégias. A base surgiu de pesquisas em relação a outras RPPN e com atores envolvidos na RPPN Mata do Uru que, conforme mencionado na pesquisa, pretende implementar um plano de uso público visando a autonomia financeira.

Para a organização das etapas de implementação do plano de uso público na RPPN Mata do Uru, sugere-se manter indicadores atualizados para que se possam avaliar o desenvolvimento de suas atividades, especialmente em relação à disponibilização de recursos financeiros, desde que respeitando, sempre, o plano de manejo e seus objetivos de criação.

Investigar experiências de uso público em outras RPPN surge como estratégia oportuna, porém deve servir como inspiração do que um manual a ser seguido. As atividades realizadas em outras UC podem ser iguais, porém são exclusivas para aquelas áreas. Para tanto, é necessário investimento, iniciativa, disponibilidade e planejamento objetivo de implantação de atividades de uso público. No contexto pesquisado, havia ainda a orientação e um desejo da atual gestão da RPPN Mata do Uru em buscar sua autonomia financeira, tendo no uso público sua principal estratégia de ação. Tal motivação surge como aspecto fundamental e desencadeador da sua busca pela implementação de um plano de uso público, o qual foi associado a uma ação de pesquisa.

Estruturar, organizar e legitimar um plano de uso público é o primeiro passo de um longo caminho. O alinhamento desta pesquisa científica com uma atividade fim, no caso a gestão de uma UC privada, demonstra um avanço em termos de contribuição acadêmica para o campo da gestão ambiental e o desencadeamento de ações práticas de conservação da biodiversidade e sua manutenção no longo prazo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J.T.; SILVA, J.A. **Categorias de florestas estabelecidas nos códigos florestais de 1934 e 1965**. Revista Floresta e Ambiente. v. 10, n°2, p. 78-86, 2003.
- ARNT, Ricardo. **O tesouro verde**. Revista Exame, São Paulo: Abril, n. 739, 2001.
- BARBIERI, J. C. **Educação Ambiental e os problemas ambientais**. Relatório técnico. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - COEA, 2002. 61 p.
- BARRIGA, A. M. **Percepciones de la gestión del turismo en dos reservas de biosfera ecuatorianas: Galápagos y Sumaco**. Cidade do México: UNAM, 2016.
- BENI, M. C. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2003.
- BOUCHER, T. M. **Role and Trends of Protected Areas in Conservation**. Encyclopedia of Biodiversity. 2ed. Academic Press, p. 485-503, 2013.
- BOULLÓN, R. **Ecoturismo y sistemas naturales urbanos**. 2. ed. Buenos Aires: Librerías y Distribuidora Turísticas, 2000.
- BRANDÃO, Silvia F.; VIEIRA, Silvia R. **Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do Português**. Alfa, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 1035-1064, 2012a.
- BRASIL. Decreto 23.793 de 23 de janeiro de 1934. Aprova o Código Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 23 de janeiro de 1934. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm. Acesso em 01 de novembro de 2020.
- _____. Lei 4.471 de 15 de setembro de 1965. Aprova o novo Código Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 15 de setembro de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm. Acesso em 01 de novembro de 2020.
- _____. Decreto Federal 98.914 de 31 de janeiro de 1990. Dispõe sobre a instituição, no território nacional, de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, por destinação do proprietário. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 31 de janeiro de 1990. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98914.htm. Acesso em 01 de novembro de 2020.
- _____. Decreto Federal 1.922 de 5 de junho de 1996. Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e das outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 5 de junho de 1996. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1922.htm. Acesso em 03 de novembro de 2020.

_____.Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 18 de julho de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em 03 de novembro de 2020.

_____.Decreto Federal 4.240 de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 22 de agosto de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em 03 de novembro de 2020.

_____.Projeto de Lei 5.974 de 29 de setembro de 2005. Dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais. Autor: Senado Federal - Waldeck Ornelas. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=301799>. Acesso em 03 de novembro de 2020.

_____.Decreto Federal 5.746 de 5 de abril de 2006. Regulamenta o art. 21 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 5 de abril de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm. Acesso em 03 de novembro de 2020.

_____.Lei 12.651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 25 de maio de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em 03 de novembro de 2020.

_____.Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação: interações e resultados**. 2ª ed. São Paulo: Annablume - Fapesp, 2003.

CÂMARA, I. de G. **As unidades de conservação e o paradigma de Durban. Natureza & Conservação**. Revista Brasileira de Conservação da Natureza, 2 (2), p. 08-14, 2004.

CEGANA, A. C. V. **Reservas particulares do patrimônio natural do estado do Paraná: situação atual e perspectivas**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Agronomia; Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2005.

CHOLCHESTER, M. Resgatando a Natureza: comunidades tradicionais e áreas

protegidas. In: DIEGUES, A. C (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Annablume, 2000.

CORDEIRO, J.; RODRIGUES, W. A. **Caracterização fitossociológica de um remanescente de Floresta Ombrófila Mista em Guarapuava, PR**. Revista *Árvore*, v. 31, n. 3, p. 545-554, 2007.

COSTA, P. C. **Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. **The Sage Handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, p. 1 – 32, 2005.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS, G. F. D. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004

DIEGUES, A.C. **Desenvolvimento sustentado, gerenciamento geoambiental e o de recursos naturais**. In: Cadernos FUNDAP, São Paulo, Ano 9, nº 16. p. 33-45, 1989.

ELBERS, J. **Las areas protegidas de America Latina: situación actual y perspectivas para el futuro**. Quito, Ecuador: UICM, 2011.

FERNANDES, R. S. Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. **Revista Aprender**, 2. ed., 2004.

GOMES, P.C.C. **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GRISHAM, T. (2009). **The Delphi technique: a method for testing complex and multifaceted topics**. International Journal of Managing Projects in Business, 2(1), 112-130.

HAMIN, E. M. **The US National Park Service's partnership parks: collaborative responses to middle landscapes**. Land Use Policy, v.18, p. 123-135, 2001.

HORNUNG, J. B. C. **Análise das condições de Uso do Parque Estadual do Monge, município da Lapa (PR)**. 2007. Dissertação de Mestrado em Geografia – Curso de Geografia - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA: **Planilha de valores brutos repassados por município em 2019**. Curitiba, 30 de março de 2020. Disponível em: http://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/repasso_icmse_2019_por_municipio.pdf. Acesso em 05 de dezembro de 2020.

JACOBI, P. R. (Org.). **Ciência Ambiente: os desafios da interdisciplinaridade**. São Paulo: Annablume - Fapesp, 2000.

JACOBI, P. R. **Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 2, p 233-250. 2005.

LITTLE P. E. **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. IIEB, São Paulo, Peirópolis, Brasília, 2003.

LINSTONE, H. A.; TUROFF, M. (2002). **The Delphi method: Techniques and applications**. Addison Wesley Newark, NJ: New Jersey Institute of Technology. Disponível em: <<https://web.njit.edu/~turoff/pubs/delphibook/index.html>>. Acesso 31 mai. 2021.

MACHADO, R. **A comunicação como vetor de sustentabilidade em parques nacionais - um estudo de caso sobre o Parque Nacional do Iguaçu**. Dissertação de Mestrado em Gestão Ambiental – Curso de Gestão Ambiental – Universidade Positivo, Curitiba, 2018.

MAY, D. **Identificação do potencial para gestão compartilhada, particular e público, de unidades de conservação**. Tese de Doutorado em Gestão Ambiental – Curso de Gestão Ambiental – Universidade Positivo, Curitiba, 2015.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**, edição Compactada. São Paulo, Atlas S.A., 2009.

MEDEIROS, R. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. Ambiente & Sociedade. Vol. IX nº. 1 jan./jun. 2006.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F. (2011). **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**. Brasília: UNEP-WCMC. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/relatorio_final_contribuio_uc_para_a_economia_nacional_reduzido_240.pdf. Acesso em: 26 mai. 2021.

MESQUITA, C. A. B. **Caracterización de las Reservas Naturales Privadas em America Latina**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Conservação – Curso de Desenvolvimento - Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza. Costa Rica, 1999.

_____. **Efetividade de manejo de áreas protegidas: quatro estudos de caso em reservas particulares do patrimônio natural, Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 3. p.500-510. Fortaleza, 2002.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume e Fapesp, 2001.

MUANIS, M. M.; SERRÃO, M.; GELUDA, L. **Quanto custa uma unidade de**

conservação federal: uma visão estratégica para o financiamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC. Funbio, 2009

MULONGOY, K. J.; CHAPE, S. **Conservation on Biological Diversity & UNEP World Conservation Monitoring Centre: Protected areas and biodiversity.** Disponível em [mhttp://www.dolomitipark.it/doc_pdf/parchi.sola.terra/07.ProtectedAreas_Biodiversity.pdf](http://www.dolomitipark.it/doc_pdf/parchi.sola.terra/07.ProtectedAreas_Biodiversity.pdf). Acesso em: 10 jan. 2021.

OLIVEIRA, J. A. P. de. **Governmental responses to tourism development: three Brazilian case studies.** In *Tourism Management*, 24, pp. 97–110, 2003.

PASSOLD, A. J; KINKER, S. M. S. **Visitação sustentável em unidades de conservação.** In: *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo.* PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris van de Meene (Ed.). Barueri, SP: Manole, 2010

PIMENTEL, D.S. **Uso Público em Unidades de Conservação: planejamento, turismo, lazer, educação e impactos.** Artigos do 1º e 2º Encontros Fluminenses –2013 e 2015. Niterói: Ed. Alternativa, 2015.

PIRES, P. dos S. **Dimensões do ecoturismo.** São Paulo: Senac, 2002.

PIVA, J. **Viabilidade econômica de empreendimentos sustentáveis: Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal (RPPNM).** Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Administração – Universidade Positivo, Curitiba, 2017.

PARANÁ. Lei Complementar 59 de 01 de outubro de 1991. Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art. 2 da Lei 9.491/1990 aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná,** Curitiba, PR. 1 de outubro de 1991.

PELLIN, A. **Avaliação dos aspectos relacionados à criação e manejo de reservas particulares do patrimônio natural no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.** Tese de Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

QUAMMEN, D. **Yellowstone: a journey through America's wild heart.** 2016.

_____. **Pacto com a Natureza.** National Geographic, v. 17, n. 124, p. 58-81, 2016.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALVIO, G. M. M. **Áreas naturais protegidas e indicadores socioeconômicos: o desafio de conservação da natureza.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

SCHACHT, G. L. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural no estado do Paraná (Brasil) e as Áreas Protegidas Privadas na Catalunha (Espanha):**

situação, políticas públicas e gestão ambiental. Tese de Doutorado em Geografia Física – Curso de Geografia - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

SOLDATELLI, M **Impactos ambientais negativos no contexto do turismo de natureza.** In L. G. G. Trigo (Ed.), *Análises regionais e globais do turismo brasileiro* . São Paulo. p. 517 – 536, 2005.

TAKAHASHI, L. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas unidades de conservação do Estado do Paraná.** Tese de Doutorado - Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998

VALLEJO, L.R. **Uso Público em Unidades de Conservação: planejamento, turismo, lazer, educação e impactos.** Artigos do 1º e 2º Encontros Fluminenses – 2013 e 2015. Niterói: Ed. Alternativa, 2015.

WEAVER, D. **Comprehensive and minimalist dimensions of ecotourism.** *Annals of Tourism Research*. 2005.

YOUNG, C. E. F. **Contribuição das unidades de conservação para a economia nacional: Relatório Final.** Brasília: UNEP-WCMC, 2011. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/relatorio_final_contribuicao_uc_para_a_economia_nacional_reduzido_240.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021

ZUCCHERELLI, M. **A "Rota dos Tropeiros" - Projeto turístico na região dos Campos Gerais: um olhar antropológico.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social - Curso de Antropologia Social - Universidade Federal do Paraná, 2008.

APÊNDICE A - Planilha de levantamento de estado da arte

RRPN	Biomass	Cidade	Estado	Atividades e experiências de uso público	Fonte
RPPN Guará I	Cerrado	Cocos	Bahia	A RPPN Guará I faz parte da Fazenda Trijunção, localizada no marco entre os estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais, encontra-se em excelente estágio de conservação. Um criadouro de animais silvestres e gado confinado, buscando o equilíbrio entre conservação e produção.	http://www.trijuncao.com.br/
RPPN Guará II	Cerrado	Cocos	Bahia	A RPPN Guará II faz parte da Fazenda Trijunção, localizada no marco entre os estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais, encontra-se em excelente estágio de conservação. Um criadouro de animais silvestres e gado confinado, buscando o equilíbrio entre conservação e produção.	http://www.trijuncao.com.br/
RPPN Lagoa do Formoso	Cerrado	Cocos	Bahia	A RPPN Lagoa do Formoso faz parte da Fazenda Trijunção, localizada no marco entre os estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais, encontra-se em excelente estágio de conservação. Um criadouro de animais silvestres e gado confinado, buscando o equilíbrio entre conservação e produção.	http://www.trijuncao.com.br/
RPPN Reserva Itaguari	Cerrado	Cocos	Bahia	A RPPN Reserva Itaguari faz parte da Fazenda Trijunção, localizada no marco entre os estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais, encontra-se em excelente estágio de conservação. Um criadouro de animais silvestres e gado confinado, buscando o equilíbrio entre conservação e produção.	http://www.trijuncao.com.br/
RPPN São Francisco da Trijunção	Cerrado	Cocos	Bahia	A RPPN São Francisco da Trijunção faz parte da Fazenda Trijunção, localizada no marco entre os estados da Bahia, Goiás e Minas Gerais, encontra-se em excelente estágio de	http://www.trijuncao.com.br/

				conservação. Um criadouro de animais silvestres e gado confinado, buscando o equilíbrio entre conservação e produção.	
RPPN Toca dos Ossos	Caatinga	Ourolândia	Bahia	Primeira UC na região, possui relevância nacional, já que é sítio paleontológico importantíssimo, no qual foram encontradas diversas ossadas de mamíferos extintos como de preguiças gigantes. Além disso, um estudo da fauna atual localizou 84 espécies de invertebrados e duas espécies de vertebrado ainda residentes no interior da caverna, algumas só existentes no local. Suas atividades são educação ambiental, visitação e ecoturismo. Recebe auxílio do ICMS Ecológico.	http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-conservacao/rppn-consulpublica/consulta-toca-dos-ossos/
RPPN Estação Veracel	Mata Atlântica	Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália	Bahia	Mantida pela Veracel Celulosa, tem orçamento próprio para o desenvolvimento de atividades. Já foram realizados até o momento 81 estudos e projetos de pesquisa, envolvendo 23 instituições. A Estação Veracel está entre as três RPPN do bioma Mata Atlântica com maior número de pesquisas realizadas (Oliveira et al., 2010). Desde 2019 existe o Observatório de Aves com objetivo é promover a produção de conhecimento científico, educação e sensibilização ambiental voltados para a conservação em uma das regiões da Mata Atlântica mais ameaçadas e com mais rica biodiversidade. Recebe PSA e ICMS Ecológico.	https://www.veracel.com.br/wp-content/uploads/2020/05/PMC_2016.pdf
RPPN das Nascentes	Mata Atlântica	Taperoá	Bahia	8.000m ² de área recreativa com fruteiras, área para fogueira, cozinha, churrasqueira, 2 piscinas, campo de futebol, área para redes de descanso, 60 leitos, sendo 3 suítes com beliches, 1 alojamento grande com 2	https://www.facebook.com/FazendaDasNascentes/

				quartos e 10 banheiros (5 chuveiros e 6 sanitários). Trilha guiada por biólogos. Diárias de R\$ 700,00 até R\$ 1.400,00.	
RPPN Juerana Milagrosa	Mata Atlântica	Uruçuca	Bahia	Na RPPN tem restaurante vegetariano, empório de produtos orgânicos, venda de artesanato, livraria, sebo e atividades de ecoturismo. Espaços para terapias, cursos e eventos.	https://www.facebook.com/fazendajuerana
RPPN Águia Branca	Mata Atlântica	Vargem Alta	Espírito Santo	As visitas com o objetivo de realização de trilhas ou contemplação de pássaros é necessário realizar o agendamento com, pelo menos, dois dias de antecedência, pois são atividades que necessitam de orientação e acompanhamento. Trilhas a pé ou de bicicleta, educação ambiental, eventos culturais, observação de pássaros e pesquisa científica. A atividade que cobra valor é a locação do auditório por R\$ 500,00 para uso máximo de 8 horas.	https://www.reservaaguibranca.com.br/
RPPN Vale das Araras	Cerrado	Cavalcante	Goiás	As trilhas da reserva têm como destino final o rio São Bartolomeu e sua bela cachoeira, onde os visitantes podem se refrescar depois da caminhada e curtir as belezas do cerrado. Em sua estrutura tem chalés e restaurante. O valor da hospedagem varia de R\$ 249,00 a R\$ 384,00.	https://valedasararas.com.br/wp/?page_id=24
RPPN Alto da Boa Vista II	Mata Atlântica	Descoberto	Minas Gerais	Desenvolve atividades de turismo ecológico, educação ambiental e pesquisas científicas. Dispõe de meios de hospedagem no Abrigo de Montanha, opções de caminhada ao pico da Serra do Relógio com guia e em outros trechos da reserva como as quedas d'água e áreas de camping. Cobra entrada de R\$ 10,00.	https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/descoberto/rppn-alto-da-boa-vista
RPPN Alto da	Mata Atlântica	Descoberto	Minas Gerais	Desenvolve atividades de turismo ecológico, educação	https://www.mina

Boa Vista (I-B)				ambiental e pesquisas científicas. Dispõe de meios de hospedagem no Abrigo de Montanha, opções de caminhada ao pico da Serra do Relógio com guia e em outros trechos da reserva como as quedas d'água e áreas de camping. Cobra entrada de R\$ 10,00.	sgerais.com.br/pt/atracoes/decoberto/rppn-alto-da-boa-vista
RPPN Alto da Boa Vista (I-A)	Mata Atlântica	Descoberto	Minas Gerais	Desenvolve atividades de turismo ecológico, educação ambiental e pesquisas científicas. Dispõe de meios de hospedagem no Abrigo de Montanha, opções de caminhada ao pico da Serra do Relógio com guia e em outros trechos da reserva como as quedas d'água e áreas de camping. Cobra entrada de R\$ 10,00.	https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/decoberto/rppn-alto-da-boa-vista
RPPN Serra do Ibitipoca	Mata Atlântica	Lima Duarte	Minas Gerais	É um hotel com piscina, sauna, quadra esportiva, playground, salão de jogos, trilhas, arvorismo e ofurô. As diárias variam de R\$ 555,00 a R\$ 1.320,00.	https://www.serra.doibitipo.ca.com.br/
RPPN Cachoeira do Cerradão	Cerrado	São Roque de Minas	Minas Gerais	É a primeira reserva do gênero na região da serra que se encontra aberta ao ecoturismo, com atividades de caminhada educação ambiental. As trilhas que levam à cachoeira têm sinalização interpretativa – plaquinhas de madeira identificam as principais espécies da flora. A visita pode ser feita todos os dias da semana das 8 às 17 horas. Trabalha com hospedagem, venda de queijo e um armazém.	https://www.serradacanast.ra.com.br/
RPPN Lote Cristalino	Amazônia	Alta Floresta	Mato Grosso	Tem trilhas, mirante e canoagem. A hospedagem é feita no bangalô, apartamento. Existe restaurante, bar, sala de leitura, de apresentação e deck flutuante.	http://cris.talinolodge.com.br/pt
RPPN Estância Ecológica SESC	Pantanal	Barão de Melgaço	Mato Grosso	Mantida pelo SESC, tem equipe de 9 Guarda-parques e 8 Auxiliares de Serviços Gerais, trabalham na unidade	https://www.sescpantanal.com.br/h

Pantanal I				e são responsáveis por acompanhar os pesquisadores nos trabalhos de campo, fiscalizar a área de abrangência da RPPN e auxiliar ações de logística geral da unidade. A diária varia de R\$ 160,00 a R\$ 628,00.	otel.aspx?s=12&i=18#!p1_0
RPPN Estância Ecológica SESC Pantanal II	Pantanal	Barão de Melgaço	Mato Grosso	Mantida pelo SESC, tem equipe de 9 Guarda-parques e 8 Auxiliares de Serviços Gerais, trabalham na unidade e são responsáveis por acompanhar os pesquisadores nos trabalhos de campo, fiscalizar a área de abrangência da RPPN e auxiliar ações de logística geral da unidade. A diária varia de R\$ 160,00 a R\$ 628,00.	https://www.sescpantanal.com.br/hotel.aspx?s=12&i=18#!p1_0
RPPN Karawata	Caatinga	Gravatá	Pernambuco	A maior reserva ecológica de Pernambuco. As atividades são tirolesa, arborismo, arco e flecha, paredão de escalada, boulder, brinquedão, parque infantil, water ball, pista de bike e trilhas. A entrada custa R\$ 30,00 e os valores das atividades variam de R\$ 70 a R\$ 120,00.	https://karawata.com.br/conheca-o-parque/
RPPN Bellatrix	Mata Atlântica	Bocaiúva do Sul	Paraná	Retiros de meditação; Cursos; Encontros; Observatório astronômico; Yoga; Chalés para hospedagens. Atendimento mediante taxas e reservas.	http://www.santuariorbellatrix.com/
RPPN Bellatrix 2	Mata Atlântica	Bocaiúva do Sul	Paraná	Retiros de meditação; Cursos; Encontros; Observatório astronômico; Yoga; Chalés para hospedagens. Atendimento mediante taxas e reservas.	http://www.santuariorbellatrix.com/
RPPN Bellatrix 3	Mata Atlântica	Bocaiúva do Sul	Paraná	Retiros de meditação; Cursos; Encontros; Observatório astronômico; Yoga; Chalés para hospedagens. Atendimento mediante taxas e reservas.	http://www.santuariorbellatrix.com/
RPPN Salto Morato	Mata Atlântica	Guaraqueçaba	Paraná	Centro de visitantes; Alojamento; Trilhas; Observação de aves (Bird Watching); Banho de rio;	http://www.fundacaogrupoboticario.com.br/

				Camping. Atendimento mediante taxas e reservas.	org.br/pt/conservacao-biodiversidade/Paginas/Salto-Morato.aspx
RPPN Reserva Ecológica Sebui	Mata Atlântica	Guaraqueçaba	Paraná	"Observação de aves (Bird Watching); Passeios em rios e ilhas; Prática de esportes; Cachoeiras e cavernas; Pousadas para hospedagens.	
Atendimento mediante taxas e reservas."	http://rppnsebui.blogspot.com/				
RPPN Reserva da Pousada Graciosa	Mata Atlântica	Morretes	Paraná	Banho de piscina; Estrutura para churrasco; Trilha para caminhada; Trilha para ciclismo; Pousada para hospedagem. Atendimento mediante taxas e reservas.	https://pousadagraciousa.com/
RPPN Ninho do Corvo	Mata Atlântica	Prudentópolis	Paraná	Tirorela; Rapelesa; Corvolesa; Chalés para hospedagem; Atendimento mediante taxas e reservas.	http://www.ninhodocorvo.com/
RPPN Fazenda Bom Retiro	Mata Atlântica	Casimiro de Abreu	Rio de Janeiro	Alojamento, camping, trilhas e rios. Valor da diária é de R\$ 120,00.	https://www.reservabomretiro.com/
RPPN SESC Tepequém	Amazônia	Boa Vista	Roraima	Observação de Aves, atividade que vem ganhando o mercado turístico local. A Pedra do Índio, localizada na subida da Serra do Tepequém é uma das marcas registradas da região. A escultura, moldada pela Mãe Natureza, é um dos símbolos que mais representa a Estância Ecológica Sesc Tepequém, construída logo em frente deste monumento natural. A cultura local está representada nas peças de artesanato de pedra de sabão vendidas na cidade. São 24 apartamentos, com	https://www.sescrr.com.br/tepequem/

				capacidade para atender 83 hóspedes confortavelmente, além de restaurante, piscina natural, sala de jogos, área esportiva e estacionamento com 24 vagas. Diária varia de R\$ 118,00 a R\$ 1.050,00	
RPPN Serra da Bocaina	Mata Atlântica	São José do Barreiro	São Paulo	É possível comemorar o aniversário, fazer o spá day que é uma massagem relaxante, picnic com vista do pôr do sol, aula para aprender a fazer pasta artesanal italiana ou risoto, happy hour com drinks e tábuas de frios. Animais de estimação podem ir. As diárias variam de R\$ 670,00 a R\$ 810,00.	https://encantodabocaina.com.br/

APÊNDICE B - Planilha do plano de manejo e atividades desenvolvidas na RPPN Mata do Uru

Uso Público previsto no Plano de Manejo	Descrição da Atividade	Em funcionamento
Visitação recreativa	O objetivo da visitação recreativa dentro da RPPN Mata do Uru é o de proporcionar oportunidades recreativas compatíveis com os objetivos da Reserva para turistas que apreciem o tema de conservação da natureza, possibilitando assim a disseminação de conceitos conservacionistas capazes de provocar uma reflexão sobre a interdependência existente entre todos os elementos existentes no ambiente e as consequências que as interfaces humanas podem causar. As visitas devem acontecer em um nível aceitável de impactos gerados ao ambiente (SPVS, 2014)	Não
Educação para conservação ambiental	A Educação Ambiental (EA) pode ser conceituada como o processo que propicia a compreensão crítica e ampla do ambiente, elucidando valores e desenvolvendo atitudes que permitam a adoção de uma postura consciente, ativa e adequada nas questões conservacionistas e utilização dos recursos naturais, objetivando a melhoria da qualidade de vida, eliminação da pobreza e redução do consumo desenfreado (BRASIL, 1999). A visão crítica é construída dentro de uma ideia sistêmica e não fragmentada da educação ambiental que pretende estimular mudanças nos hábitos culturais, sociais e econômicos tendo por consequência a alteração dos padrões de consumo que priorizam o desenvolvimento econômico (JACOBI, 2005). O fator de maior relevância para a especificidade da EA é a ênfase na resolução de questões práticas e a abordagem interdisciplinar que considera a complexidade dos problemas ambientais e a multidisciplinaridade dos fatores a eles relacionados. A RPPN Mata do Uru visa o estabelecimento de um equilíbrio entre as ações conservacionistas e o desenvolvimento sustentável. Sob esse aspecto, a	Sim

	<p>participação social por meio de práticas de educação ambiental é de fundamental importância como um mecanismo para o planejamento ambiental, desenvolvendo ações educativas junto às escolas de cunho público e privado do Município da Lapa e da rede Positivo, permitindo o contato dos estudantes com os atrativos da RPPN Mata do Uru, a fim de promover a sensibilização e a compreensão da importância da conservação dos recursos naturais, de modo a adquirir uma experiência educativa efetiva (SPVS, 2014).</p>	
<p>Relacionamento com o entorno</p>	<p>O relacionamento com a comunidade do entorno tem como objetivo auxiliar na disseminação de conceitos conservacionistas entre proprietários e administradores de área do entorno da RPPN, assim como famílias da região da Lapa-PR, tendo objetivos: manter processo sistemático de conversas informais e contínuas com proprietários, administradores de áreas e famílias do entorno da RPPN, a fim de informá-los sobre as atividades que estão sendo realizadas na área protegida, como também resultados alcançados, apoios recebidos, parcerias firmadas e regras de boa utilização da reserva; realizar registro de informações de relevâncias discutidas nas conversas informais, visando identificar possíveis pressões sobre a área protegida; elaborar e distribuir a proprietários do entorno e demais formadores de opinião da região materiais de comunicação da RPPN assim como compilação de cartilhas com melhores práticas em áreas rurais contendo principais ações de manejo a serem realizadas na área; realizar anualmente um encontro de integração para proprietários, administradores de áreas e famílias da região da Lapa, com a participação de principais lideranças da região, a fim de promover a RPPN Uru com um case de sucesso em conservação da natureza através da realização de palestras e visitas na propriedade (SPVS, 2014).</p>	<p>Não</p>

APÊNDICE C - Planilha de diagnóstico sobre atividades socioeconômicas na região da Lapa

Atividades socioeconômicas na região da Lapa	Informações	Fontes
Turismo nos imóveis históricos.	5% do total de imóveis existentes no perímetro urbano tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural. O tombamento em âmbito federal do conjunto paisagístico e arquitetônico da cidade da Lapa aconteceu em 14 de agosto de 1998, pelo IPHAN, em três Livros do Tombo, Belas Artes, Histórico e Arquitetônico, Etnográfico e Paisagístico.	IPHAN, 2010
Integra junto com outros 28 municípios a Região Turística Rotas do Pinhão Curitiba e Região Metropolitana.	Esse arranjo é uma forma de organização e de planejamento integrado, da política Estadual de Turismo, conhecida como a Rota do Pinhão.	PARANÁ, 2020
Rota de turismo para visitantes.	Paraná Turismo em 2010 divulgou a lista de 93 roteiros turísticos no Estado, a cidade da Lapa apareceu com três, sendo: Musa das Flores e Pinheirais do Paraná, Rota dos Tropeiros e Horizontes paranaenses.	PARANÁ TURISMO, 2010
Integrante da Rota dos Tropeiros.	Caminhos rurais que passam por fazendas, canions, montanhas e rios envolvendo além da Lapa outros 15 municípios paranaenses.	ZUCCHERELLI, 2008
Comercialização de turismo na Lapa em Curitiba.	Segundo o "Projeto de Iniciação Científica Patrimônio Cultural: práticas de conservação da UFPR" de 2016, duas empresas comercializaram roteiro turístico para a Lapa, a partir de Curitiba.	UFPR, 2016
	O setor histórico da Lapa	

Setor Histórico.	está inserido no espaço urbano junto a feiras, museus e comércios em geral.	IPHAN, 2010
Praça General Carneiro.	Onde ocorreu a batalha militar que impediu o avanço das tropas contrárias à proclamação da República durante a Revolução Federalista de 1894.	PARANÁ TURISMO, 2021
Monumento ao Tropeiro.	Painel feito em azulejos pelo famoso artista paranaense Poty Lazzarotto.	LAPA, 2021
Centro Histórico.	Com passaporte de R\$3,00 visita Theatro São João, Museu Histórico e Museu de Armas.	LAPA, 2021
Panteon dos Heroes.	É um monumento brasileiro erguido para guardar os corpos dos soldados espanhóis que pereceram durante o chamado Cerco da Lapa.	LAPA, 2020
Casa Lacerda.	Onde foi assinado o ato de rendição da cidade entre Maragatos e Pica-Paus. Entrada custa: R\$3,00.	PARANÁ TURISMO, 2021
Casa da Memória.	Onde abriga documentos históricos do município, incluindo livro raros e antigos atingidos por balas durante o Cerco da Lapa.	LAPA, 2021
Igreja de Santo Antônio.	Edificação mais antiga da cidade tombada pelo IPHAN desde 1938 e Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná em 1972.	PARANÁ, 2019
Parque Estadual do Monge.	Onde morou o monge conhecido como João Maria D'Agostini, tem entrada gratuita, vista panorâmica belíssima de toda a cidade, uma trilha entre as pedras, uma gruta e um olho d'agua bento, pelo São João Maria	LAPA, 2019
Erva Mate Legendária/Museu do Mate.	O ciclo da erva-mate marcou o século 19 na região e foi importante para o desenvolvimento econômico e social do Paraná. O museu é particular e a visita tem que ser agendada.	PARANÁ TURISMO, 2021
Alambique do Lara.	O produto mais famoso do alambique é a cachaça Na	PARANÁ TURISMO, 2021

	Bunda, que virou o souvenir preferido dos turistas e pode ser encontrada em vários pontos comerciais, com preços médios que variam entre R\$ 5,00 e R\$ 12,00.	
Casa Vermelha.	Lugar vende diversos tipos de artesanatos produzido pelas associações da cidade.	PARANÁ TURISMO, 2021
Três restaurantes típicos da Lapa	Lipski Restaurante (mais caro), O Casarão (entre Lipski e Espaço Único) e o Espaço Único (mais barato entre os três típicos da cidade com valores de R\$32,00 a R\$52,00).	PARANÁ TURISMO, 2021
Coxinha de farofa.	Símbolo da Lapa e custa R\$ 3,95 cada e é possível levar para viagem.	PARANÁ TURISMO, 2021
Pousada Solar da Lapa.	Devido a proximidade de Curitiba, geralmente os visitantes fazem "bate-volta", porém a Pousada Solar da Lapa é conhecida pela limpeza, ambientes renovados e café da manhã farto. A diária é a partir de R\$270,00.	PARANÁ TURISMO, 2021
Spá Médico Lapinha.	É o primeiro spá médico do Brasil e é necessário ficar hospedado por sete dias. A diária varia de R\$1.641,86 a R\$2.427,28.	LAPA, 2019
Circuito de Cicloturismo Caminhos da Lapa.	O primeiro circuito ocorreu em 2019 em comemoração aos 250 anos da Lapa e reuniu 200 ciclistas de 14 a 68 anos de idade, vindo da Lapa, da região metropolitana de Curitiba e algumas cidade de Santa Catarina participaram do evento.	LAPA, 2019
Circuito Eco Ambiental.	O percurso da corrida e caminhada passará por partes centrais da cidade. A competição reuniu aproximadamente mil atletas que se dividiram nos percursos de 5km, 10km e caminhada.	LAPA, 2019
Festival de Cinema da Lapa.	A arquitetura da cidade é usada como cenário para	LAPA, 2020

	<p>comerciais de TV, documentários e filmes. Inspiradora para as edições anuais do Festival de Cinema da Lapa, que a cada ano surpreende pela importância no cenário da Sétima Arte Nacional. O evento acontece desde 2012 e ocorre no mês de novembro.</p>	
--	---	--

ANEXO 01 - Formulário Delphi - Etapa 01 (01 de 02)

Questionário Delphi – Pesquisa de mestrado PPGAMB – Fernando Henrique Kuchenbecker
Título: GESTÃO DO USO PÚBLICO EM RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL:
ESTUDO DE CASO DA MATA DO URU

Apresentação

Prezado(a), é com satisfação que enviamos este instrumento de coleta de dados para a referida pesquisa que está em curso, conforme contato prévio estabelecido. O Método Delphi é uma técnica de coleta e análise de dados qualitativos sobre tema específico, no caso, faz parte do esforço em propor um plano de uso público para RPPN Mata do Uru, localizada no município da Lapa (PR). Ela consiste em duas rodadas de perguntas formuladas pelo autor da pesquisa, sendo a primeira chamada de **etapa 01: não estruturada**, com perguntas abertas; e a segunda **etapa 02: estruturada**, com as questões apresentadas após sistematização e análise das respostas da primeira rodada (busca pela formação de consensos entre as respostas). Nesta primeira etapa as perguntas são abertas e de múltipla escolha, podendo levar a categorias que eventualmente poderão ser criadas.

É importante destacar que a interlocução dos respondentes não será identificada, resguardando a identidade de cada um, os quais serão nominados apenas como “especialistas”. As respostas serão utilizadas exclusivamente no âmbito da referida pesquisa e surgem como estratégia de contribuir com as decisões sobre possíveis caminhos para o uso público na RPPN Mata do Uru.

Desenvolvimento e etapas

O questionário que segue se refere a primeira etapa do método. Pedimos a gentileza de que as respostas sejam enviadas em resposta a este e-mail, lembrando que os respondentes têm total liberdade em expressar qualquer opinião, sem tampouco necessitar justificá-las. As perguntas foram concebidas a partir de dados e análises de bases teóricas e empíricas já realizadas durante a execução da pesquisa. Para garantir padronização no processo, pedimos a gentileza de que a devolução do questionário aconteça em até 5 dias do recebimento. O pesquisador terá o mesmo tempo para análise das respostas, estruturação e organização da informação, bem como de reenviar o questionário em sua segunda etapa. O prazo de retorno da segunda etapa respondida também será de 5 dias.

Somos desde já gratos pela atenção e contribuição. A experiência de cada um, bem como sua relação com os processos de gestão da RPPN Mata do Uru, certamente irá aproximar a pesquisa de um arranjo prático e com potencial de aplicação futura. Tal contribuição demonstrará a importância de processos dialógicos de gestão de RPPN no país.

Caso concordem em participar da pesquisa, por favor, pedimos a gentileza de preencher e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que segue ao final do questionário.

Atenciosamente,

Fernando Henrique Kuchenbecker (pesquisador/mestrando)

Marcelo Limont (Orientador)

Curitiba, 21 de maio de 2021.



Questionário da Etapa 01: não estruturada.

Todas as perguntas estão relacionadas ao contexto de gestão da RPPN Mata do Uru. Entende-se por “uso público”, no contexto da pesquisa, toda ação de gestão da unidade de conservação que envolva receptivo de pessoas em seu território, considerando objetivos diversos.

1) Qual (ou quais) é a vocação da RPPN Mata do Uru? (no caso de mais de uma vocação, por favor indique em ordem de prioridade/preferência)

Resposta 1: a. Preservação de fauna e flora silvestre; b. Pesquisa; c. Educação ambiental.

Resposta 2: a. Conservação da biodiversidade, por meio da união de entidade especialista (SPVS), agente mantenedor (Grupo positivo) e proprietários da área; b. Educação ambiental tanto dos visitantes em geral como dos alunos da educação básica e ensino superior; c. Incentivo à pesquisa que retroalimenta a conservação e a educação ambiental.

Resposta 3: a. Ser um dos poucos remanescentes de Floresta com Araucária em estágio avançado de conservação; b. Comprovar que é possível uma parceria de sucesso entre proprietário, iniciativa privada e ONG na realização de ações concretas de conservação da biodiversidade; c. Contribuir relevantemente para a biodiversidade local principalmente devido a sua conexão com o Parque o Monge; d. Promover educação ambiental.

Resposta 4: a. A real vocação da RPPN Mata do Uru é a preservação da biodiversidade por se tratar de um dos últimos remanescentes de Floresta com Araucárias agregado a manchas de Campos Naturais em bom estado de conservação presentes no estado do Paraná.

2) Quais estratégias poderiam ser estabelecidas pela RPPN Mata do Uru para atingir a sua autonomia financeira? (indique as estratégias em ordem de prioridade/preferência e para cada uma indique se ela está sendo ou já foi “*executada*” ou ainda se ela é “*necessária*” mas ainda não foi implementada)

Resposta 1: a. Parcerias com agências de turismo para turismo ambiental (uma negociação em andamento. Mais frentes seriam necessárias); b. Promoção de cursos

ligados à temas ambientais (manejo, fotografia, observação de fauna, etc) (necessária).

Resposta 2: a. Cobrar o acesso para visitação da área (estudada, mas não executada); b. Parcerias para redução dos custos de manutenção (executada) – contamos com o apoio da prefeitura da Lapa para melhorias nas estradas de acesso as quais são frequentemente muito afetadas com as chuvas); c. Venda de brindes e materiais promocionais da mata do URU aos visitantes (estudada mas não executada).

Resposta 3: Não tenho resposta para essa questão. Espero que sua pesquisa nos traga essa contribuição. Mas acredito que qualquer estratégia passará pelo investimento no ecoturismo.

Resposta 4: a. Execução de programa de uso-público com escolas, universidades, sociedade em geral com cobrança de ingresso (necessária); b. Inclusão da RPPN Uru em um roteiro de uso público realizado no município da Lapa-PR (necessária); c. Parceria com poder público para utilização de parte do ICMS Ecológico na manutenção da Reserva (necessária); d. Criação de um Fundo Financeiro por meio de participação em Programas de Pagamento por Serviços Ecossistêmicos realizados em parceria com setor privado e/ou público(executado de alguma forma).

3) Que atividades de uso público deveriam ser implementadas na RPPN Mata do Uru? (indique tanto as que já são “executadas” quanto as que apresentam “potencial” de execução, mesmo que ainda não tenham sido implementadas. Indique na resposta para cada atividade se ela é “*executada*” ou “*potencial*”)

Resposta 1: a. Parcerias com escolas da região com finalidade de educação ambiental (costumava ja acontecer, mas foi suspensa por conta de pandemia); b. Turismo em parceria com agências (necessária); c. Caso possível, abrir para público em geral (demandaria logística e operações).

Resposta 2: a. Estímulo às pesquisas científicas – executadas; b. Criação de agenda e manutenção de profissionais que permitem viabilizar as visitas com fins de educação ambiental – executadas; c. Criação de web site para facilitar o acesso e as informações sobre as particularidades da área – executada; d. Criação de materiais didáticos para auxiliar os professores da educação básica a se prepararem para as visitas – executada; e. Abrir o espaço para a população em geral – potencial (mas exige novos investimentos); f. Utilização do espaço para que a Prefeitura Municipal da Lapa receba o ICMS Ecológico implantado no Estado do Paraná – executada (essa aprovação ocorreu inspirado no modelo do URU. Fomos ativamente participantes das etapas visando a aprovação de tal lei).

Resposta 3: a. Turismo com propósito (visitas que promovam educação ambiental e sensibilização dos visitantes) - Executada; b. Possibilidade de vivências uma atividade manutenção da conservação da área (acompanhamento de um técnico na elaboração de um relatório de monitoramento, por exemplo) - Potencial; c.

Experiências contemplativas (observação de animais, escuta de pássaros, meditação)
- Potencial

Resposta 4: a. Ecoturismo tradicional para visitantes em geral (potencial);
b. Ecoturismo para escolas com foco em crianças para sensibilização em conservação da natureza (executada – paralisada pela Pandemia); c. Ecoturismo científico com vistas a Mata do Uru ser um laboratório de conservação da biodiversidade (potencial).

4) Para implementar as atividades de uso público na RPPN Mata do Uru de forma plena (indicadas na resposta da pergunta anterior), o que precisa ser feito/realizado? (indique em ordem de prioridade/preferência no caso de mais de uma ação/atividade)

Resposta 1: a. Levantamento de custos operacionais; b. Arrecadar fundos para implementação inicial e capital de giro.

Resposta 2: a. Investimento em segurança do espaço e dos visitantes; b. Ter uma equipe médica ou infraestrutura para atendimento médico; c. Ter uma equipe de recepção para organizar as entradas e cobranças; d. Aumentar a equipe de educadores ambientais; e. Criar novas opções de atrativos ambientais (para atrair públicos distintos, de crianças à adultos); f. Prever uma equipe de serviço – limpeza e conservação do espaço; g. Investir em comunicação para convidar o público a fazer as visitas.

Resposta 3: a. É necessário realizar um estudo mais aprofundado de cada uma das sugestões para identificação do custo de realização e ponto de equilíbrio de cada uma delas (quantas pessoas precisam visitar a área para que os custos sejam pagos). Essa informação ajudará a decidir qual a atividade de uso público é a mais rentável; b. É necessário considerar o que é permitido de acordo com o Plano de Manejo da área.

Resposta 4: a. Estruturação física de outros roteiros possíveis dentro da RPPN além do já existente; b. Organização gerencial do uso público, levando em consideração a parte administrativa-financeira do uso-público; c. Treinamento de funcionários para aperfeiçoamento de recepção de visitantes (realizado em partes); d. Parceria com município da Lapa-PR e/ou empresas para suporte as ações de uso-público; e. Parceria com instituições de ensino.

5) Quais são as contribuições que poderiam ser geradas pelo uso público da RPPN Mata do Uru para o município da Lapa (PR)? (no caso de mais de uma contribuição, por favor indique em ordem de prioridade/preferência)

Resposta 1: a. Movimentação do turismo regional; b. Educação ambiental.

Resposta 2: a. Ampliação da consciência sobre a importância da conservação da Biodiversidade; b. Manutenção da biodiversidade da área; c. Gerar orgulho na população lapaense por conhecer e reconhecer a importância da Mata do URU; d.

Maior consciência das novas gerações sobre a importância da mata com araucária para a fauna e flora; e. Ampliação da divulgação sobre do modelo de adoção realizado no URU para outros proprietários de áreas, talvez, estimulando-os a buscarem alternativas para conservação da biodiversidade; f. Criação de mais um espaço de lazer com finalidade educacional e ambiental para os munícipes e visitantes da cidade.

Resposta 3: a. Aumento da visibilidade do município por meio do fortalecimento do ecoturismo/turismo sustentável, atraindo pessoas e investidores para a região; b. Manutenção da disponibilidade de todos os serviços ecossistêmicos existentes graças à conservação de áreas naturais como a Uru (disponibilidade hídrica, qualidade do ar, etc).

Resposta 4: a. Visibilidade para o município em relação à estratégia de conservação da natureza por meio de roteiros de Ecoturismo; b. Novo modelo de desenvolvimento pautado em ecoturismo (conceito de produção de natureza); c. Estímulo a criação de novas Reservas e Unidades de Conservação com vias de maior arrecadação de ICMS Ecológico.

6) Quais são as contribuições que poderiam ser geradas pelo município da Lapa (PR) para a implementação do uso público da RPPN Mata do Uru? (no caso de mais de uma contribuição, por favor indique em ordem de prioridade/preferência)

Resposta 1: a. Fundos para implementação de abertura da reserva para visitação geral; b. Melhoria na pavimentação e sinalização da estrada até o local; c. Divulgação, aos moldes que Ponta Grossa faz do Buraco do Padre e Fenda da Freira.

Resposta 2: a. Com a divulgação sobre do modelo de adoção realizado no URU para outros proprietários de áreas, talvez, os estimulassem a buscarem alternativas para conservação da biodiversidade, ampliando o número de RPPNs e aumento dos valores recebidos em ICMS ecológico; b. Ampliação dos espaços destinados ao turismo da cidade, hoje conhecido pela sua história, atraindo visitantes com interesses distintos; c. Apoio a estrutura da área; d. Apoio a divulgação da área; e. Novos incentivos em impostos municipais para reduzir os custos da área.

Resposta 3: a. Direcionamento de parte do ICMS ecológico para investimento de infraestrutura (qualidade das estradas que são acesso à área, garantia de sinalização, manutenção da ponte na estrada interna da RPPN); b. Investimento em educação ambiental, comunicando para a população e para as crianças e adolescentes em idade escolar a importância da conservação de áreas naturais; c. Apoio de divulgação como atrativo turístico da cidade.

Resposta 4: a. Criação de políticas públicas que favoreçam as Unidades de Conservação (exemplo: lei de pagamento por serviços ecossistêmicos utilizando recursos de arrecadação de ICMS Ecológico); b. Criação de roteiro de Ecoturismo integrado com outras Unidades de Conservação da região a fim de potencializar o número de visitantes.

7) O que se espera da RPPN Mata do Uru daqui a cinco anos?

Resposta 1: a. Ser um ponto de referência para projetos e cursos de educação ambiental e projetos relacionados à natureza.

Resposta 2: a. Siga sendo um exemplo em conservação da biodiversidade – tendo cada vez mais qualidade para a sobrevivência das espécies que lá habitam (vegetais e animais); b. Ampliação e atualização das pesquisas científicas sobre a área para nos trazer novas descobertas sobre a mata com araucária e a importância da sua conservação; c. Receba cada vez mais visitantes para cumprir sua missão; d. Ajude os paranaenses e brasileiros a entenderem a importância da mata primária e secundária de araucária para a sobrevivência dessa árvore símbolo do nosso Estado, desmistificando a imagem que a maioria das pessoas têm sobre a araucária; e. Criação e implementação de novas oportunidades de aperfeiçoamento do trabalho já realizado.

Resposta 3: a. Que se mantenha como modelo em conservação da biodiversidade, sendo referência para outros proprietários de RPPN e para outras empresas da iniciativa privada; b. Que mantenha o seu estágio avançado de conservação e se torne autossustentável.

Resposta 4: a. Que continue existindo e servindo como modelo de Unidade de Conservação implementada, favorecendo toda sensibilização sobre a temática de conservação da biodiversidade, e tendo proprietários cada vez mais engajados em utilizar a área como fonte de rendimento financeiro, estimulando assim outros proprietários de áreas naturais.

APÊNDICE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Título da pesquisa: GESTÃO DO USO PÚBLICO EM RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL: ESTUDO DE CASO DA MATA DO URU.

Instituição: Universidade Positivo

Pesquisador(a)-responsável: Fernando Henrique Kuchenbecker

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa, realizada no âmbito do programa de pós-graduação em Gestão Ambiental da Universidade Positivo (Curitiba-PR), a qual tem como objetivo elaborar um plano de uso público para a RPPN da Mata do Uru vinculado ao seu respectivo programa de manejo.

A razão de você estar sendo convidado se deve ao fato de ser um ator chave que desenvolveu pesquisa e atividades na RPPN Mata do Uru.

Sua participação consistirá em participar de um questionário com o Método Delphi sobre a RPPN Mata do Uru, apresentado em duas etapas. O tempo de duração é de aproximadamente 30 minutos; os riscos são mínimos e estão relacionados ao possível desconforto relacionado ao tempo despendido para responder a entrevista; não haverá qualquer remuneração pela participação do sujeito na pesquisa; haverá o sigilo da identidade dos participantes; o participante possui direito de recusa e/ou desistência sem qualquer penalidade; após a conclusão do estudo, o material será incorporado ao acervo da instituição a que o pesquisador pertence. Os benefícios desta pesquisa incluem a contribuição com a discussão acerca de uma proposição de um plano de uso público atualizado. Este termo será assinado em duas vias, uma para o participante e a outra para o pesquisador. Em caso de dúvida, o participante pode entrar em contato com o pesquisador responsável ou com o comitê de ética nos endereços abaixo.

Declaro que fui devidamente esclarecido(a) quanto a minha participação na pesquisa e aceito participar.

Curitiba - PR

[assinatura]

[NOME do participante]



Assinatura do pesquisador responsável

Contatos institucionais do pesquisador(a)-responsável:

Tel: (41) 99660 4130 - Email: fernandoh@positivo.com.br ou fernandofhk@uol.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Positivo. Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, 5.300. Sala 8 do Bloco Amarelo (Térreo). Horário de funcionamento: das 8h às 11h e das 14h às 17h. E-mail: cep@up.edu.br Telefone (41) 3317- 3260

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A, 3º Andar

Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

Email : conepe.cep@saude.gov.br Telefone: (61) 3315-587

ANEXO 02 - Formulário Delphi - Etapa 02 (02 de 02)

Questionário Delphi – Pesquisa de mestrado PPGAMB – Fernando Henrique Kuchenbecker
Título: GESTÃO DO USO PÚBLICO EM RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL:
ESTUDO DE CASO DA MATA DO URU

Apresentação

Prezado(a), agradecemos sua contribuição no preenchimento da primeira etapa do Método Delphi inserida como ferramenta da referida pesquisa. As respostas dos grupos selecionados foram sistematizadas e analisadas no sentido de buscar consolidação a partir de aproximação e consenso entre elas.

Abaixo enviamos o documento referente a segunda etapa do método (respostas estruturadas) para sua verificação e validação. No caso de se sentirem atendidos em termos das respostas consolidadas, basta responder a este e-mail validando o resultado. Caso perceba necessidade de ajustar as respostas, por favor, pedimos que faça diretamente no texto de cada resposta. Esse ajuste considera desde correções gramaticais, de concordância e mesmo de conteúdo. Sua contribuição é livre e será analisada pelo pesquisador para inserção enquanto resultado de pesquisa.

Pedimos a gentileza na devolutiva no tempo de 5 dias ou ainda previamente. Seguimos mais uma vez à disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Fernando Henrique Kuchenbecker (pesquisador/mestrando)
Marcelo Limont (Orientador)



Curitiba, 21 de maio de 2021.

Questionário da Etapa 02: estruturada.

Seguem as perguntas e respostas consolidadas para sua apreciação, validação e ainda proposição de ajustes eventuais (incluindo novas). Ao final de cada pergunta, com base no esforço analítico de sistematização, seguem comentários do pesquisador a título de reflexão e de forma crítica (formato de pergunta nova). Também fiquem à vontade em responder ou não a essas novas perguntas.

- 1) Qual (ou quais) é a vocação da RPPN Mata do Uru?** (no caso de mais de uma vocação, por favor indique em ordem de prioridade/preferência)

Promover a conservação da biodiversidade, tendo a preservação como estruturante, de um dos últimos remanescentes de Floresta com Araucárias no Paraná, bem como, servir de referência para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e educação ambiental.

Comentários do pesquisador: em nenhuma das respostas enviadas pelos grupos selecionados o termo “turismo” ou “visitação” (elementos centrais em ações de uso público) apareceram enquanto vocação, muito embora eles apareçam, por exemplo, nas respostas subsequentes. Tal fato nos remete a um novo questionamento, importante do ponto de vista de proposição de um plano de uso público para a RPPN Mata do Uru. **De fato, percebem o turismo/visitação como vocação da RPPN Mata do Uru** (sim ou não. Aberto a justificativas)?

Sim, porém, no sentido de visitação para valorização deste último remanescente de Florestas com Araucárias. Visitação por si só, sem esse sentido não faz sentido ser executada!

- 2) Quais estratégias poderiam ser estabelecidas pela RPPN Mata do Uru para atingir a sua autonomia financeira?** (indique as estratégias em ordem de prioridade/preferência e para cada uma indique se ela está sendo ou já foi “**executada**” ou ainda se ela é “**necessária**” mas ainda não foi implementada)

- 1) *parcerias com setor de turismo (público e privado): infraestrutura e roteiros turísticos;*
- 2) *visitação, com possibilidade de cobrança de entrada e abertura para público em geral;*
- 3) *comercialização de produtos com identidade da RPPN (souvenirs, brindes);*
- 4) *prospecção e acesso a fundos de investimentos (públicos e privados, via projetos e PSA);*
- 5) *desenvolvimento de cursos de formação ligados à área ambiental;*
- 6) *ICMS ecológico, articulação com poder executivo municipal para sua alocação na RPPN;*

Comentários do pesquisador: estratégias aqui surgem enquanto relação a diretrizes ou ainda grandes linhas de ação (metas) ligadas diretamente a questão de autonomia financeira. A ordem de prioridade apresentada considerou por definição e respectivamente: estratégias recorrentes (indicada em mais de um grupo e número de vezes que foi citada); aquelas executadas (ou que passaram por negociações preliminares em termos de sua execução); e depois aquelas tidas como necessárias, mas ainda não executadas (também considerando recorrência de citação). **De fato, a ordem de prioridade é a correta (sim ou não. Aberto a justificativas)? No caso de resposta negativa, por favor, indique a ordem das estratégias da forma que julgar oportuna.**

Sim. De repente a utilização do ICMS Ecológico poderia vir antes dos cursos relacionados a área ambiental por ser uma questão mais corriqueira e que já funciona em outros municípios. Porém como trata-se de autonomia, os proprietários atuando com cursos creio ser mais fácil que a articulação política necessário para o fundo de ICMS Ecológico.

3) Que atividades de uso público deveriam ser implementadas na RPPN Mata do Uru? (indique tanto as que já são “executadas” quanto as que apresentam “potencial” de execução, mesmo que ainda não tenham sido implementadas. Indique na resposta para cada atividade se ela é “**executada**” ou “**potencial**”)

- 1) *Turismo ou ecoturismo educativo, voltado para escolas da região com foco em crianças para sensibilização em conservação da natureza (mediante construção de parcerias). Vinculado à educação ambiental. Envolve ainda criação de material didático;*
- 2) *Turismo ou ecoturismo científico para pesquisadores e interessados, tendo a RPPN como um laboratório aberto de conservação da biodiversidade;*
- 3) *Turismo ou ecoturismo tradicional para público em geral, com foco na contemplação, meditativo, terapêutico e ações de observação da paisagem. Envolve ainda criação de material informativo e de divulgação;*
- 4) *Estímulo às pesquisas científicas;*
- 5) *capacitação e manutenção de equipe de receptivo (funcionários e profissionais)*
- 6) *qualificação da infraestrutura de receptivo, envolve manutenção da existente e construção de novas estruturas em potencial.*

Comentários do pesquisador: atividades aqui surgem enquanto ações possíveis, tanto já executadas quanto as que surgem em potencial. A ordem de prioridade apresentada considerou por definição e respectivamente: atividades recorrentes (indicada em mais de um grupo e número de vezes que foi citada); aquelas executadas (ou que passaram por negociações preliminares em termos de sua execução); e depois aquelas tidas como em potencial, mas ainda não executadas (também considerando recorrência de citação). **De**

fato, a ordem de prioridade é a correta (sim ou não. Aberto a justificativas)? No caso de resposta negativa, por favor, indique a ordem das estratégias da forma que julgar oportuna.

Sim. Acredito que a 4, 5 e 6 não são atividades de ecoturismo. E sim, ações básicas e necessárias para promover o ecoturismo na RPPN e deveriam ser retiradas ou incluídas no item 4.

4) Para implementar as atividades de uso público na RPPN Mata do Uru de forma plena (indicadas na resposta da pergunta anterior), o que precisa ser feito/realizado? (indique em ordem de prioridade/preferência no caso de mais de uma ação/atividade)

- 1) Definição de equipe/funcionários e seus respectivos custos operacionais (envolve pessoal de receptivo, educadores ambientais, atendimento médico, segurança, limpeza/conservação); (5)
- 2) Realizar treinamento/capacitação da equipe/funcionários; (7)
- 3) Formalizar parcerias (público e privadas); (8)
- 4) Criação de novas opções de atrativos, a partir das orientações previstas no Plano de Manejo); (2) **Para atender uma demanda como um todo essa deveria ser a segunda atividade. Hoje somente uma trilha é estruturada para receber visitantes, e atende ao público específico de estudantes.**
- 5) Realização de estudo de viabilidade (relação entre equipe necessária e número de visitantes); (1) **Primeira atividade antes de abrir para Ecoturismo. Incluiria ainda o custo de estruturação física do roteiros que não devem ficar de fora do estudo de viabilidade**
- 6) Estruturação física de novos roteiros (e ajuste aos existentes); (3)
- 7) Consolidar uma estratégia de comunicação e divulgação da RPPN e seu uso público; (4) **Uma das estratégias mais importantes para potencialização do uso-público.**
- 8) Organizar fluxo de capital financeiro (6)

Comentários do pesquisador: atividades para implementação do uso público. A ordem de prioridade apresentada considerou por definição e respectivamente: atividades recorrentes (indicada em mais de um grupo e número de vezes que foi citada). **De fato, a ordem de prioridade é a correta** (sim ou não. Aberto a justificativas)? **No caso de resposta negativa, por favor, indique a ordem das estratégias da forma que julgar oportuna.**

Não. Destacado acima a ordem considerada mais coerente em um fluxo de uso-público relacionado ao ecoturismo.

5) Quais são as contribuições que poderiam ser geradas pelo uso público da RPPN Mata do Uru para o município da Lapa (PR)? (no caso de mais de uma contribuição, por favor indique em ordem de prioridade/preferência)

- 1) Movimentação/fortalecimento do turismo regional (visibilidade em cenário regional);
- 2) Relação de identidade e pertencimento da população lapeana;
- 3) Conservação da biodiversidade e sua manutenção (enquanto política pública e provimento de serviços ecossistêmicos essenciais à sadia qualidade de vida da população);
- 4) Estímulo a criação de novas Unidades de Conservação com vias de maior arrecadação de ICMS Ecológico;
- 5) Benchmarking de gestão da RPPN, sendo referência de aprendizado para outras RPPN;
- 6) Referência no desenvolvimento de atividades de educação ambiental.

Comentários do pesquisador: contribuições eventuais do uso público para Lapa (PR). A ordem de prioridade apresentada considerou por definição e respectivamente: contribuições que foram recorrentes (indicada em mais de um grupo e número de vezes que foi citada). **De fato, a ordem de prioridade é a correta** (sim ou não. Aberto a justificativas)? **No caso de resposta negativa, por favor, indique a ordem das estratégias da forma que julgar oportuna.**

Sim

6) Quais são as contribuições que poderiam ser geradas pelo município da Lapa (PR) para a implementação do uso público da RPPN Mata do Uru? (no caso de mais de uma contribuição, por favor indique em ordem de prioridade/preferência)

- 1) Direcionamento de parte do ICMS ecológico para investimento de infraestrutura (qualidade das estradas que são acesso à área, garantia de sinalização, manutenção da ponte na estrada interna da RPPN);
- 2) Ampliação dos espaços destinados ao turismo da cidade, com inserção da RPPN nos roteiros turísticos da Lapa (PR), ampliando e apoiando sua divulgação;
- 3) Manutenção e melhoria na pavimentação e sinalização da estrada até RPPN;
- 4) Educação ambiental como instrumento de sensibilização da população;
- 5) Incentivo a criação de unidades de conservação e políticas públicas associadas (PSA, fundos de investimento, editais de financiamento de projetos);

Comentários do pesquisador: contribuições eventuais do município da Lapa (PR) para o uso público da RPPN Mata do Uru. A ordem de prioridade apresentada considerou por definição e respectivamente: contribuições que foram recorrentes (indicada em mais de um grupo e número de vezes que foi citada). **De fato, a ordem de prioridade é a correta** (sim ou não.

Aberto a justificativas)? **No caso de resposta negativa, por favor, indique a ordem das estratégias da forma que julgar oportuna.**

Sim

7) O que se espera da RPPN Mata do Uru daqui a cinco anos?

Continuar sendo um exemplo de conservação da biodiversidade em toda sua plenitude, como exemplo de unidade de conservação implementada, atendendo aos seus objetivos de criação. Destaque para seu papel e contribuição para o desenvolvimento local e regional, especialmente em relação ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental, pesquisa e turismo em suas diferentes modalidades.

Comentários do pesquisador: expectativas futuras a serem consideradas como referência de avaliação do processo de implementação do plano de uso público da RPPN Mata do Uru. **De fato, percebem essas expectativas como sendo legítimas** (sim ou não. Aberto a justificativas)?

Sim. Incluiria ainda a questão de em 5 anos não ser mais 100% dependente financeiramente de projetos, e de alguma forma se sustentar com os recursos advindos das ações de uso-público (ecoturismo).

APÊNDICE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Título da pesquisa: GESTÃO DO USO PÚBLICO EM RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL: ESTUDO DE CASO DA MATA DO URU.

Instituição: Universidade Positivo

Pesquisador(a)-responsável: Fernando Henrique Kuchenbecker

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa, realizada no âmbito do programa de pós-graduação em Gestão Ambiental da Universidade Positivo (Curitiba-PR), a qual tem como objetivo elaborar um plano de uso público para a RPPN da Mata do Uru vinculado ao seu respectivo programa de manejo.

A razão de você estar sendo convidado se deve ao fato de ser um ator chave que desenvolveu pesquisa e atividades na RPPN Mata do Uru.

Sua participação consistirá em participar de um questionário com o Método Delphi sobre a RPPN Mata do Uru, apresentado em duas etapas. O tempo de duração é de aproximadamente 30 minutos; os riscos são mínimos e estão relacionados ao possível desconforto relacionado ao tempo despendido para responder a entrevista; não haverá qualquer remuneração pela participação do sujeito na pesquisa; haverá o sigilo da identidade dos participantes; o participante possui direito de recusa e/ou desistência sem qualquer penalidade; após a conclusão do estudo, o material será incorporado ao acervo da instituição a que o pesquisador pertence. Os benefícios desta pesquisa incluem a contribuição com a discussão acerca de uma proposição de um plano de uso público atualizado. Este termo será assinado em duas vias, uma para o participante e a outra para o pesquisador. Em caso de dúvida, o participante pode entrar em contato com o pesquisador responsável ou com o comitê de ética nos endereços abaixo.

Declaro que fui devidamente esclarecido(a) quanto a minha participação na pesquisa e aceito participar.

Curitiba - PR

[assinatura]

[NOME do participante]



Assinatura do pesquisador responsável

Contatos institucionais do pesquisador(a)-responsável:

Tel: (41) 99660 4130 email: fernandoh@positivo.com.br ou fernandofhk@uol.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Positivo. Rua Pedro Viriato Parigot de Souza, 5.300. Sala 8 do Bloco Amarelo (Térreo). Horário de funcionamento: das 8h às 11h e das 14h às 17h. E-mail: cep@up.edu.br Telefone (41) 3317- 3260

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A, 3º Andar

Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

Email : conepe.cep@saude.gov.br Telefone: (61) 3315-587